

S.P.S/c.c.



ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PELO

SENHOR NEY BRAGA

GOVERNADOR DO ESTADO

CURITIBA — PARANÁ

1980

53-0817
P. 112
1980

SUMÁRIO

I — INTRODUÇÃO

II — RELATÓRIO

1. AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS OBJETIVOS DE AUMENTO DA RENDA PESSOAL	01
Estímulo à geração de novos empregos	03
Apoio integrado ao pequeno produtor rural	16
Contribuição para a melhoria da renda da agropecuária comercial	22
Capacitação e orientação profissional	35
Contribuição indireta ao aumento da renda pessoal ...	40
2. AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS OBJETIVOS DE INCREMENTO E DIFUSÃO ESPACIAL DO BEM-ESTAR	57
Organização regional e definição da responsabilidade social das cidades	59
Assistência técnica, administrativa e financeira aos municípios	74
Apoio às aspirações urbanas ligadas à melhoria da qualidade de vida	79
Apoio à correção de desequilíbrios regionais	105
3. AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS OBJETIVOS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA	111
Inventário do perfil sócio-cultural e do patrimônio histórico e artístico do Paraná	113
Preservação de sítios históricos e paisagísticos	114
Estímulo ao intercâmbio cultural e à participação das comunidades em promoções desportivas e culturais	116
Promoção e desenvolvimento artístico-cultural	124

4. AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS OBJETIVOS DE APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL VISANDO AO DESENVOLVIMENTO ULTERIOR	127
Estímulo à pesquisa básica e aplicada	129
Integração das obras de infra-estrutura com regiões limítrofes	132
Aproveitamento hidrelétrico e mobilização energética .	135
Pesquisa de Recursos Minerais	142
Preservação ecológica	144
Capacitação de massa crítica para ciência e tecnologia	150
5. AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS OBJETIVOS DE APRIMORAMENTO DO DESEMPENHO DAS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	153
Representação político-protocolar e comunicação social	155
Administração da receita da despesa governamental .	160
Planejamento e programação orçamentária do setor público	165
Modernização organizacional e administrativa	172
Gerência de recursos humanos	176
Encargos institucionais	184
Atividades legislativas e judiciárias	190

INTRODUÇÃO

Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

É uma honra comparecer a esta Casa para, cumprindo mandamento constitucional, dar contas ao povo de nosso Estado, aqui representado por Vossas Excelências, dos acontecimentos que delinearão a administração pública estadual no exercício de 1979.

As atividades de Governo englobadas nesta prestação de contas foram exercidas num período que há de ser considerado de excepcional importância, no quadro da vida política brasileira.

Os primeiros meses da administração transcorreram em um contexto de revigoração democrática, reflexo da direção segura, em passado próximo, do Presidente Ernesto Geisel e, presentemente, produto da decidida atuação do Presidente João Figueiredo.

Com o pluripartidarismo reencontramos instrumentos mais adequados à conjuntura econômica e social do Brasil, capazes de canalizar as aspirações dos vários setores da sociedade no processo que se inicia. Impõe-se, portanto, assegurar substância e conteúdo às agremiações partidárias em formação, pois a emergente reforma política configura a oportunidade de restauração do sentido de obra, de comunidade, de destino, sem o qual nenhum poder se legitima.

É a crença nos valores da Democracia que nos faz procurar a participação consciente e responsável dos cidadãos, diretamente ou por intermédio de lideranças autênticas.

Essa convicção orientou a decisão de submeter ao mais amplo debate o detalhamento das Diretrizes Globais propostas no início da nossa administração, a fim de podermos consubstanciar o Plano de Governo, documento que passou a nortear a ação do Executivo Estadual neste quadriênio. Por isso mesmo foram convocados representantes dos variados segmentos da comunidade paranaense, que puderam participar desse debate, opinando, avaliando, criticando, contribuindo.

Foi esta Assembléia, no entanto, confirmando o elevado espírito público dos seus membros, que assegurou ao Executivo a efetiva possibilidade de realização desse planejamento, ao analisar e debater o Plano de Governo, com independência e salutar espírito crítico, e ao aprovar, transformando em lei, os orçamentos estaduais, instrumentos de particularização programática e de equacionamento financeiro da ação governamental.

Desde os primeiros momentos da nova gestão, todavia, os parâmetros previamente estabelecidos nas Diretrizes Globais passaram a orientar o trabalho de todos os escalões da administração estadual para o objetivo maior do Governo, que é a promoção do homem paranaense, como pessoa e como cidadão, a partir do atendimento às suas necessidades e aspirações mais caras.

A prestação de contas, a seguir apresentada, — que engloba o período da atual administração e o final do Governo anterior — já é um relato, portanto, do que se procurou fazer no sentido de propiciar novos rumos para o desenvolvimento do Paraná, de

acordo com as grandes linhas programáticas estabelecidas no início da gestão. Os resultados já obtidos neste curto prazo, são prenúncio alentador do que poderá ser alcançado no período de 1980 a 1983.

Procurarei mostrar a Vossas Excelências, de maneira resumida e numa visão panorâmica, os fatos relevantes da ação governamental no exercício de 1979. Como de praxe, o detalhamento de providências e de números, tanto quanto possível, está contido no relatório anexo que distingue, por objetivos, programas e subprogramas, o trabalho do Executivo Estadual.

Considero indispensável, entretanto, tecer, antes do relato da ação, algumas considerações sobre a conjuntura econômica sob a qual se desenvolveu a atividade pública e privada, no Paraná.

O ano de mil novecentos e setenta e nove caracterizou-se por acentuado aumento da taxa de inflação, com sacrifícios divididos entre indivíduos, empresas e o poder público. Tornou-se indispensável, portanto, a ação enérgica do Governo Federal e da colaboração de todos para conter o processo inflacionário, apesar dos níveis de investimentos terem sido afetados em todos os setores.

Como outra face da luta contra a inflação, todavia, viu o Paraná, com esperança, a definição de medidas federais voltadas para a dinamização do setor agrícola, uma das formas de refrear o processo inflacionário nesta nova década. Produzir mais e com maior produtividade, constitui um dos pontos fundamentais da política de combate à inflação.

Nesse sentido, o Paraná tem condições para ampliar consideravelmente sua participação nesta batalha para elevar a disponibilidade de alimentos e matérias-primas agrícolas, pois esta é uma das autênticas vocações econômicas do nosso Estado e fator

importante para que, como um todo, o Brasil vença os desafios da hora presente.

Entretanto, o pleno aproveitamento de uma produção maior tem, como pressuposto, medidas de infra-estrutura, sobretudo no campo dos transportes e da armazenagem. Compreendendo essa necessidade, a União vem adotando as providências cabíveis para a melhoria da rede rodoviária e do sistema portuário e, principalmente, para dotar o Paraná de um importante eixo de escoamento de produção, que será a Ferrovia da Soja.

Com essa nova política, será possível dar consistência e continuidade ao elenco de estímulos de que depende a intensificação das tarefas agrícolas. O homem do campo, devidamente motivado, poderá dispor de condições mais propícias para desenvolver o seu trabalho, de tanta importância para a conjuntura atual, ampliando consideravelmente a contribuição que o Paraná tem dado para o desenvolvimento nacional.

Coincidindo com os problemas da inflação, e sendo também uma das principais causas da mesma, tivemos o agravamento da crise energética, dentro do quadro internacional. Se, por um lado, a racionalização do consumo dos derivados de petróleo mereceu amplo apoio, no Brasil e no Paraná, de todos os cidadãos conscientes e também, como fato positivo, favoreceu a aceleração de medidas que propiciarão menor dependência econômica e tecnológica, essa mesma racionalização suscitou, por outro lado, muitas apreensões, especialmente quanto às restrições de quotas de fornecimento de óleo combustível, destinado à secagem de cereais e às operações de preparo do solo e colheita.

Não poupamos esforços para, rapidamente, alterar o quadro de apreensões, não só postulando, junto aos organismos federais, por uma distribuição mais ade-

queda de derivados de petróleo, notadamente entre aqueles em cujas mãos repousa a responsabilidade da produção agrícola, como, também e principalmente, equacionando novas fórmulas de substituição daqueles derivados.

A crise energética, no entanto, abre maiores perspectivas para o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios paranaenses, consequência da valorização do papel da energia elétrica de origem hidráulica.

A utilização desse potencial está longe do seu limite, ensejando a programação de novas centrais geradoras. Além disso, a diversificação de fontes energéticas, essencial para que o problema seja inteiramente equacionado e resolvido, oferece, também, amplas possibilidades para a expansão da economia do Estado.

Pretende o Paraná, em suma, participar ativamente das transformações que se vão operar no campo energético. As condições existem. Entre elas, o potencial hidráulico ainda não utilizado; as jazidas de carvão, xisto pirobetuminoso e urânio; a extensão e a qualidade das terras aproveitáveis para as florestas energéticas e para o plantio racional de cana, mandioca, sorgo e outros vegetais que proporcionam a obtenção de álcool e combustíveis similares.

Se a inflação e as lutas para conseguir alternativas energéticas marcaram a realidade brasileira, é no painel assim esboçado que deve ser visto o que foi feito nestes primeiros meses de gestão. O próprio planejamento, definindo prioridades sociais, pode ser liminarmente citado como realização decorrente de compromissos essenciais assumidos com a gente de nossa terra.

E tais prioridades, Senhor Presidente e Senhores Deputados, foram seguidas com determinação e

firmeza. As respostas e os resultados que estamos encontrando fortalecem a segurança dos pontos firmados com base nessas precedências, e que se constituem nos objetivos da atual gestão.

Promover o aumento da renda real pessoal dos brasileiros do Paraná é o primeiro grande objetivo do Governo. Nesse sentido, esforço permanente foi desenvolvido para atrair novos empreendimentos industriais para o Estado e para a expansão de outros, de forma a fazer a oferta de empregos acompanhar as necessidades da população. As instituições de fomento econômico do Governo do Estado aplicaram, com tais propósitos, recursos da ordem de 6 bilhões de cruzeiros, dos quais 74 por cento destinados ao setor privado da economia, financiando empresas que geraram milhares de novos empregos diretos no setor industrial.

O apoio à média, pequena e microempresa, um dos meios que o Governo do Estado tem utilizado para promover a criação de empregos e aumentar a renda pessoal dos que aqui vivem, teve novos programas, destacando-se o PROMICRO, destinado a financiar empresas industriais de pequeno porte.

Importante instrumento do Governo para promover o comércio interno e externo, o Conglomerado BANESTADO teve, no exercício passado, excelente desempenho. O Banco do Estado do Paraná aumentou seu capital de 650 milhões para 1 bilhão e 300 milhões de cruzeiros; elevou para 177 o número de municípios servidos pelas suas agências; instalou 9 postos avançados de crédito rural; e concluiu estudos para instalar-se no Paraguai. Os empréstimos aumentaram em 63 por cento, os depósitos em 57 por cento e as operações de câmbio em 82 por cento.

Criaram-se duas novas empresas do Conglomerado
— a BANESTADO LEASING S.A. — Arrendamento

Mercantil, e a BANINVEST S.A. — Sociedade de Investimentos — instituições que deverão constituir-se em novos instrumentos à disposição do empresariado paranaense.

Para incrementar a produção agropecuária, celebramos convênio com o BNDE, tendo como objetivo específico a implementação de obras e serviços capazes de proporcionar adequado desenvolvimento da produção, comercialização e abastecimento de produtos agropecuários no Estado.

Com o objetivo de dar atendimento aos pequenos produtores rurais, através de assistência técnica, crédito e infra-estrutura básica, foi concluída a primeira versão do PRORURAL — Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, documento que serviu de base para entendimentos com o Banco Mundial, visando a obtenção de financiamento.

Novos escritórios de assistência técnica permitiram orientar cerca de 35 mil pequenos produtores, principalmente de arroz, milho e feijão, além de proporcionar treinamento em administração rural a outros 3 mil proprietários e desenvolver programas especiais para elevar o nível de vida no campo.

As atividades de pesquisa e experimentação agropecuária tiveram estímulo e apoio de todos os órgãos governamentais. A infra-estrutura de escoamento e armazenagem da produção, imprescindível para fortalecer as empresas e assegurar melhor renda aos produtores e consumidores, teve tratamento prioritário e condicionou, também as atividades de construção rodoviária.

Levando em consideração a necessidade de conservação da rede rodoviária e da construção de rodovias vicinais — de fundamental importância para o escoamento da produção agropecuária — o Governo Estadual viu-se compelido a reformular o programa

de obras do setor transportes, ajustando-o às possibilidades financeiras e aos orçamentos previstos para o exercício. Mesmo assim foram realizados investimentos na ordem de 3,4 milhões de cruzeiros em construção de estradas.

Para aperfeiçoar as estruturas de comercialização, foi idealizada e lançada a Nota do Produtor Rural, que simplificou o processo de venda da produção dos pequenos agricultores. Foi elaborado o Plano Estadual de Comercialização — PLANEC, já em andamento com o Projeto Minipólos, destinado a apoiar o pequeno produtor na distribuição comercial dos seus produtos, com a melhor orientação e serviços possíveis.

Um substancial apoio ao cooperativismo foi expresso em vários programas, inclusive com auxílio a compra de caminhões. Concretizamos um antigo sonho dessas importantes organizações, criando o Conselho Estadual de Cooperativismo, com o propósito de aproximar ainda mais as cooperativas do trabalho governamental, que pode e deve ser feito em seu benefício, bem como de consolidar instrumentos de permanente avaliação conjunta e aperfeiçoamento do sistema.

Na área de eletrificação rural, foram concluídas 41 obras em 39 municípios, com cerca de 10 mil novas propriedades eletrificadas.

Um problema social dos mais sérios, que ainda atinge uma razoável parcela da população paranaense, é a situação fundiária de algumas áreas do nosso território. Desde o nosso primeiro Governo, consideramos como dever de justiça a superação dos problemas relacionados à propriedade da terra. Assim, já em 1979 determinamos algumas ações, em nosso âmbito administrativo, e gestionamos junto ao Governo Federal, para que o processo de titulação daquelas áreas seja apressado.

A estrutura do Instituto de Terras e Cartografia foi ajustada a uma nova dinâmica, para que o órgão possa co-participar, com os organismos federais, da regularização fundiária, principalmente junto à faixa de fronteira. Um novo levantamento aerofotogramétrico de todo o Estado foi contratado, a fim de possibilitar a atualização cartográfica, essencial para os propósitos a que nos referimos. Encaminhamos também, propostas ao Governo Federal, no sentido de criarmos, conjuntamente, mecanismos que apressem o trabalho de regularização, do qual dependem inúmeras famílias de agricultores.

Com vistas a reduzir as diferenças que ainda existem, em nosso Estado, entre trabalhadores altamente qualificados e outros com reduzida qualificação, e para ampliar o atendimento aos trabalhadores desempregados — principalmente nas zonas rurais e nas camadas mais carentes da população urbana — foram criados o DETEPAR — Departamento do Trabalho do Paraná, e o Conselho Estadual de Mão-de-Obra, entidades que coordenarão as políticas específicas no Estado. Foi criada, também, a FIDEPAR, com o objetivo de promover o desenvolvimento de recursos humanos para a administração pública e o setor privado.

Os servidores públicos, que, com seus familiares, representam quase 5 por cento da população paranaense, foram contemplados com a instituição da Parcela Adicional Social — PAS, remuneração variável com o salário mínimo e proporcionalmente maior para os que têm menor renda. A Lei da Estabilidade beneficiou professores e funcionários administrativos do setor educacional e a instalação do Conselho do Magistério abriu perspectivas para novos avanços previstos no respectivo Estatuto.

A renda real eleva-se, também, à medida em que se tornam menores as despesas com alimentação,

educação, lazer, saúde, habitação, transporte e saneamento. Em 1979 foram intensificadas as pesquisas, sob o patrocínio do Governo do Estado, para aproveitar, na dieta da população, o elevado conteúdo protéico da soja. Ampliou-se, também, o programa de suplementação alimentar às gestantes, nutrizes e crianças de 6 meses a 6 anos.

Para ampliar a oferta de serviços de saúde e assistência social foram concluídos, ampliados, reformados ou readaptados Centros Sociais Urbanos, unidades sanitárias, centros de saúde, ambulatórios de saúde mental, unidades do Instituto de Assistência ao Menor e outras instituições. Foram apoiados, com recursos técnicos e financeiros do Estado, entidades municipais comunitárias de amparo à velhice, de albergaria, de atendimento ao menor e de assistência materno-infantil de 178 cidades do interior.

Foram construídas 1.986 novas salas de aula, custeados os estudos de 14.800 alunos carentes, dada assistência alimentar a 585 mil estudantes, assistência médico-odonto-sanitária a 550 mil alunos, e distribuídos 818 mil livros didáticos.

O setor de segurança, básico para a estabilidade social e bem-estar da população, constituiu-se em outro ponto de fundamental atenção. A par do treinamento de mais de 3.200 policiais civis e militares e da aquisição de novos equipamentos, intensificaram-se as ações de policiamento preventivo, assim como foram ampliados os efetivos na atividade-fim e a interiorização de serviços.

Incrementar e difundir o bem-estar em todas as regiões do Paraná é a segunda grande prioridade do Plano de Governo. Entre as medidas mais importantes de apoio às populações urbanas, destacaram-se:

* auxílio, mediante a transferência de recursos do Estado para os municípios, para que 203 cidades

com população inferior a 5 mil habitantes realizassem melhorias urbanas;

* apoio técnico e participação financeira para que as cidades de pequeno e médio porte elaborassem planos-diretores e realizassem outras melhorias nas estruturas urbanas respectivas;

* convênios com instituições federais para o levantamento da situação institucional dos municípios que fazem parte da METRONOR — Metrópole Linear do Norte do Paraná, abrangendo o eixo Londrina-Maringá;

* convênios para possibilitar o estudo de medidas necessárias ao controle da poluição industrial e ao estabelecimento de uma programação para o uso racional dos mananciais de abastecimento de água, naquela área metropolitana do Norte do Estado.

A preservação da infra-estrutura instalada também mereceu atenções especiais em 1979. A rede rodoviária sob a conservação do Estado, com cerca de 11 mil quilômetros, em função dos reflexos econômicos inerentes à sua utilização, necessita de manutenção eficiente. Assim, além da ação rotineira, foi esboçado o Plano Geral de Ação para Manutenção de Rodovias, que conta, inclusive, com a participação financeira do Banco Mundial.

Com a oficialização do Porto de Antonina como terminal marítimo para o carvão mineral de Santa Catarina destinado às indústrias paranaenses, resultado de gestões junto ao Governo Federal, atendeu-se a uma antiga reivindicação daquela cidade, que sempre teve no Porto uma fonte de empregos e de dinamismo econômico.

Amplio programa para construção de residências populares teve início em 1979. Durante o ano, 8.448 unidades foram construídas, 1.609 iniciadas, 1.520 con-

tratadas, 14.970 postas em licitação. Temos, finalmente, 4.652 em projeto, totalizando, nessa fase do programa, 31.199 residências. Vale destacar que, desde 1965 até 1978, o órgão responsável pelo setor havia construído 7.846 casas.

Foram concluídos 37 sistemas de abastecimento de água e ampliados outros 13; no final do exercício 19 novos sistemas e 28 obras de ampliação estavam em fases diversas de construção. A rede de distribuição de água de Curitiba foi acrescida de 300 km e 75 mil novas ligações domiciliares foram feitas, em todo o Estado.

No campo das telecomunicações foram ativadas 50 novas centrais telefônicas, com acréscimo de 14.926 terminais. Outras 15 centrais foram ampliadas, com aumento de 12.600 terminais. Em 44 distritos municipais foram instalados postos de serviço, primeiro estágio do programa de telefonia rural. Mais 80 cidades entraram no sistema DDD/DDI e outras 44 no sistema de Discagem Automática Regional. Concluiu-se o projeto da Rede Estadual de Retransmissão de Sinais de Televisão, já aprovado pelo Ministério das Comunicações.

A decisão do Governo de apoiar, com ênfase, as manifestações culturais e desportivas foi materializada, já nos primeiros momentos da administração, com a criação e instalação da Secretaria da Cultura e do Esporte. A nova Secretaria desenvolveu, em menos de um ano, importante trabalho para que a comunidade paranaense se dedicasse com maior intensidade ao esporte, tivesse melhores condições para exercitar as manifestações culturais e artísticas e desfrutasse, com o máximo aproveitamento, das oportunidades de lazer.

Além da multiplicação dos eventos artísticos, que abrangeram, principalmente, as áreas de teatro, música e artes plásticas, foi estimulado o intercâmbio cultural entre as comunidades paranaenses. Realizaram-se 34 eventos — encontros, festivais e promoções

artísticas, envolvendo 59 municípios e 135 mil espectadores.

A prática da educação física e do esporte, importantes para a preservação da saúde física e mental da população, foi incentivada, com ênfase especial aos estudantes. O espaço disponível para a prática esportiva na rede escolar oficial do Estado foi ampliado, com a construção de 35 quadras polivalentes e 6 piscinas. Com recursos repassados às Prefeituras, foram construídos centros esportivos em 44 municípios.

Mediante convênios com o PEME — Programa Especial de Módulos Esportivos, do Governo Federal, foram obtidos recursos para a construção de 8 módulos em cidades do interior. Foi também iniciada a construção de 5 outros módulos em cidades da Região Metropolitana de Curitiba.

O conjunto de atividades desportivas promovidas e apoiadas pelo Governo, no exercício, atingiu 214 municípios e cerca de 10 mil participantes, cumprindo o objetivo da interiorização desta modalidade de atendimento à comunidade.

Para aperfeiçoar a infra-estrutura econômica, visando ao desenvolvimento ulterior, intensificou-se o estímulo à pesquisa básica e aplicada, e desenvolveram-se programas para a integração das obras de infra-estrutura com as regiões limítrofes, o aproveitamento hidrelétrico, a mobilização energética e a pesquisa de recursos minerais. Para subsidiar solicitações do Estado ao Governo Federal, foram realizados estudos e projetos para a Ferrovia da Soja, a integração viária do Corredor de Exportação de Paranaguá e o Plano Hidroviário do Paraná.

As obras da Usina Hidrelétrica de Foz do Areia tiveram continuidade e, em agosto, a barragem atingiu a altura máxima de 160 metros. Prosseguiu-se a montagem dos equipamentos eletromecânicos, com os

cronogramas rigorosamente obedecidos, de maneira a assegurar a operação da primeira fase desta usina de 2,5 milhões de quilowatts, em fins de 1980. Vale destacar que mais de 50% dos investimentos dessa obra estão sendo desembolsados no período 1979/1981.

Outros marcos importantes para a política energética estadual foram a outorga da concessão ao Estado, pelo Governo Federal, para a construção da Usina de Segredo, também no rio Iguazu, com potência instalada superior a 2 milhões de quilowatts; a definição dos rios Piquiri, Ivai e Tibagi como rios paranaenses, em toda a sua extensão, para fins de aproveitamento hidrelétrico; o adiantado estágio dos estudos para o aproveitamento do Salto Caxias. Isso representa para o Paraná a garantia de suprimento de energia elétrica em quantidade compatível com as necessidades da economia do Estado.

Para compatibilizar a ação do Estado com a atual política energética nacional, foi criado o Conselho Estadual de Energia, órgão diretamente subordinado à chefia do Executivo. O Conselho já realizou, em 1979, a avaliação preliminar dos recursos energéticos do Paraná e definiu programas básicos para orientar, de imediato, a ação governamental no setor. Com similar propósito, foram ampliados os objetivos da COPEL, que passou a denominar-se Companhia Paranaense de Energia.

Estão sendo encaminhadas todas as providências para a identificação de novas jazidas de carvão e sua industrialização. O processo de gaseificação, opção para atender às necessidades do parque fabril paranaense, está sendo pesquisado. Não foram poupados esforços, com medidas diretas e gestões junto aos órgãos federais, para que o Paraná participe intensamente do PROALCOOL, se tornem viáveis os projetos estaduais de reflorestamento para fins energéticos e seja acelerado o aproveitamento do xisto em escala industrial.

A proteção do meio ambiente, o combate à poluição e a preservação do solo, pela importância presente e futura, merecem permanente cuidado de todos nós. Por isso mesmo, foram ampliados os serviços de análise das condições sanitárias e de controle da qualidade das águas dos mananciais e dos balneários do litoral; aumentou-se a fiscalização sobre as indústrias poluidoras, com resultado animador: reduziu-se em 23 por cento, em relação ao ano de 1978, a carga poluidora gerada pelas indústrias, graças à instalação de equipamentos antipoluentes exigidos pelo Governo Estadual. Também inúmeras determinações legais foram expedidas pelo Executivo, com o propósito de controlar com maior rigor e prevenir danos ao meio ambiente.

A flora e a fauna mereceram, nesses propósitos, especial atenção. Foi redefinido o perímetro do Parque do Marumbi e criado o Parque das Lauráceas. Providências foram tomadas para preservar a reserva florestal existente às margens do futuro reservatório da Usina de Itaipu. Para evitar a destruição da fauna que vivia na área do reservatório da Usina de Salto Santiago, todos os animais foram transferidos para outras áreas, antes da inundação. Seguindo esta mesma orientação, foi ampliada a fiscalização contra o desmatamento e o sacrifício de animais selvagens.

Na área fiscal, devem ser destacadas as ações para modernizar o sistema de arrecadação, mediante a simplificação dos procedimentos e processos dos órgãos fiscais, com benefícios para o contribuinte e para o Estado. Baseado no diagnóstico realizado na maioria dos órgãos do Executivo, desencadeou-se amplo programa de modernização administrativa, com o objetivo de facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo Governo, melhorar o atendimento à população e reduzir os custos desses serviços.

A gerência da dívida pública mereceu cuidados especiais. Foram feitos empréstimos externos, da ordem

de 147 milhões de dólares, para complementar recursos necessários aos programas governamentais. Estes financiamentos foram obtidos em condições de taxas e prazos considerados excelentes em relação ao mercado. Para melhorar ainda mais o perfil da dívida do Estado, estabeleceram-se critérios para as negociações de futuros empréstimos, levando-se em conta, principalmente, as reais disponibilidades de caixa do Tesouro do Estado.

Senhor Presidente,

Senhores Deputados:

O resumo das ações desenvolvidas pelo Executivo, no ano de 1979, reflete a filosofia de trabalho de toda uma equipe, já definida nas Diretrizes Globais, no Plano de Governo e nos Orçamentos encaminhados para exame e aprovação desta Casa, conforme alusão já feita no início desta Mensagem.

E essa filosofia, que é a soma de experiências de elementos dedicados à causa pública, por devoção e por vocação, fez com que, coerentes com as posturas e os objetivos governamentais, pautássemos a linha do diálogo elevado, aberto, veraz e direto com o povo, as lideranças comunitárias, os dirigentes dos organismos intermediários, as autoridades municipais e as que governam a Nação e, de maneira especial, com Vossas Excelências, também representantes da vontade popular.

Para testemunhar a firmeza de minha crença nesse diálogo, bastaria lembrar um dos primeiros atos, como Governador, quando estabeleci diretrizes precisas sobre o relacionamento do Governo, em todos os seus escalões, com os veículos de comunicação social. Determinei, em documento dirigido a todos os Secretários de Estado, que as portas do Governo deveriam estar abertas aos jornalistas; que as informações sobre

os planos, as obras e os serviços governamentais deveriam ser claras, objetivas, isentas de apreciações valorativas — enfim, que o mais absoluto respeito à opinião pública fosse regra fundamental da nossa conduta, não como um favor ou uma concessão circunstancial, mas como um dever.

Foi com esse mesmo espírito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que orientei a prestação de contas que integra a presente Mensagem. Nela Vossas Excelências irão encontrar o detalhamento das ações aqui referidas e a descrição de outras; irão perceber que existe uma interpenetração de ações, de tal modo que uma providência específica, em um determinado setor, pode concorrer para a consecução de mais de um objetivo, programa ou subprograma.

Quero ressaltar, ao encaminhar o relato da ação governamental à apreciação desta Casa, que o trabalho do Governo do Estado, como pretendemos fazê-lo — pelo povo e com o povo — procura ir ao encontro de todas as camadas da população. Sem essa conotação participativa pouco faríamos de sólido em benefício do aperfeiçoamento de nossa sociedade. E cumpre-nos dizer que a ação participativa, além da vontade dos governantes, demonstra o amadurecimento político e social dos paranaenses, que compreendem a significação do trabalho solidário entre todos os setores da comunidade e, num manifesto desenvolvimento cultural, equilibram os reclamos de seus direitos com a responsabilidade dos deveres sociais, o que, além de facilitar a ação governamental, amplifica os efeitos da mesma.

Finalmente, cabe aqui proclamar outra irrecusável verdade. Os resultados até agora obtidos na implementação do Plano de Governo, firme em seus objetivos sociais e inovador em sua formulação programática, também se deve à valiosa colaboração de um Poder Legislativo independente e soberano nas suas

deliberações, alicerçado no espírito público de seus integrantes, e de um Poder Judiciário onde o elevado senso de responsabilidade de seus magistrados assegura, na soberania de suas decisões, a tranqüilidade para o trabalho produtivo da coletividade.

Curitiba, 1º de março de 1980

NEY BRAGA

RELATÓRIO

— I —

**AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS
OBJETIVOS DE AUMENTO DA RENDA REAL PESSOAL**

PROGRAMA 1.1. ESTÍMULO A GERAÇÃO DE NOVOS EMPREGOS

Subprograma 1.1.1. Diagnóstico e Divulgação das Potencialidades do Paraná

Um dos instrumentos capazes de contribuir para a geração de novos empregos é a atração de empreendimentos industriais para o Estado. A execução de pesquisas e o cadastramento de informações capazes de propiciar aos empresários do Paraná, de outros estados e do exterior, uma avaliação segura sobre as vantagens locacionais do Paraná para a implantação ou expansão de unidades industriais têm se constituído em mecanismos que possibilitam a atração de tais empreendimentos. Tem sido comprovado que possui igual importância dar-se ciência à classe empresarial da existência de tais dados básicos, contemplados, entre estes, os relativos à estrutura produtiva instalada e em implantação. Nesse sentido, a divulgação orientada cumpre importante papel.

A Secretaria da Indústria e do Comércio coube a coordenação desse esforço, desenvolvido principalmente pelo CENDI — Centro de Desenvolvimento Industrial, BADEP — Banco de Desenvolvimento do Paraná, BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e CODIN — Coordenação do Desenvolvimento Industrial.

Tal esforço, por outro lado, foi apoiado por várias instituições vinculadas às demais Secretarias de Estado, como o Banco do Estado do Paraná S/A — BANESTADO, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-PR, Departamento Estadual de Estatística — DEE e Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES.

DIAGNÓSTICOS

O levantamento de dados capazes de indicar a potencialidade do setor industrial do Estado, e suas perspectivas de expansão, está sendo realizado através de programas conduzidos pela CODIN, destacando-se, entre eles:

a) O Programa “Perfil do Setor Secundário do Estado do Paraná”, que oferecerá o cadastramento dinâmico das empresas industriais, a nível de ramo de atividade, e o acompanhamento do desem-

penho do setor. Tal Programa, apresentou os seguintes resultados em 1979:

- * Conclusão do Cadastro Industrial do Estado.
- * Levantamento dos indicadores econômicos (ICM, Valor Agregado, Valor de Vendas e Valor de Produção), por MRH, municípios e gênero de atividade, na série temporal 1974/77.
- * Classificação dos municípios paranaenses pela respectiva participação na formação dos indicadores econômicos mencionados.
- * Início do levantamento da participação dos diversos gêneros de atividade na formação da economia dos municípios e da MRH.

b) O Programa "Metal-Mecânico da Região Sul", um estudo regional de interesse do Paraná com o objetivo de selecionar produtos do setor metal-mecânico que justifiquem uma sistemática de análise de mercado. Em 1979, obtiveram-se os seguintes resultados:

- * Constituição de Grupo Técnico Estadual, integrado por representantes do BADEP, BRDE, IPARDES e Secretaria do Planejamento.
- * Celebração de convênio entre os três Estados da Região Sul e a SUDESUL.
- * Início das análises contábeis de empresas do setor, do levantamento dos estabelecimentos em operação e da respectiva seleção temática, com vistas à elaboração do termo de referência a ser realizado pelo Grupo de Trabalho Estadual (1980) em colaboração com a SUDESUL e o Grupo Regional.

No decorrer do exercício, foi, ainda, desenvolvida pela CODIN uma série de estudos para atender a solicitações de outros órgãos do governo, de empresários e das classes políticas. Tais estudos se orientaram para a geração de subsídios, para um melhor conhecimento dos problemas do setor industrial paranaense, e para a produção de soluções a serem sugeridas a órgãos estaduais e federais relacionados com este campo de atividade.

Ainda com os mesmos objetivos deste subprograma, reorientou-se a política estadual de comunicação social, que passou a contribuir sistematicamente na divulgação das oportunidades de investimento existentes no Estado, bem como em relação às medidas de apoio a tais investimentos estabelecidas pelo setor público. A Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil estruturou a Central de Documentação e Pesquisa, já em condições de fornecer subsídios sobre muitas áreas. Nesta mesma linha, pode ser destacada a atuação do Departamento Estadual de Estatística, que passou a divulgar com periodicidade definida uma série de indicadores de caráter gerencial.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O CENDI concentrou seus esforços no decorrer de 1979, na identificação e promoção das oportunidades industriais existentes no Paraná, na atração de empresários e investidores interessados nas mesmas e no apoio aos empreendimentos industriais já existentes.

Expressas em números, as atividades do CENDI, voltadas ao estímulo à geração de novos empregos, no subprograma em consideração, resultam na seguinte tabela:

CONTATOS E REUNIÕES DE PROMOÇÃO E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Especificação	No Estado	Fora do Estado	No Exterior	Total
Com Empresas/Empresários	141	311	132	584
Com Bancos	8	13	14	35
Com Escritórios de Consultoria	1	20	7	28
Com Câmaras de Comércio, Consulados e Embaixadas	3	7	13	23
Com outras Entidades	16	23	13	52
Participação em Congressos e Feiras	1	4	—	5

FONTE: SEIC

O BADEP, por sua vez, deu continuidade, em 1979, ao seu trabalho de expansão, com vistas a atrair empreendimentos para o Paraná. Esse trabalho foi efetuado tanto a nível nacional, em que foram contatadas empresas de diversos Estados, interessadas em expandir ou realocar seus empreendimentos, como também no exterior. Duas missões, uma nos Estados Unidos e outra na Europa, procuraram atrair para o Paraná investidores que produzam no País bens substitutivos de importações ou que se destinem ao mercado externo.

Durante a missão à Europa, em Baden-Wurttemberg, Alemanha, o BADEP firmou um acordo de cooperação com o Landeskreditbank, no sentido de possibilitar um maior apoio às empresas clientes das duas instituições.

DECISÕES DE INVESTIMENTOS

Como resultado direto do trabalho de promoção e atração desenvolvido pelo CENDI, com o apoio de diversos outros órgãos estaduais, podem ser apontadas as decisões de implantação, no Paraná, das seguintes empresas: Refinações de Milho Brasil, Braskraft, Nippondenso e Sintepar.

Outras empresas, que também decidiram investir no Paraná ou que já têm unidades industriais no Estado, receberam também apoio e assistência do CENDI sob diversas formas, destacando-se entre estas: Sony, Paranaprint, Alcoa, Ciferal, Indústria de Adubos Paulista (IAP), Zanini Foster Wheeler, Contonificio São Bernardo, Cia. Brasileira de Calderaria (CBC), Tenenge, Usina de Alcool Santa Laura, Siderúrgica Guaíra/Gerdau, Celite, Brown Boveri e Du Pont. Em seu total, os investimentos programados por tais empresas deverão atingir aproximadamente US\$ 617 milhões, gerando cerca de 11.700 empregos diretos.

Subprograma 1.1.2. Constituição de uma Estrutura Suporte à Implantação e Consolidação de Distritos e Areas Industriais

A descentralização do parque fabril, com vistas à instalação ou consolidação de áreas industriais próximas das fontes de matérias-primas, objetivando simultaneamente a geração de empregos, a economia nos transportes e a criação de uma estrutura econômica diversificada foram também objeto da ação governamental, em 1979, principalmente pelo estímulo à interiorização das novas unidades industriais apoiadas com recursos públicos, e pela definição de áreas industriais específicas em diversas regiões do Estado.

Uma das ações de grande importância nesse sentido foi o estabelecimento de convênio entre o Estado do Paraná e o BNDE — envolvendo a Secretaria do Planejamento, Secretaria da Indústria e do Comércio, o BADEP, o CENDI e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba para adequar a localização das atividades produtivas no Estado, de modo a induzir a implantação de serviços urbanos essenciais com base na desconcentração industrial, e apoiar a empresa privada nacional. Contudo o objetivo básico foi o de promover o bem-estar social das nossas populações.

Este programa de apoio ao desenvolvimento industrial se acha dimensionado para a aplicação de 10 bilhões de cruzeiros, dos quais 50% para financiamento às indústrias e o restante para infra-estrutura urbana.

A Secretaria de Planejamento competiu a coordenação, compatibilização e acompanhamento do programa de trabalho anual e plurianual dos órgãos da administração direta e indireta envolvidos em tais ações, com vistas à sua adequação aos termos do convênio. Além disso, participou, em conjunto com a Secretaria da Indústria e do Comércio, na definição das cidades a serem apoiadas na área industrial, por tipologia, bem como no assessoramento, estímulo e planejamento do desenvolvimento urbano e industrial dessas cidades, auxi-

liando as Prefeituras na elaboração de planos diretores, leis de uso do solo e de zoneamento industrial.

A Secretaria da Indústria e do Comércio, por seu lado, desenvolveu um trabalho de apoio aos municípios na área de infra-estrutura industrial, através de levantamento das condições de incentivo à industrialização, compreendendo a avaliação da disponibilidade de áreas e dos incentivos oferecidos em 29 municípios, bem como a efetivação de estudos visando à criação do Programa de Distritos Industriais. Foram realizadas reuniões em 7 municípios, com as lideranças locais, visando a conscientização da comunidade para o esforço de industrialização. Participaram também dessas reuniões o BADEP, BRDE, DETEPAR, CEAG e SUREHMA. Foram promovidas, igualmente, reuniões com os responsáveis pela área de desenvolvimento industrial de 12 municípios.

O TECPAR, órgão vinculado à mesma Secretaria, com o propósito de possibilitar a prestação de um decidido apoio ao setor industrial, inclusive no campo da adequação e adaptação de tecnologias, atuou junto às indústrias, através de acordos e convênios, em programas de controle de qualidade de materiais e equipamentos, inspeções técnicas, pareceres e serviços de consultoria, realizando um efetivo apoio tecnológico para a criação e adaptação de novos processos e produtos, conforme demonstrado a seguir:

PRINCIPAIS AÇÕES TÉCNICAS DO TECPAR — 1979

Ações	Quantidades
Análises Minerais e Agroindustriais (determinações)	214.355
Inspeções Técnicas	46.550
Consultas Técnicas	720
Pareceres Técnicos	118

FONTE: SEIC

Através de um acordo de cooperação tecnológica Brasil/Japão, esta unidade está executando a implantação de um centro de tecnologia na Cidade Industrial de Curitiba, que atuará no setor de metal-mecânica e eletroeletrônica, em apoio próximo e sistemático ao setor.

Também o DETEPAR desenvolveu atividades de apoio às iniciativas de implantação e consolidação de empreendimentos industriais, notadamente daqueles de uso intensivo de mão-de-obra.

Em 1979, o DETEPAR realizou cursos de treinamento, de modo a atender 4.554 interessados no setor industrial e 2.917 na área de construção civil. Nas atividades de intermediação de empregos, das 55.584 colocações, 20% foram absorvidos pelo setor industrial e 43% pela área de construção civil, conforme relatado nos subprogramas relacionados à capacitação profissional.

A Junta Comercial do Paraná, procedendo à instalação de Escritórios Regionais no interior do Estado, gerou facilidades institucionais aos empresários para o processamento dos serviços de registros das suas atividades empresariais, evitando, com isso, os custos de deslocamentos obrigatórios dos interessados à Capital e minimizando as demoras de atendimento à clientela interiorana.

Outra instituição cuja ação, em 1979, se afigurou como de relevância para o desenvolvimento da interiorização industrial, foi o CEN-DI, que participou de 37 reuniões em 29 Prefeituras Municipais, 18 com Entidades Estaduais e 6 com Entidades Federais, com o propósito de contribuir na formação de uma consciência nas lideranças locais, da importância da sua participação no processo de desenvolvimento através da criação de condições favoráveis à instalação de empreendimentos industriais.

Além disso, em sua atividade de apoio e assistência ao setor industrial, o CENDI atendeu a 274 empresários e empresas, das quais 132 do Estado do Paraná, 106 de outros Estados e 36 do exterior. Para a prestação desses serviços, foram realizados 71 contatos e reuniões com Prefeituras Municipais, 60 com Órgãos Estaduais, 32 com Órgãos Federais e 17 com outras entidades.

FINANCIAMENTOS

A implantação de novos empreendimentos e a ampliação dos já existentes, quer no setor secundário quer no primário e no de serviços — fator essencial para o estímulo à geração de novos empregos — depende da oferta de financiamentos. No âmbito do Estado, estes foram propiciados principalmente através do BADEP e do BRDE.

BADEP

Em 1979, as operações aprovadas pelo BADEP atingiram a casa dos Cr\$ 3,8 bilhões, enquanto as operações contratadas somaram Cr\$ 3,5 bilhões. Desse último valor, apenas 27% foi destinado ao setor público. As operações com o setor privado, para investimento na implantação ou expansão de empreendimentos, particularmente no setor industrial, resultaram na criação de, pelo menos, 4.870 novos empregos diretos no Estado.

Os financiamentos contratados no ano beneficiaram 226 empresas, das quais 81 foram atendidas pelo PROMICRO, programa instituído em 1979, com o objetivo de financiar empresas industriais de pequeno porte, assim entendidas aquelas que se enquadram em pelo menos dois dos seguintes parâmetros: até 10 empregados; faturamento anual inferior a Cr\$ 3,2 milhões; patrimônio líquido inferior a Cr\$ 950 mil.

Outro fato a ser destacado na ação do BADEP, neste mesmo ano, foram os convênios firmados com as subsidiárias do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico — IBRASA e EMBRAMEC — nos valores de, respectivamente, Cr\$ 400 milhões e Cr\$ 730 milhões, com a finalidade de fortalecer as empresas industriais do Estado mediante participação societária ou financiamento a acionistas.

O BADEP firmou, também, convênio com a COFIE — Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas — órgão do Ministério da Fazenda —, propondo-se, sem qualquer ônus para os interessados, a avaliar e encaminhar os pedidos de empresas paranaenses que desejassem se beneficiar dos incentivos instituídos por aquele órgão e que se constituem, basicamente, nas possibilidades de reavaliação do ativo imobilizado, sem incidência de imposto de renda, acima dos índices da correção monetária para efeitos de aumento de capital. Em função do convênio, 14 empresas localizadas no Estado usufruíram de benefícios do apoio da COFIE em 1979.

O trabalho desenvolvido pelo BADEP no sentido de substituir recursos gravosos das empresas por recursos com custos subsidiados, apresentou excelentes resultados em 1979. Do saldo de empréstimos do Banco, na casa dos Cr\$ 11,6 bilhões em 31 de dezembro de 1979, 80% estão emprestados a um custo médio de 26% ao ano, ou seja, a um custo abaixo das taxas de mercado. O saldo de aplicações do Banco, por outro lado, atingiu, naquela data, Cr\$ 15,5 bilhões, sendo que, além dos Cr\$ 11,6 bilhões alocados em empréstimos, Cr\$ 3,9 bilhões foram destinados à prestação de avais e fianças.

BRDE

A Agência do BRDE no Paraná, no exercício de 1979, contratou operações de financiamentos e prestações de garantias no montante global de Cr\$ 2,6 bilhões, atingindo 85,3% das metas de contratação previstas para o ano, constantes no seu Plano de Ação.

Nas operações de financiamentos contratados, foram destinados Cr\$ 198,7 milhões a Agricultura e Pecuária, Cr\$ 1.309,4 milhões ao Setor Industrial, Cr\$ 486,8 milhões ao Setor de Prestação de Serviços e Comercial, e Cr\$ 564,1 milhões para a instituição de infra-estrutura pelo Setor Público.

VALOR DOS CONTRATOS POR FINALIDADE — 1979

Discriminação	Valor Cr\$ Mil	(%)
Total Contratado	2.559.063,9	100,0
Para Saneamento Financeiro	526.099,6	20,6
Para Reforço de Capital de Giro	986.451,5	38,5
Para Investições Fixas	1.032.841,8	40,4
Para Pré-Investimento	14.671,0	0,5

FONTE: SEIC

Com relação ao item financiamentos, pode-se afirmar que um dos principais reflexos das atividades desenvolvidas pelo BADEP e BRDE, em 1979, foi a criação de cerca de 8.060 novos empregos diretos. Por outro lado, 50% dos financiamentos do BRDE foram destinados ao interior do Estado, e das 81 empresas industriais atendidas pelo BADEP, através do PROMICRO, apenas 4 se localizam na Capital.

Subprograma 1.1.3. Dinamização dos Empreendimentos Agro-Industriais Junto às Fontes Produtoras

No decorrer de 1979, atendendo à orientação implícita neste subprograma, foram obtidos resultados que podem ser considerados auspiciosos. Os dois maiores organismos de fomento econômico do Estado — BADEP — Banco de Desenvolvimento do Paraná e BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul — atenderam solicitações relativas a 230 empreendimentos agroindustriais, os quais demandaram aplicações da ordem de 2,8 bilhões de cruzeiros, beneficiando novas empresas e possibilitando a expansão de outras já existentes.

Fato a ressaltar é que estas aplicações, guardando extrema coerência com o propósito governamental de distribuir harmonicamente o bem-estar e o progresso, estão distribuídas por todo o território estadual. Como exemplos, podem ser citados os seguintes empreendimentos:

- * indústrias de madeira, em Curitiba;
- * indústria de papel e papelão, em Araucária;
- * indústria de produtos alimentares, em Maringá;
- * destilaria de álcool, em Santo Antônio da Platina;
- * a expansão de diversas cooperativas agropecuárias, como as de São João do Ivaí, Marechal Cândido Rondon, Palmeira e Cascavel.

Diversos estudos ligados ao propósito deste subprograma foram desenvolvidos pelo IPARDES, e a Secretaria da Indústria e do Comércio deu início ao programa de pesquisas sobre matérias-primas do setor agropecuário passíveis de industrialização verticalizada e integrada.

A EMATER/PR, por seu lado, se acha desenvolvendo especial atividade na assistência técnica à intensificação da produção de determinados produtos em algumas regiões, visando ao suprimento de indústrias regionais com matérias-primas adequadas, como vem ocorrendo em relação à cevada, para as maltarias sediadas no interior.

Subprograma 1.1.4. Assistência Gerencial e Especial à Pequena, Média e Microempresa

A assistência gerencial, como forma de melhorar o desempenho das empresas, continuou, como nos anos anteriores, recebendo especial atenção do BADEP, que destinou, a fundo perdido, Cr\$ 12 milhões diretamente ao CEAG-PR — Centro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa, para custear programas desenvolvidos nessa área, e Cr\$ 3 milhões como subsídios às empresas mutuárias para contratação de serviços de consultoria tendo em vista a melhoria de suas gestões.

A Secretaria da Indústria e do Comércio, por intermédio do DETEPAR e da Coordenadoria de Desenvolvimento Comercial, procedeu estudos sobre a oportunidade de criação de um Fundo de Geração de Empregos, destinado a apoiar microunidades de produção cuja expansão comprovadamente gerasse novos empregos direto. No final do exercício, tais estudos se achavam em apreciação no Ministério do Trabalho.

Esta mesma Secretaria firmou convênios com o CEAG-PR para o atendimento de 388 pequenas e médias empresas, com o treinamento de 918 empresários, e com a FIDEPAR e Universidades Estaduais, para o atendimento de 319 pequenas e médias empresas e treinamento de 694 empresários. Além disso, providenciou a atualização do projeto INCOSERV, para o cadastramento de 6.580 empresas industriais, comerciais e de serviços.

Na área de crédito, o BANESTADO tem dado apoio creditício às pequenas, médias e microempresas, com base na resolução 388 do Banco Central do Brasil, que oferece recursos a taxas subsidiadas, contribuindo para o fortalecimento dessas empresas. Com tal objetivo, foram aplicados Cr\$ 505 milhões, a taxas de 1,3% ao mês, além de outros recursos a taxas de mercado.

Além dessas ações, foram procedidos estudos iniciais sobre a viabilidade de implantação, na Região Metropolitana de Curitiba, de uma Central de Insumos para Micro Empresas dos ramos metalúrgico, mecânico, eletroeletrônico e moveleiro. As proposições resultantes do estudo se achavam ao final de 1979 em negociação com o Ministério do Trabalho, dependendo sua instalação de que se efetive convênio com Órgãos daquele Ministério.

Subprograma 1.1.5. Regularização Temporal e Espacial da Execução de Obras Públicas

O Decreto 669, de 13 de junho de 1979, criou, na Secretaria da Administração, o Sistema Centralizado de Construções de Prédios Pú-

blicos, instrumento que permite aos órgãos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas, a utilização dos serviços da Empresa de Obras Públicas do Paraná para contratar a construção de prédios públicos, mesmo aqueles cujo financiamento deva ocorrer à conta de recursos próprios, de fundos especiais, convênios ou qualquer outro recurso financeiro.

O Sistema, cuja operação se iniciou já em 1979, permite que a execução das obras públicas obedeça a uma certa regularidade de distribuição sobre a base física do Estado e que se conduza o programa de edificações de modo a absorver maior quantidade de mão-de-obra nos períodos de entre-safra, evitando-se assim, grandes oscilações no comportamento da demanda de empregos ao nível de localidade. Pretendeu-se, com a medida, gerar novas oportunidades de trabalho para as populações liberadas da atividade agropecuária em determinados períodos do ano.

Assim, as construções de prédios executados em 1979, abrangendo também o programa de reparos em edificações, executados diretamente pela EMOPAR e FUNDEPAR, ou por intermédio de convênios com as Prefeituras Municipais, constituíram um dos importantes componentes da ação governamental voltada à geração e estabilização da oferta de empregos. O quadro a seguir demonstra os resultados obtidos em termos de ocupação de mão-de-obra.

GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CONSTRUÇÃO E REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS — 1979

Investimento Global	5% EMOPAR	Empreiteiras Contratadas	Repassé às Empreiteiras	15% Faturam. Empreiteiras
Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$
201.287.000	10.064.000	189	191.223.000	28.684.000

Saldo	M.O. + En- cargos 40%	Salário Médio + Encargos	Mão-de-Obra Ocupada	Obras Executadas
Cr\$	Cr\$	Cr\$		
162.539.000	65.016.000	8.000	8.127	612

FONTE: EMOPAR — GPS/SEAD

Também as Companhias Estaduais que atuam de modo expressivo na área de construções, passaram a estruturar seus cronogramas de obras segundo as diretrizes deste subprograma, engajando-se num processo cujo aperfeiçoamento, obviamente, requer mais do que um exercício para sua consolidação.

X

O Setor Transportes tem contribuído de modo significativo para os objetivos do subprograma, e programações como o PROSAFRAS, as de construção de estradas vicinais e alimentadoras e as de conservação de rodovias, passaram, ainda em 1979, a desenvolver-se com tal preocupação. A magnitude da sua contribuição pode ser inferida pela expressão das obras executadas, isto é, 1.278,2 km de pavimentação e revestimento primário; 1.917 km de melhorias em estradas de escoamento de produção; e 11.007 km de estradas conservadas e restauradas.

Subprograma 1.1.6. Promoção do Comércio Interno e Externo

Várias medidas foram tomadas, principalmente na área de atuação da Secretaria das Finanças, Secretaria do Planejamento e Secretaria da Indústria e do Comércio, visando à promoção do comércio interno e externo. Esses esforços se fundaram na consciência da importância desse instrumento para estimular a geração de novos empregos e para o aumento da renda real pessoal dos paranaenses.

A SEFI concedeu dilação de prazo de 30 dias na exportação de café pelo Porto de Paranaguá, independente da localidade em que tenha sido fechado o câmbio, beneficiando, com isso, não só as empresas envolvidas nessa operação comercial, como, principalmente, a comunidade, pelos reflexos no incremento da renda, pois da ativação do setor decorrem significativos efeitos na geração de empregos e na arrecadação tributária.

A CODEC, unidade da Secretaria de Indústria e do Comércio, atuou pela implantação do Plano Estadual de Comercialização — PLANEC, em convênio com o MIC e com o apoio do Departamento Estadual de Estatística. O sistema, implícito no plano, compreende a organização de uma estrutura básica de informações sobre o processo estadual de comercialização, consideradas as múltiplas integrações existentes e possíveis entre a comercialização efetuada por cabotagem, a comercialização efetuada por via férrea, a comercialização efetuada por via rodoviária e a comercialização internacional do Estado.

A mesma unidade iniciou o desenvolvimento da “matrix” de rotas de custo operacional mínimo de transporte, a partir do estudo dos fluxos de comercialização e de análises de origem e destino. Tal estudo visa à formulação de um modelo metodológico para análise e para geração de diretrizes que permitam maior racionalidade no processo de comercialização do Estado. Este projeto contemplará a elaboração do perfil de comercialização por áreas abrangendo: atividades de transportes, armazenagem, manuseio físico, containerização, embalagem, financiamento e comunicação.

Ainda por iniciativa da CODEC, foram realizadas reuniões com empresários representantes da área de comercialização, para debater so-

bre a conveniência da criação de uma Bolsa de Mercadorias no Paraná.

Em 1979, o Departamento Estadual de Estatística passou a integrar e apoiar o Sistema de Comercialização, gerando informações sobre o processo de comercialização e as variáveis que contribuem para sua efetivação. Outros subsistemas geradores de informações sobre o comércio de produtos pelo Estado, de responsabilidade desse Departamento, foram mantidos e aperfeiçoados, destacando-se:

- * Comércio Interestadual por Vias Internas — Exportação;
- * Comércio Interestadual por Vias Internas — Importação;
- * Comércio de Cabotagem — Exportação e Importação;
- * Comércio por Vias Férreas — Exportação e Importação;
- * Comércio Internacional — Exportação;
- * Comércio Internacional — Exportação e Importação.

Um dos principais instrumentos do Governo para a promoção do comércio interno e externo é o Conglomerado BANESTADO. Essa instituição, vinculada à Secretaria de Finanças, teve destacado desempenho no exercício de 1979. O Banco do Estado do Paraná, órgão líder do Conglomerado, aumentou o seu capital em 99,50%, sendo 72,90% com aproveitamento das reservas e 26,60% em dinheiro, atingindo um capital integralizado de Cr\$ 1.296.750.000,00 e ampliando para 220 o seu número de Agências.

Foram as seguintes as agências instaladas no exercício:

1 —	Brasilândia	— inaugurada em 17.04.79
2 —	Icaraíma	— inaugurada em 25.05.79
3 —	Antônio Olinto	— inaugurada em 25.05.79
4 —	São José	— inaugurada em 25.05.79
5 —	Nova América da Colina	— inaugurada em 09.06.79
6 —	Santa Rita D'Oeste	— inaugurada em 15.06.79
7 —	Tupãssi	— inaugurada em 15.06.79
8 —	Palmeirinha	— inaugurada em 20.07.79
9 —	Paraná do Oeste	— inaugurada em 25.07.79
10 —	Carambei	— inaugurada em 03.08.79
11 —	Cafezal	— inaugurada em 10.08.79

Com as inaugurações ocorridas em 1979, o número de municípios paranaenses diretamente atendidos pelo BANESTADO elevou-se para 177 e o número de agências em nosso Estado para 202.

Também com o objetivo de apoiar a expansão do comércio, o BANESTADO concluiu a etapa inicial dos estudos voltados à instalação de Agências no exterior e em outros Estados. O objetivo inicial é o de instalação de uma agência no Paraguai, tendo havido já entendimentos neste sentido com autoridades daquele país. O assunto está sendo encaminhado por via oficial e diplomática, dependendo a sua solução final de autorização prévia das autoridades monetárias do Paraguai, uma vez que o Banco Central do Brasil, em reunião de Diretoria de 20.12.79, aprovou e autorizou a constituição do Banco del Paraná no país vizinho, com nossa participação majoritária no Capital Social. Foram feitos os estudos preliminares para possível instalação de escritórios de representação em Nova Iorque, Chicago, Miami e Londres.

Além destas ações, contribuíram para a promoção do comércio as iniciativas desenvolvidas por vários órgãos estaduais na área de treinamento e promoção, através da participação em exposições e feiras, conforme relatado nos subprogramas específicos.

Subprograma 1.1.7. Incorporação de Novas Áreas ao Processo Produtivo Agropecuário

A fronteira agrícola, no Estado, nos dias atuais praticamente coincide com a fronteira geográfica, sendo possível, porém, a incorporação de pelo menos 1,0 milhão de hectares ao processo produtivo, incluindo-se neste total as áreas de várzeas e terras inexploradas intrapropriedades.

A grande concentração das áreas com baixa densidade de exploração ocorre nas regiões do Litoral, Alto e Médio Tibagi, Alto e Médio Iguaçú e regiões Sul e Centro do Estado.

As principais ações desenvolvidas pela Secretaria da Agricultura, através do trabalho de seus Departamentos e das Empresas Vinculadas, se orientaram para o atingimento dos objetivos deste subprograma, por intermédio do cumprimento de seus respectivos programas de trabalho, como ilustrado a seguir.

Merecem destaque a inclusão, em 1979, do Paraná no Programa PROVARZEA, de âmbito nacional; os serviços de dragagem de rios no Litoral, desenvolvidos pela CAFE-PR em convênio com o DNER; a agilização do processo de regularização fundiária no Litoral, Vale da Ribeira e regiões Sul e Central do Estado, de fundamental importância no processo de ocupação do solo e eliminação de tensões sociais; a pesquisa de produtos passíveis de exploração nestas regiões, desenvolvida pelo IAPAR, principalmente por intermédio das estações de Morretes e Ponta Grossa; o desenvolvimento de projeto visando a produção e plantio de 15,0 milhões de mudas de erva-mate em 32 municípios das Regiões Metropolitana, Sul e Sudoeste do Estado; o incremen-

to à produção de "citrus" principalmente na região de Cerro Azul; e a expansão do número de escritórios da EMATER, que abrangem direta ou indiretamente todos os municípios dessas regiões.

Foram também efetuados serviços de destoca em 6.320 hectares; foi coordenada a montagem do Programa de Minipólos de Recebimento de Produtos pela COPASA; foram assistidos diretamente mais de 100.000 produtores, através de 202 escritórios da EMATER, e foi prestado assistência técnica a mais de 100.000 produtores, através de 202 escritórios da EMATER.

Ainda a Secretaria da Agricultura, por intermédio do Departamento de Economia Rural — DERAL, realizou trabalhos técnicos objetivando informar os produtores e empresários rurais sobre a possibilidade de incorporação de novas áreas ao processo produtivo agropecuário, destacando-se entre tais trabalhos:

- * Abordagem sobre uma política de sementes;
- * Proposição para elevar a taxa de utilização de sementes melhoradas de feijão;
- * Panorama da produção de sementes;
- * Plantio precoce de milho no Estado do Paraná;
- * Proposições à comercialização de cebola para o Núcleo Regional de Jacarezinho;
- * Aspectos da situação da batata na região de Curitiba;
- * Programa de aproveitamento racional das várzeas irrigáveis no Estado do Paraná — PROVARZEA-PR;
- * A cultura da mamona no Paraná;
- * A cultura da mamona no Paraná;
- * Perspectivas da erva-mate no Estado do Paraná;
- * Estudo de viabilidade da cultura da colza no Paraná.

PROGRAMA 1.2. APOIO INTEGRADO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL.

Subprograma 1.2.1. Estímulo ao Associativismo e Cooperativismo

Convênios celebrados entre a Secretaria do Planejamento a Secretaria da Agricultura, a Secretaria das Finanças e 19 Cooperativas possibilitaram a aquisição de mais de 100 caminhões para utilização na distribuição de insumos agrícolas e coleta de produção ao nível de pro-

priedade, bem como para o transporte de produtos até os centros de processamento e consumo, contribuindo para uma melhor remuneração do pequeno produtor rural.

Os recursos alocados para esta programação atingem o montante de Cr\$ 23.500.000,00.

Também a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE DO PARANA foi envolvida, cabendo-lhe o papel de dedicar-se às regiões menos desenvolvidas, ainda incipientemente atendidas por cooperativas.

O Departamento de Economia Rural — DERAL, da SEAG com vistas a contribuir para os objetivos do subprograma de estímulo ao associativismo, elaborou trabalhos técnicos sobre o Desenvolvimento do Cooperativismo no Paraná, Formas de Associativismo, e Análise Crítica do Cooperativismo Paranaense.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná — EMATER-PR, vinculada à SEAG, deu assessoramento técnico-administrativo a 43 cooperativas, envolvendo 27.338 produtores; elaborou 15 planos de crédito rural especial às cooperativas, com um montante contratado de Cr\$ 74,2 milhões, organizou e assessorou uma Associação de Apicultores e dois núcleos de Apicultores; assessorou a Associação de Produtores de Hortigranjeiros de Agudos do Sul, bem como a dos Produtores de Banana do Litoral.

Além do que, incluiu na sua dinâmica operacional a intensificação e sistematização do processo de transmissão de informações aos agricultores sobre as vantagens do associativismo e sobre a disposição do Governo Estadual em apoiar a constituição de novas entidades com tal propósito.

A EMATER promoveu, também, 42 reuniões com grupos de produtores, visando sensibilizá-los para os benefícios advindos da eletrificação rural cooperativada. Como estímulo ao cooperativismo, o Banestado tem ampliado significativamente o crédito às Cooperativas. Em janeiro de 1979, o Banestado possuía Cr\$ 2,5 milhões aplicados em financiamento às Cooperativas e em dezembro de 1979, o financiamento já chegava a Cr\$ 67,5 milhões.

Subprograma 1.2.2. Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural

O Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL, destinado à promoção social e econômica dos pequenos produtores rurais, envolve, entre outras ações, a assistência técnica, o

crédito rural, a infra-estrutura básica e o atendimento às necessidades sociais mais prementes nas regiões do Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Tibagi e Alto e Médio Iguaçu. As demais regiões, caracterizadas por acentuado dinamismo, tem o seu atendimento provido pela estrutura normal de atuação do Sistema Estadual de Agricultura.

Em outubro, foi concluída pela SEPL, SEAG e SEFI, com o apoio de outros órgãos estaduais, a primeira versão do projeto técnico do PRORURAL, o qual serviu para entendimentos iniciais com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID. Atualmente encontra-se em elaboração o projeto final, cujo valor total deverá ficar entre 100 e 150 milhões de dólares.

A Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná — EMATER/PR, um dos principais instrumentos governamentais de apoio agrícola, realizou projetos de assistência para 34.887 produtores de arroz, feijão e milho e para olericultores, utilizando 81.005ha de área cultivada, com adoção de tecnologia para demonstração. Atendeu ainda a 3.097 produtores, com treinamento em administração rural, e elaborou 3.834 planos de crédito rural, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 739,0 milhões.

Outro projeto específico de assistência técnica atendeu 40 mil produtores de algodão, batata, café, cevada, menta, soja, trigo, sericultores, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 895 milhões.

A ação especial de maior envergadura dentro do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor foi a desenvolvida no sentido de elevar o nível de qualidade de vida dos produtores. Dessa forma, prestou-se assistência, em 1979, a 11.481 famílias no setor de saúde e a 11.343 famílias em alimentação. Foram atendidos também, 17.538 produtores localizados numa área de 38.648 ha, em regiões caracterizadas por pequenos índices de capitalização, utilização de tecnologias rudimentares e baixos níveis de qualidade de vida. Organizaram-se, ainda, feiras-livres em diversos municípios do Estado, objetivando facilitar a comercialização de produtos olerícolas.

O IAPAR, por seu turno, pesquisou culturas típicas de subsistência, como arroz, feijão e milho, e também pesquisou café, como cultura básica de sistemas de produção intercalar e como alternativa para a região do litoral, e fruticultura, como alternativa para a exploração econômica de pequenas áreas.

Além disso, foram desenvolvidas pesquisas em piscicultura e olericultura, sistemas de produção e culturas alternativas para os pequenos produtores.

Foram realizadas pela CAFE DO PARANÁ 2.000 horas de serviços de motomecanização subsidiada, na região do litoral, através do projeto de drenagem de áreas alagadas e alagadiças, em convênio com o DNOS.

A FIDEPAR, entidade vinculada à Secretaria dos Recursos Humanos, no propósito de ofertar ao pequeno produtor conhecimentos básicos de administração rural, realizou treinamento dirigido a cerca de 1.500 pessoas oriundas de pequenas propriedades agrícolas.

Subprograma 1.2.3. Fornecimento de Insumos ao Pequeno Produtor

Registrando uma ampliação de 10 postos de venda sobre o ano anterior, a CAFE DO PARANÁ — Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná manteve à disposição dos produtores, nas diversas regiões do Estado, uma estrutura de 247 postos de comercialização de insumos agrícolas e veterinários. São 250 produtos ofertados em caráter supletivo e regulador da atividade comercial privada.

A CAFE DO PARANÁ comercializou também 25.605 toneladas de sementes fiscalizadas de algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo.

No que se refere a medidas institucionais de facilitação da aquisição de insumos, além do incentivo à utilização da estrutura das cooperativas, foi lançado o Programa de Apoio ao Movimento Sindical Ruralista, com emissão de credenciais aos sindicatos cadastrados, visando simplificar as exigências formais e reduzir os obstáculos na obtenção de crédito para compra de insumos agropecuários.

O Banestado, visando estender os serviços bancários de assistência creditícia aos pequenos produtores, instalou 9 Postos Avançados de Crédito Rural nos seguintes municípios: Paulo Frontin, Tibagi, Ortigueira, Kalaré, Primeiro de Maio, Santa Helena, Palmital, Terra Roxa e Planaltina do Paraná.

Na área de fiscalização do comércio de insumos, objetivando garantir a qualidade dos produtos adquiridos pelos pequenos produtores, o Departamento de Fiscalização — DEFIS, da SEAG, realizou as seguintes atividades:

- * 4.589 inspeções a comerciantes de mudas;
- * 7.713 inspeções a comerciantes de sementes;
- * 20.788 coletas de amostras de sementes;
- * 623 registros de comerciantes de sementes;
- * 68 fiscalizações de produtores e manipuladores de defensivos agrícolas;
- * fiscalização de 6.821 comerciantes de defensivos, com análise de 1.512 amostras;
- * 7.326 inspeções a revendedores de vacinas;
- * 2.499 fiscalizações diversas sobre vacinações.

Subprograma 1.2.4. Extensão da Infra-Estrutura de Serviços Essenciais ao Meio Rural

A disponibilidade de serviços essenciais se constitui em etapa fundamental do processo de melhoria de qualidade de vida no meio rural. O Governo do Estado, ciente da sua responsabilidade nesta área, procurou atuar coordenadamente para atingir tais propósitos em 1979. Assim, foram construídas pelas Secretarias de Saúde e do Bem-Estar Social, com recursos financeiros do convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado e em terrenos doados pelos municípios, as Unidades Sanitárias localizadas no Distrito de Juranda — município de Mamborê (60 m²) e nas sedes dos municípios de Pérola do Oeste (90 m²), Palmital (90 m²), Enéas Marques (140 m²), Lobato (67 m²), Indianópolis (90 m²), Quinta do Sol (90 m²), Salto do Itararé (90 m²), Presidente Castelo Branco (90 m²), General Carneiro (90 m²), São Tomé (90 m²), Guaporema (90 m²), Santo Antônio do Paraíso (90 m²) e Manoel Ribas (90 m²), destinadas à execução de ações de medicina preventiva e orientação à população rural.

O problema de habitação rural foi estudado pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, que, durante o ano de 1979, concluiu a elaboração de um projeto pioneiro a ser implantado no início de 1980, que compreende a construção de casas do tipo embrião em terrenos de dimensões que comportem cultivos de subsistência e localizados a curta distância de um centro urbano. O projeto experimental localizar-se-á em duas áreas no município de Imbituva e em uma área no município de Apucarana, envolvendo a construção de 38 moradias.

Da mesma forma, iniciou-se a implantação, através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, do Programa de Saneamento Rural, o qual visa, essencialmente, o atendimento de micronúcleos urbanos e mesmo moradias isoladas no meio rural.

O Plano Estadual de Retransmissão e Repetição do Sinal de Televisão elaborado pela Paraná Radiodifusão S. A. — RADIPAR, e submetido à aprovação do Ministério de Comunicações, proporciona as condições para que todo o território paranaense tenha condições de receber sinal de TV gerado pelas concessionárias em operação no Estado.

A Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, elaborou o Plano de Telefonia Rural, objetivando levar um sistema de comunicação rápido e eficiente até as propriedades rurais. O atendimento a estas propriedades se faz, prioritariamente, através das cooperativas agrícolas de maior porte. A operacionalização deste Plano possibilitou, durante o ano de 1979, instalar 43 Postos de Serviço em distritos municipais, elevando, assim, para 170 o número de distritos já atendidos, além de todos as sedes municipais do Estado.

No setor de eletrificação, que será abordado com mais detalhe adiante, as obras realizadas em 1979, pela Companhia Paranaense de Energia — COPEL, resultaram em um acréscimo de 10.000 novas ligações, beneficiando a aproximadamente 50.000 pessoas no meio rural.

Foi concluído pela Secretaria de Segurança Pública estudo para ampliação e redistribuição dos postos de identificação civil no Estado. Com esta medida pretende-se facilitar o acesso da população a esse imprescindível serviço, mediante a instalação de mais 102 postos exclusivamente no interior do Paraná, conforme relatado no Subprograma 2.3.8.

A Secretaria da Educação construiu em 1979, 100 novas salas de aula na zona rural, beneficiando a 7000 mil novos alunos e no final do exercício, achavam-se em construção mais 154, que beneficiarão a 10.780 alunos. Além disso, elaborou projeto para o aperfeiçoamento da educação formal e informal do setor primário, envolvendo 10 colégios agrícolas do Estado.

Subprograma 1.2.5. Aquisição de Excedentes de Produção

A COPASA — Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, vinculada à SEAG, iniciou a implementação do Projeto Minipólos de Recepção de Produtos Agrícolas, que objetiva garantir ao pequeno produtor uma estrutura de apoio à comercialização, minimizando sua dependência da atuação do intermediário.

Foram inaugurados, em 1979, os sete primeiros minipólos em Aparecidinha, Capitão Leônidas Marques, São Sebastião, Céu Azul, Braganey, Três Barras e Cadanduvás, contando com a adesão da Coopavel.

Outra iniciativa importante neste setor foi a celebração de convênio entre as Secretarias do Planejamento e da Agricultura, esta através da CAFE DO PARANÁ, com a finalidade de possibilitar aos produtores não congregados em associações de mútua ajuda o transporte de seus produtos até os centros de processamento e consumo.

A CEASA/PR — Centrais de Abastecimento do Paraná implantou os núcleos de mercado do produtor, que são locais onde os agricultores, principalmente de hortigranjeiros, poderão comercializar seus produtos sem intervenção de intermediários.

Como providência institucional relevante, merecem destaque as gestões estaduais junto ao Governo Federal para que a CAFE DO PARANÁ seja credenciada a adquirir os excedentes de produção, dentro da política de garantia do preço mínimo.

Subprograma 1.2.6. Apoio a Empreendimentos Avícolas e Pecuários

A Secretaria da Agricultura realizou, através do DERAL, a análise dos estabelecimentos leiteiros do Estado e concluiu o estudo relativo à fixação de preços mínimos para suínos e aves.

O Departamento de Fiscalização — DEFIS, da mesma Secretaria, realizou atividades de Defesa Sanitária Animal, dentre as quais foram efetuadas inspeções a 7.326 revendedores de vacinas, controlados, 1.219 certificados de vacinação e fiscalizados especialmente os refratários à vacinação contra a febre aftosa.

O DEPRO elaborou programa de comercialização de reprodutores bovinos com vistas à melhoria dos rebanos e elevação das taxas de desfrute.

A EMATER/PR assistiu a cerca de 3.000 pequenos produtores entre bovinocultores de corte e de leite e suinocultores. Apoiou também a realização de 5 feiras de bezerros no Paraná em 1979.

A CAFE DO PARANÁ, além da ampliação da oferta de insumos agropecuários, atuou na venda de cerca de 300 bezerros de raça apurada, com o objetivo de melhorar o padrão genético do gado leiteiro.

O BANESTADO, visando o estímulo à produção abundante de alimentos, atuou, principalmente através da sua Carteira de Crédito Rural, que dispõe de técnicos preparados em todas as Gerências Regionais. Tal atuação fundou-se na oferta de apoio e orientação técnica e creditícia aos empreendimentos avícolas e pecuários, possibilitando, desta forma, uma redução dos preços dos principais produtos a nível de consumidor final, além de propiciar um excedente para exportação, melhorando nosso balanço de pagamentos.

PROGRAMA 1.3. CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA RENDA DA AGROPECUARIA COMERCIAL

Subprograma 1.3.1. Pesquisa Aplicada e Experimentação Agropecuária

Os esforços governamentais na área de pesquisa e experimentação agropecuária, visando ao aumento da produtividade dos estabelecimentos rurais de qualquer porte, foram desencadeados, principalmente pelo Instituto Agrônômico do Paraná — IAPAR, que inaugurou durante 1979 as seguintes instalações e obras:

- * Unidade de beneficiamento de sementes com capacidade operacional de 800 sacas/dia e armazém de sementes com capacidade para 30.000 sacas.

- * Unidade de processamento de café (secador, terreiros, tulhas, viveiros de mudas, instalações para pré e pós-processamento de materiais de ensaios, laboratórios, etc).
- * Casa de vegetação e laboratórios de apoio.

O IAPAR também editou e iniciou a distribuição das “Cartas Climáticas Básicas do Estado do Paraná”.

As atividades de pesquisa do Instituto tiveram prosseguimento com a conclusão de 71 projetos distribuídos espacialmente no Estado. A produção de sementes básicas de algodão, arroz, feijão, forrageiras, soja e trigo ocupou uma área de 807 hectares, ampliando-se em 30% a disponibilidade dessas sementes.

Ampliou-se a infra-estrutura produtiva do órgão com a conclusão de 4 telados para pesquisa vegetal e uma unidade de processamento de café em Morretes, de um Centro de Pesquisa de Suínos em Pato Branco, da Unidade de Beneficiamento de Sementes de Algodão em Cambará e da instalação de pólo regional de pesquisa agropecuária em Ponta Grossa.

Com o apoio do TECPAR, Instituto de Tecnologia do Paraná, o IAPAR vem executando atividades de controle de qualidade de solos, envolvendo análises laboratoriais que visam orientar para o adequado aproveitamento do solo e conseqüente melhoria na produtividade agrícola.

A Secretaria da Agricultura, mediante convênio, tem utilizado a estrutura do TECPAR para a realização de análises de sementes, fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, contribuindo, assim, para o aprimoramento da assistência técnica aos produtores na aquisição e aplicação de insumos.

Subprograma 1.3.2. Complementação da Infra-Estrutura de Escoamento e Armazenagem da Produção

Os reflexos da crise econômica internacional e nacional, resultante da dependência do petróleo, escasso e caro, fizeram-se sentir com grande intensidade nos trabalhos rodoviários.

Assim é que uma das primeiras providências da atual administração foi o reexame dos programas de trabalho que estavam em desenvolvimento, a fim de que os mesmos levassem em consideração as reais possibilidades da economia paranaense, obedecida uma escala de prioridades para novos projetos de estradas de rodagem.

Com base nessa conjuntura, foi realizada a programação global do setor e, apesar dos efeitos da crise, mantiveram-se as atividades rodoviárias dentro de novas disponibilidades de meios e graus de prioridade, redefinidos, tendo em vista, principalmente, o escoamento da produção.

Sinteticamente, expressam-se, a seguir, as atividades básicas quanto a Projetos e Construção de Rodovias.

PROJETOS

Dentre os projetos concluídos, incluem-se aqueles destinados a implementar o contrato de financiamento entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo do Estado, denominado Programa BID I Complementar.

ETAPA COMPLEMENTAR

Foram também iniciados os projetos relacionados ao Programa BID II, parte dos quais já concluídos, pois as obras respectivas deverão ter início em 1980. Este programa teve contrato de financiamento assinado em 1979, no valor de 61 milhões de dólares, representando uma terça parte da programação para execução de 1080 km de rodovias alimentadoras.

Precedendo à preparação de convênios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para construção de Rodovias Vicinais, iniciaram-se os projetos de engenharia necessários e imprescindíveis. Os convênios com o BNDE visam à execução de dois (02) programas, a saber:

1. PROGRAMA I

- * FASE IA — Compreende a execução de 538 km de rodovias vicinais.
- * FASE IB — Compreende a execução de 525 km de rodovias vicinais.

2. PROGRAMA II

Compreende a execução de 2.200 km de rodovias vicinais.

A fim de propiciar a disponibilidade da série de dados estatísticos essenciais à elaboração dos projetos, como também para facilitar a obtenção de futuros empréstimos, o DER/PR assinou Convênios com o DNER para o estabelecimento de Sistema Permanente de Estatística de Tráfego.

Foram instalados 22 postos de contagem mecanizada e realizadas contagens de tráfego regulares em 29 postos permanentes, em 29 pos-

tos sazonais e em 73 postos de cobertura, perfazendo 131 postos de contagem.

CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

Consoante a programação denominada BID I foram concluídas, em 1979, 528,2 km de rodovias pavimentadas e 105,8 km em revestimento primário, totalizando 634,0 km. Além destas, no final do exercício de 1979 estavam em obras, com contratos vigentes, 311,5 km de rodovias pavimentadas do mesmo programa.

As obras de arte especiais inseridas no Programa BID I concluídas em 1979 totalizaram 543 metros, sendo 7 pontes e um viaduto sobre linha da RFFSA. As obras executadas a conta do programa nominado se acham detalhadas a seguir:

RODOVIAS CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 1979 PROGRAMA BID I — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

Código	Trecho	Extensão (km)
PR — 170	Bituruna — BR-153	47,5
PR — 160	Cornélio Procópio — Mairiporã	35,3
PR — 436	Ribeirão do Pinhal — Bandeirantes	45,2
PR — 182	Pérola — Xambê	25,1
PR — 281	Dois Vizinhos — Salto do Lontra	19,6
PR — 082	Placa Luar — Entroncamento	31,5
PR — 451	Faxinal — Grandes Rios	25,0
PR — 170	Bituruna — Foz do Areia	36,5
PR — 466	Pitanga — Manoel Ribas	30,5
PR — 487	Altônia — Pérola	29,1
PR — 218	Astorga — Iguaraçu	16,2
PR — 453	BR-272 — Rio Bom	23,0
PR — 466	Manoel Ribas — Subestações de Furnas	11,6
PR — 443	Rancho Alegre — Mairiporã	12,0
PR — 272	Ibaiti — Wenceslau Braz	49,9
PR — 281	Dois Vizinhos — São Jorge	22,6
PR — 281	Contorno de São João	2,9
PR — 281	Acesso a Dois Vizinhos	3,5
PR — 453	Rio Bom — Kaloré — BR-369	29,3
PR — 583	Pérola do Oeste — PR-281	12,1
PR — 542	Nossa Senhora das Graças — Guaraci	19,8
TOTAL		528,2

PROGRAMA BID I — REVESTIMENTO PRIMARIO

Código	Trecho	Extensão (km)
PR — 447	União da Vitória — Cruz Machado (Lote 1)	22,8
PR — 281	Mallet — Fluvópolis	30,5
PR — 513	Bairro dos Ingleses — BR-376	42,5
PR — 513	Bairro dos Ingleses — PR-090	10,0
TOTAL		105,8
TOTAL		634,0

OBRAS COM CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 1979**BID I — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO**

Código	Trecho	Extensão (km)
PR — 151	Wenceslau Braz — Santana do Itararé	33,4
PR — 317	Toledo — Santa Helena (Lote 1)	33,5
PR — 317	Toledo — Santa Helena (Lote 2)	32,5
PR — 445	Bela Vista do Paraíso — Primeiro de Maio	26,0
PR — 468	Janiópolis — Boa Esperança	12,0
PR — 468	Moreira Salles — Janiópolis	20,5
PR — 471	Salto do Lontra — Nova Prata	17,5
PR — 471	Catanduvas — Três Barras	35,0
PR — 517	Andirá — Itambaracá	19,5
PR — 525	BR-369 — Nova América da Colina	13,5
PR — 525	Nova América da Colina — São Sebastião da Amoreira	14,6
PR — 552	São Jorge do Ivaí — PR-323	21,3
PR — 573	Corbélia — Braganey	22,6
ACESSO	Bandeirantes — Águas Yara	9,6
TOTAL		311,5

FONTE: DER/PR

**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 1979
(PROGRAMA BID)**

Rodovia	Trecho e Obra	Extensão (km)
PR — 573	Corbélia — Braganey/Ponte s/Rio das Antas	38,00
PR — 552	S. Jorge — PR-232/Ponte s/Rio Bandeirantes	60,00
PR — 458	Atalaia — Flórida/Ponte s/ Roi Pirapó	60,00
PR — 552	São Jorge - PR-323/Viaduto s/ Linha da RFFSA	20,00
PR — 317	Toledo — S. Helena/Ponte s/Rio S. Quitéria	66,00
PR — 552	São Jorge — PR-323/Ponte s/Rio Andirá	60,00
PR — 153	Bairro dos Ingleses — PR-090/Ponte s/ Rio Conceição	35,00
PR — 317	Jesuíta — Formosa — IV Centenário/Ponte s/ Rio Piquiri	204,00
TOTAL		543,00

FORNTE: DER/PR

CONSERVAÇÃO ESPECIAL DE ESTRADAS

Outro programa de grande relevância para a melhoria da infra-estrutura de transportes é o PROSAFRAS — Programa Especial de Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento das Safras, que apresentou, em 1979, os seguintes resultados:

* Municípios integrantes do Programa:	176
* Distritos Rodoviários participantes:	18
* Quilometragem planejada e autorizada:	5.457
* Quilometragem comprometida (termos celebrados)	4.222
* Quilometragem executada:	1.917
* Metragem de reparos e melhorias em pontes:	1.698
* Recursos aplicados (em Cr\$ mil):	28.203
* Custo por quilômetro (Cr\$):	6.680

OUTRAS AÇÕES SETORIAIS

Ainda entre as responsabilidades da Secretaria dos Transportes, no que se refere à complementação da infra-estrutura de escoamento e armazenagem da produção, destacam-se:

- * A execução dos serviços objeto do convênio celebrado entre a Secretaria da Indústria e do Comércio e a Secretaria dos Transportes, referente a Cadastro Rodoviário de 13.000 km de Rodovias e Desenvolvimento na Rede Matemática Multimodal de Transportes, objetivando a identificação das rotas de menor custo operacional, congregado ao Estudo de Sistema Complementar de Armazenagem,

como parte integrante da elaboração do Plano Estadual de Comercialização;

- * A definição de trechos, para integrarem o Programa de Rodovias Vicinais II, com o objetivo de proporcionar melhores condições de tráfego no escoamento dos produtos agrícolas diretamente da sua origem (fonte produtora) aos minipólos, definidos pela Secretaria da Agricultura, e também a pólos armazenadores, com a finalidade de regular o processo da sua comercialização;
- * A solução, conjuntamente com o Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, de problemas para o reestabelecimento da navegação entre Paranaguá (Ariri) e Iguape (São Paulo).

Na Secretaria da Agricultura, o DERAL elaborou o estudo denominado "Estradas Conectoras Rurais" e a Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA desenvolveu projeto de construção de desvio ferroviário para facilitar o acesso de cargas às unidades armazenadoras de Maringá e Guarapuava. Também sob a sua responsabilidade esteve a montagem da balança para 30.000t na unidade armazenadora de Moreira Sales.

A COPASA recebeu durante o ano de 1979 cerca de 325 mil toneladas de produtos agrícolas para beneficiamento e/ou armazenagem, além de reprensar em alta densidade 2.500 fardos de algodão em pluma para exportação.

Subprograma 1.3.3. Modernização dos Equipamentos de Produção

A Secretaria da Agricultura, através da CAFE DO PARANÁ, atuou no processo de mecanização agrícola, com 68.684 horas de serviços de destoca executados em 6.320 hectares, bem como de terraplenagem, conservação de solos e construção de 116 açudes.

A EMATER/PR, também vinculada à Secretaria da Agricultura, contribuiu para o alcance de resultados significativos na modernização de equipamentos de produção, mediante:

- * a realização de Encontro Regional de Mecanização Agrícola Conservacionista, com duração de dois dias, e a participação de 100 técnicos das regiões de Maringá, Campo Mourão, Paranavaí e Umuarama;
- * a realização de treinamento para os 20 técnicos das equipes de mecanização, em manutenção, conservação e utilização de colhedeiras, com a duração de seis dias.

* o apoio à aquisição de máquinas e equipamentos, sendo:

Tratores	—	185	unidades
Trilhadeiras	—	16	unidades
Colhedeira	—	7	unidades
Implementos	—	1.154	unidades

* e a realização de 256 cursos, com 3.909 participantes, objetivando a utilização adequada, regulagem, manutenção e conservação das máquinas e equipamentos de produção.

Subprograma 1.3.4. Aperfeiçoamento das Estruturas de Comercialização

Propósito dos mais importantes do Governo Estadual, face às suas múltiplas repercussões na comunidade, o aperfeiçoamento das estruturas de comercialização busca precipuamente melhorar as condições de comercialização da safra agrícola dos pequenos produtores. Nesse sentido, o programa de apoio ao pequeno produtor teve papel relevante para reduzir a intermediação.

Com a introdução da Nota do Produtor Rural, deu-se importante passo na direção da desburocratização do processo, já que o próprio produtor pode, de agora em diante, possuir o seu bloco de notas fiscais, ao invés de permanecer na dependência das Agências de Rendas e Prefeituras, como vinha acontecendo até então.

A racionalização do processo, a elevação do pequeno produtor ao "status" de empresa e a melhoria da relação fisco-contribuinte, fazem de uma medida simples como esta um instrumento de grande eficácia. Para viabilizar o novo processo, pessoal treinado da Coordenação da Receita do Estado (CRE) realizou 18 reuniões expositivas e de treinamento junto aos sindicatos e associações rurais, prefeituras e cooperativas, com 1.458 participantes, abrangendo todas as microrregiões do Estado.

Na área da Secretaria da Agricultura, foram elaborados trabalhos técnicos sobre Comercialização e Abastecimento, Comercialização da Soja Paranaense, e Custos de Produção de Trigo face à Safra 1979/80. O DERAL, da mesma Secretaria, deu continuidade à edição de diversas publicações com o objetivo de informar o produtor sobre as condições do mercado e outros fatores que influenciam a comercialização, destacando-se as seguintes:

* Sistema de Informações Diárias — SID;

* Panorama Semanal da Agropecuária (tiragem semanal, 70 exemplares);

- * Acompanhamento da Situação Agropecuária do Paraná (2.000 exemplares/mês);
- * Previsão e Estimativa de Safras;
- * Preços Pagos pelo Produtor;
- * Preços Recebidos pelo Produtor;
- * Serviços de Informações do Mercado Agrícola (tiragem diária, 700 exemplares).

A CEASA/PR, um dos principais instrumentos de atuação governamental no setor de abastecimento, desenvolveu, em 1979, as seguintes atividades:

- * Facilitou a comercialização de 201.280 toneladas de hortigranjeiros;
- * Cadastrou 4.124 produtores, dos quais 2.135 estão operando na CEASA;
- * Elaborou estudos voltados para: o Plano Global de Abastecimento do Paraná, o acompanhamento dos custos e margens de comercialização de hortigranjeiros, a construção e operacionalização de uma nova Central de Abastecimento em Maringá, a ampliação da CEASA de Foz do Iguaçu e de Curitiba, a instalação de uma Central de Abastecimento em Londrina e a implantação de núcleos de mercado do produtor e instalação de equipamentos para beneficiamento e classificação de produtos hortigranjeiros nesses núcleos.

A Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, em suas ações de apoio à comercialização, procedeu, em 1979, à classificação de 1.395.169 toneladas de produtos paranaenses de origem agrícola.

Ainda com relação à comercialização da produção, a Carteira Rural do Banestado está preparada para dar atendimento às necessidades desta área, contando inclusive com engenheiros agrônomos que fornecem o devido apoio técnico aos financiados.

Subprograma: 1.3.5. Controle Sobre Zoonoses e Fitonoses

A EMATER/PR, dentro do programa de saúde animal, realizou as seguintes ações de prevenção e controle:

AÇÕES DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ZONÓSES — 1979

PROJETOS	CRIADORES ASSISTIDOS	ANIMAIS VACINADOS
Febre Aftosa	18.915	5.617.671
Brucelose	4.870	181.655
Raiva dos Herbívoros	399	16.587
Raiva Canina	9.842	958.578
Peste Suína Africana	1.714	—
T O T A L	35.740	6.774.491

FONTE: EMATER/SEAG

O Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura efetuou, em 1979, mais de 12 mil inspeções a comerciantes de sementes e mudas e coletou mais de 20 mil amostras de diversas sementes. Quanto à fiscalização do comércio e aplicação de vacinas, seus resultados foram:

* inspeção a revendedores de vacinas	7.326
* fiscalização ao recebimento de vacinas	389
* controle de certificados de vacinações	1.219
* fiscalização em postos fixos e volantes	1.259
* fiscalização a refratários à vacinação de febre aftosa	1.218
* atuação em exposições	47
* fiscalização direta à vacinação	22
* notas sobre legislação	93

Subprograma 1.3.6. Ações Políticas Junto ao Governo Federal — Preços, Seguro e Crédito Agrícola

A Secretaria da Agricultura desenvolveu intensa atividade junto a órgãos do Governo Federal objetivando definir prioridades para efeito de dotação de recursos para a agropecuária. Fixou parâmetros no documento Plano Estadual de Aplicação de Crédito Rural — PESAC. Obteve ainda a mudança nos critérios de crédito de custeio para a cevada cervejeira — safra 79/80. Pleiteou a dinamização das linhas de crédito para pecuária paranaense no período de entressafra, e vem

apoiando e estimulando a adoção de medidas desburocratizantes para facilitar o acesso dos pequenos produtores ao crédito, através da implantação de postos avançados e postos volantes.

Na área do Seguro Agrícola, a SEAG, através da EMATER/PR, ampliou sua estrutura e dinamizou os trabalhos de vistorias às lavouras, exigidas pelo PROAGRO. Obteve também a cobertura do PROAGRO em 100% para a "safrinha do milho", medida posteriormente estendida para os demais produtos.

Na área de preços, a SEAG elaborou os custos de produção das diferentes culturas, que servem de subsídio à fixação dos preços mínimos e Valores Básicos de Custeio — VBC, e divulgou aos produtores informações sobre preços e crédito, visando a melhor comercialização das safras.

Subprograma 1.3.7. Eletrificação Rural

O Governo Estadual inicialmente procurou diagnosticar os entraves existentes dentro do setor, pois menos de 10% das propriedades agrícolas possuíam energia elétrica. Assim identificou-se a pequena participação das cooperativas de eletrificação rural no setor, bem como as dificuldades para obtenção de recursos que viabilizassem um programa mais arrojado.

Dessa forma, gestões foram efetivadas visando a obtenção de recursos para ampliar a eletrificação no meio rural. Foi assinado contrato de empréstimo entre a ELETROBRAS e a COPEL, no valor de Cr\$ 143,8 milhões, para cobertura parcial dos encargos de um programa de eletrificação rural que tem em mira propiciar a ligação de 4.800 propriedades.

Na área da COPEL, outros expressivos resultados foram obtidos em 1979 pelo Programa de Eletrificação Rural, sendo concluídas 41 obras em 39 municípios, importando em investimentos da ordem de Cr\$ 260 milhões.

Essas obras, aliadas ao acréscimo natural do mercado, resultaram em aproximadamente 10.000 novas ligações rurais em 1979, correspondendo a um aumento de 23,9% no número de propriedades rurais eletrificadas.

O consumo rural em 1979 foi de 147.548 MWh, que, em comparação a 117.630 MWh do ano anterior, representou acréscimo de 25,4%.

A EMATER/PR vem prestando assessoramento às cooperativas de eletrificação rural, tanto na sua organização administrativa, como na conscientização dos produtores. Suas principais realizações em 1979 foram:

- * atendimento a 262 produtores rurais em eletrificação, através de 42 reuniões com grupos de produtores;
- * eletrificação de 13 propriedades;
- * participação como colaboradora no treinamento de técnicos de cooperativas de eletrificação rural, promovido pelo INCRA;
- * participação no Encontro de Eletrificação Rural no Oeste do Estado, promovido pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Toledo;
- * participação do Seminário Estadual de Eletrificação Rural Cooperativada, promovido pelo INCRA.

Subprograma 1.3.8. Inspeção, Classificação e Padronização da Produção Vegetal.

A Secretaria da Agricultura atuou na inspeção e fiscalização de insumos e da produção vegetal através do DEFIS — Departamento de Fiscalização, órgão responsável pelo Projeto de Defesa Sanitária Vegetal — DSV, cujos resultados, no exercício, foram os seguintes:

* Fiscalização do Comércio de Mudas

Inspeção a comerciantes de mudas de café	2.576
Inspeção a comerciantes de mudas de frutíferas	570
Inspeção a comerciantes de mudas de essências florestais	688
Inspeção a comerciantes de mudas de plantas ornamentais	755

* Fiscalização do Comércio de Sementes

Inspeção a comerciantes de sementes	7.713
Registro de comerciantes	623
Coleta de amostras	20.788

Fiscalização do Comércio de Defensivos Agrícolas

Fiscalização de produtores e manipuladores	68
Fiscalização de comerciantes	6.821
Fiscalização de componentes organo-mercuriais	104
Número de amostras de defensivos	1.512

A Empresa Paranaense de Classificação de Produtos — CLASPAR, vinculada à SEAG, atuou na área da classificação de produtos, com o seguinte movimento:

Para a Comissão de Financiamento da Produção — CFP	334.319t
Para o comércio interno e respectivo controle	1.030.626t
Para o comércio exterior	6.933t
Algodão em plumas, linter e resíduos	23.291t

Subprograma 1.3.9. Organização da Produção e da Multiplicação de Sementes e Mudás.

A CAFE DO PARANÁ teve o seguinte desempenho na produção e beneficiamento de sementes:

SEMENTES PRODUZIDAS OU BENEFICIADAS — 1979

SEMENTES	PRODUÇÃO (Em t)	QUALIDADE
Algodão	767,0	Certificadas
Algodão	9.473,0	Fiscalizadas
Arroz	278,2	Fiscalizadas
Feijão	207,0	Fiscalizadas
Soja	31,0	Certificadas
Soja	6.480,0	Fiscalizadas
Trigo	12.879,3	Fiscalizadas

FONTE: CAFE DO PARANA/SEAG

Os campos de cooperação desenvolvidos durante o ano atenderam às culturas de: algodão, 332 campos com 34.368 hectares; arroz, 14 campos com 100 hectares; feijão, 29 campos com 850 hectares; soja, 132 campos com 11.565 hectares; trigo, 160 campos com 17.295 hectares.

A EMATER/PR assistiu a produtores de sementes fiscalizadas e certificadas, com os seguintes resultados:

ASSISTÊNCIA A PRODUTORES DE SEMENTES CERTIFICADAS - 1979

PROJETOS	PRODUTORES ASSISTIDOS	AREA COM ADOÇÃO DE TECNOLOGIA (ha)
Algodão	2	26.728
Arroz	28	1.602
Cevada	3	6.032
Feijão	50	10.871
Fruticultura	11	120
Soja	120	203.782
Trigo	83	198.537
TOTAL	297	447.672

FONTE: EMATER/PR

A Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Paraná participou na produção de mudas através dos programas de Viveiros Florestais Comunitários e Matas Ciliares.

O IAPAR contribuiu para a organização da produção e da multiplicação de sementes e mudas por intermédio das seguintes ações:

* Trabalhos editados

- . Manejo do cafezal sob condições de geada.
- . Anais de pesquisa sobre patologia de sementes.
- . Semeadura antecipada do milho no Estado do Paraná.

* Ampliação da infra-estrutura.

- . Conclusão de unidades de beneficiamento de sementes de soja, trigo, feijão, arroz e outros cereais, além de armazém de sementes com capacidade de 30.000 sacas, em Londrina.
- . Conclusão da unidade de beneficiamento de sementes de algodão, em Cambará.
- . Conclusão de 4 telados para pesquisa vegetal.
- . Conclusão de unidade de processamento de café (secador, terreiros, tulhas, viveiros de mudas, instalações para pré e pós-processamento de materiais de ensaios, laboratórios, etc.)

- * Execução de 44 projetos orientados para o aperfeiçoamento da qualidade de sementes básicas e mudas, conforme a seguinte discriminação: algodão (6), arroz (5), batata (1), café (7), feijão (6), fruticultura (6), mamona (1), milho (4), rami (1), trigo (8) e olericultura (1).

PROGRAMA 1.4. CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Subprograma 1.4.1. Qualificação, Orientação e Colocação de Mão-de-Obra de Nível Operativo.

A Secretaria de Indústria e Comércio realizou estudos que resultaram na criação, através do Decreto 1.460/79, do Conselho Estadual de Mão-de-Obra, instituição encarregada de coordenar a política de mão-de-obra no Estado.

O Departamento do Trabalho — DETEPAR, da SEIC, realizou o seguinte programa:

- * Coordenação e execução do SEMO — Sistema Estadual de Formação de Mão-de-Obra;
- * Implantação das UPMO — Unidade de Preparação de Mão-de-Obra COARTE — Cooperativa de Artesanato da Região Oeste e Sudoeste do Paraná Ltda. e pelas Unidades de Formação de Mão-de-Obra do DETEPAR;

- * Implantação de Cursos via Televisão de "Consertos Rápidos em Aparelhos Eletrodomésticos", com 3.456 tele-alunos e de "Mecânica de Automóveis", com 268 tele-alunos, em convênio com a FEPLAN — Fundação Padre Landell de Moura, do R. S.;
- * Implantação das UPMO — Unidade de Preparação de Mão-de-Obra do DETEPAR, em Francisco Beltrão e Maringá, e aquisição de imóvel para a futura sede da UPMO em Arapongas;
- * Realização de cursos profissionalizantes que atenderam a 8.931 interessados, com acréscimo de 49% sobre o ano anterior;

CURSOS PROFISSIONALIZANTES EM 1979

AREA	N.º DE TREINADOS
Construção Civil	2.917
Indústria	4.554
Serviços	1.036
Artesanato	424
TOTAL	8.931

FONTE: DETEPAR/SEIC

Na área de intermediação de emprego o DETEPAR teve o seguinte desempenho, executando convênio firmado com o SINE — Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho:

INTERMEDIAÇÃO DE EMPREGO DETEPAR/SINE — 1979

MODALIDADE DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE
Atendimento de Recursos Humanos	146.367
Vagas ofertadas ao SINE	82.634
Encaminhamentos	92.751
Colocações	55.584

FONTE: DETEPAR/SEIC

ESTRUTURA DA OFERTA DE EMPREGOS AO SINE — 1979

OFERTA POR SETORES	
Indústria	20%
Construção Civil	43%
Comércio	15%
Perstação de Serviços	22%

FONTE: DETEPAR/SEIC

Outras atividades de intermediação de emprego incluíram:

- * Implantação dos Núcleos Microrregionais de Francisco Beltrão, Cascavel e Apucarana;
- * Implantação de Postos de Atendimento em Antonina, Guaratuba, Matinhos, no Litoral Paranaense. Em Curitiba, nos Centros Sociais Urbanos de Vila Oficinas, Barigui, Vila Hauer e Vila Nossa Senhora da Luz, Posto de Enfermagem da União Cívica Feminina e Posto APPD, este último em convênio com a Associação Paranaense de Processamento de Dados;
- * Implementação do SIPRO — Sistema de Informação Processada sobre o Mercado de Trabalho, com o objetivo de permitir ao SINE/PR um sistema ágil de informações sobre o mercado de trabalho para operacionalizar as atividades de: produção de indicadores sobre o mercado de trabalho do Paraná, intermediação de emprego e treinamento e promoção de emprego.

O DETEPAR desenvolveu ainda dois importantes programas:

- * Programa de Apoio ao Setor Informal do Mercado de Trabalho, que objetiva organizar Cooperativas de Trabalho na prestação de serviços integrais e a implantação de Unidades Associativas e Produtivas, para congregiar trabalhadores subempregados, mormente da área rural;
- * PROEMO — Programa Estadual de Preparação de Mão-de-Obra, visando à elaboração do projeto de Formação de Mão-de-Obra, para treinamento de 15.000 pessoas.

No desempenho de suas atividades o DETEPAR firmou os seguintes convênios:

- * Com as Federações do Comércio Varejista e da Indústria do Paraná, visando a implantação de um programa conjunto de Treinamento e Emprego do Menor Trabalhador;
- * Com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, objetivando a preparação de mão-de-obra para a área de recepção e hospedagem;
- * Com a FEPLAN — Fundação Pe. Landell de Moura, do R. S., para execução de diversos cursos profissionalizantes para a área rural e urbana.
- * Com o IAM, visando ampliação da Agência SINE de Menores para atendimento à crescente demanda.

Na Secretaria da Agricultura, o Departamento de Economia Rural — DERAL, elaborou trabalho técnico sobre “Mão-de-Obra Volante na Agricultura do Paraná: problemática, determinantes e proposições de solução ao problema”.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná — EMATER/PR, realizou 766 cursos de capacitação de mão-de-obra rural, com 15.860 participantes.

A Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social também empenhou-se na capacitação e aperfeiçoamento de mão-de-obra semiquificada, treinando 2.601 pessoas em 1979, além de atuar na intermediação, para colocação de 8.114 pessoas nas obras do Projeto Itaipu e em outros serviços, através do Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante, em Foz do Iguaçu.

Subprograma 1.4.2 Capacitação Gerencial para Empresas Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Serviços.

O fato mais importante, na área de capacitação gerencial, foi a criação da FIDEPAR — Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, entidade vinculada à Secretaria dos Recursos Humanos, e que substituiu o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos — PPTE, cuja característica de programa vinculado vinha apresentando limitações à execução da programação abrangente pretendida pelo Governo Estadual.

Criada pela lei 7.189, de 30-08-79, a FIDEPAR teve os seus Estatutos aprovados pelo Decreto 1.719, de 27-12-79. Seus objetivos básicos são os seguintes:

- a) assessorar o Governo na formulação de projetos especiais pertinentes a sua política de recursos humanos;
- b) fornecer suporte técnico e/ou executar as tarefas relacionadas à identificação de necessidades, pesquisa, planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das ações de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos da administração pública e privada;
- c) compatibilizar as ações, com vistas à otimização dos recursos envolvidos, nas diversas iniciativas na área, pela administração pública e privada.

A Secretaria dos Recursos Humanos, através da FIDEPAR, promoveu cursos e seminários abrangendo os setores primário, secundário e terciário.

Para o Setor Primário, foram realizados 33 cursos, num total de 784 horas/aula, com a finalidade de proporcionar instrumental gerencial teórico-prático para empresários, proprietários e técnicos rurais, beneficiando 42 municípios.

Para os Setores Primário e Terciário foram realizados 27 cursos, num total de 1.550 horas/aula, com a finalidade de aprimorar as condições Técnico-Gerenciais das microempresas e destinadas a empresários, executivos e bancários, beneficiando municípios das áreas geo-educacionais das Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e os Municípios de Curitiba, Campo Largo e Paranaguá.

Subprograma 1.4.3. Apoio a Programas de Capacitação e Aperfeiçoamento de Técnicos Intermediários.

A melhoria das condições físicas e materiais, bem como dos recursos humanos, nos estabelecimento de ensino que ministram cursos regulares de 2.º grau na área industrial, foi, em 1979, a preocupação mais enfática da Secretaria da Educação.

Desse modo, além dos cursos de treinamento, do equipamento de laboratórios e oficinas e da elaboração de documentos orientadores da atividade curricular, foi criado mais um curso, visando a habilitação básica em Química.

Além da formação, via ensino regular, a SEED promoveu, através de convênios com o SENAI, cursos de aprendizagem e qualificação industrial, que beneficiaram 2.052 alunos em 16 diferentes modalidades de atividade do setor secundário.

A par disso, a Secretaria da Educação ampliou a oferta de cursos regulares de 2.º grau para formação de técnicos e auxiliares técnicos, na área de comércio e de prestação de serviços. As novas vagas permitirão, em 1980, atender a mais 1.258 alunos, distribuídos entre as habilitações de Contabilidade, Comércio, Saúde e Administração.

Pela via supletiva, foram executados dois cursos de auxiliar e técnico de enfermagem, em convênio com a ETECLA (Escola Técnica de Enfermagem Catarina Labouré), atingindo 837 alunos dos Municípios de Curitiba e Londrina.

Subprograma 1.4.4. Incremento à Formação de Técnicos Agrícolas.

Além da manutenção das atividades de ensino nos 10 colégios agrícolas estaduais, que formaram neste ano 494 técnicos ao nível de

2.º grau, de um total de 3.669 alunos matriculados em suas diversas séries, a Secretaria da Educação desenvolveu 71 projetos de produção agrícola, pecuária e florestal, objetivando propiciar melhores condições de ensino e a geração de recursos para a manutenção destes colégios, que oferecem, inclusive, serviços de internato.

O reconhecimento ao nível nacional do curso de Técnico Florestal, com 102 alunos matriculados, exigiu da SEED a elaboração de diretrizes curriculares específicas, aprovadas pelo Conselho Federal de Educação, bem como de materiais de apoio pedagógico, contando para tal com a cooperação técnica e financeira da República Federal da Alemanha, proporcionada por convênio firmado entre a SEED e a SUBIN/SEPLAN.

Foi também autorizada pelo Conselho Estadual de Educação a implantação, em escolas estaduais de quatro municípios, de mais cinco cursos de habilitação básica em agropecuária, que permitirão, em 1980, seu primeiro ano de funcionamento, acrescer de mais 140 vagas a oferta estadual neste setor.

Além destas ações, a SEED realizou estudos para dotar os Colégios Agrícolas estaduais de infra-estrutura física e de pessoal que lhes possibilite ampliar a matrícula a curto prazo e diversificar a oferta de cursos, para atender às exigências do mercado de trabalho do setor agropecuário paranaense.

O Departamento de Produtividade da SEAG participou na elaboração do Projeto Integrado para a Melhoria da Educação Formal e Informal do Setor Primário, envolvendo todos os colégios agrícolas do Estado.

PROGRAMA 1.5. CONTRIBUIÇÃO INDIRETA AO AUMENTO DA RENDA PESSOAL

Subprograma 1.5.1. Promoção de Novas Alternativas de Alimentação e Nutrição

A intensificação do aproveitamento do elevado conteúdo protéico da soja foi objeto de um acordo de cooperação entre a Secretaria da Administração, através do Departamento Estadual de Administração de Material, a Secretaria da Educação, através da Universidade Estadual de Londrina e a Secretaria da Indústria e do Comércio, através o Instituto de Tecnologia do Paraná, com a finalidade de adotar medidas visando a implementação do programa estadual de alimentação com componentes que contenham derivados da soja.

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, com o apoio de outros órgãos do Governo, realizou campanha de divulgação sobre as vantagens nutricionais e econômicas da soja, destacando-se, nesse sentido, a intensa divulgação desenvolvida durante os Seminários Regionais, levados a efeito nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, União da Vitória, Maringá e Londrina, referentes ao Ano Internacional da Criança e ao Dia do Calor Humano. A SESB realizou uma pesquisa para averiguar a frequência da utilização da soja nos hábitos alimentares dos paranaenses, cujo resultado deverá subsidiar novas medidas de incentivo ao uso da soja como alimento, bem como promoveu o treinamento de grupos comunitários na preparação de alimentos com soja. A Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha e o Instituto de Assistência ao Menor introduziram a soja na alimentação de suas clientela.

Ainda com respeito à soja, a Secretaria da Agricultura, através da EMATER/PR e da CAFE DO PARANÁ, realizou a campanha "Use soja na alimentação" e a Secretaria da Educação, por sua vez, organizou e promoveu a 1.ª Feira da Soja, visando introduzir esse alimento na merenda escolar.

Objetivando diversificar a dieta da população, a SEAG elaborou o Plano Estadual de Desenvolvimento da Pesca que, na área de piscicultura de Toledo terão como parâmetros a pesquisa das espécies mais dência de Recursos Hídricos — SUREHMA. Essa entidade já definiu que as experimentações a serem desenvolvidas no Centro de Piscicultura de Toledo terão como parâmetros a pesquisa das espécies mais adequadas ao repovoamento de nossos rios, dos reservatórios a serem construídos ao longo de nossa bacia hidrográfica e de outras acumulações de água, mesmo as de menores proporções.

Subprograma 1.5.2. Complementação Alimentar.

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, em convênio com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — INAM, proporcionou suplementação alimentar a gestantes, nutrízes e crianças de 6 meses a 6 anos oriundas da população com baixa renda familiar. Beneficiaram-se do empreendimento 132.852 pessoas, com a distribuição de mais de 5.000 toneladas de alimentos.

A medida atende à determinação estabelecida no Plano de Governo de ações destinadas a enriquecer a dieta das populações carentes, especialmente com o objetivo de contribuir para a redução das taxas de nati-mortalidade e de mortalidade infantil.

A programação realizada está resumida nos quadros a seguir:

BENEFICIARIOS DA SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR — 1979

TIPO DE BENEFICIARIO	PESSOAS ATENDIDAS
— Gestantes	17.373
— Nutrizes	10.646
— Crianças de 6 meses a 6 anos	104.832
TOTAL	132.852

FONTE: SESB

PRODUTOS DISTRIBUIDOS — 1979

TIPO DE PRODUTO	QUANTIDADE (tonelada)
— Leite em pó	66
— Açúcar	1.124
— Feijão	1.191
— Arroz	1.984
TOTAL	5.357

FONTE: SESB

Merece ser destacado o prestígio dado às entidades assistenciais comunitárias. Além das 66 toneladas de leite em pó destinadas às crianças através das Unidades Sanitárias foram distribuídas mais 63 toneladas deste produto através de 195 Associações de Proteção à Maternidade e à Infância.

A Secretaria da Educação, no desenvolvimento de sua programação de assistência alimentar ao educando carente, forneceu, em 1979, refeições a 585.400 alunos.

Subprograma 1.5.3. Controle de Qualidade de Produtos e Orientação ao Consumidor.

No desempenho das tarefas que lhe estão afetas na defesa do consumidor individual, orientação e apoio às indústrias e ao comércio em geral, foram realizadas pelo IPEM/PR — Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná, através de sua sede em Curitiba e das Agências Regionais localizadas em Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel, conforme demonstrativo abaixo, 121.965 aferições de medida e instrumentos de medir, assim discriminados:

* DE MASSA (balanças, pesos, contrapesos, etc.) .	93.602
* DE COMPRIMENTO (metros, trenas, taxímetros, etc.)	12.678
* DE VOLUME (medidas, bombas medidoras, caminhões-tanque)	13.098
* INSTRUMENTOS DIVERSOS (termômetros, densímetros, manômetros, aparelhos industriais e comerciais para embalagem automática, etc.)	2.587

Nesse mesmo período, tendo em vista as fiscalizações realizadas, em todo território estadual foram apreendidos 135 instrumentos e interditados 553. Além disso, o IPEM/PR realizou perícias em 2.829 tipos diferentes de mercadorias previamente acondicionadas, originárias quer do país, quer do exterior, num total de 24.310 unidades examinadas, dando-se especial ênfase aos produtos de primeira necessidade, notadamente aos alimentos, produtos de higiene e asseio e ao gás liquefeito de petróleo, que enquadram-se como de consumo compulsório, notando-se, graças a essa fiscalização, uma sensível queda no número de irregularidades observadas.

Como conseqüência das aferições e perícias realizadas, foram lavrados 282 Autos de Infração, sendo 190 homologados com pena de multa e 92 com pena de advertência.

O Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, no decorrer de 1979, passou a participar do Sistema Nacional de Normalização e Certificação de Qualidade, instituído pelo Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio, sendo seu laboratório um dos oito do país a participar do Sistema.

Dois importantes projetos relacionados ao controle de qualidade de produtos se acham em vias de implantação pelo TECPAR. São eles: "Definição do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Controle de Qualidade de Alimentos" e "Pesquisa de Resíduos de Defensivos Agrícolas em Alimentos".

Tais projetos já tiveram as respectivas cartas-consulta aprovadas pela Financiadora de Estudos e Projetos — FINEP, empresa do Governo Federal.

A Secretaria das Finanças, através da Coordenação da Receita do Estado, participou da campanha de fiscalização dos preços ao consumidor, ação que, atingindo diretamente a 144 empresas, contribuiu para minimizar a especulação sobre produtos de primeira necessidade.

A Secretaria da Administração, através do Departamento Estadual de Administração de Material — DEAM, passou a utilizar nas licita-

ções o critério de comprar alimentos industrializados que atendam aos critérios técnicos de fabricação e às normas de controle de qualidade estabelecida pelo Instituto de Tecnologia do Paraná.

Subprograma 1.5.4. Aperfeiçoamento do Sistema de Abastecimento de Produtos Agropecuários e Hortigranjeiros.

A principal atividade desenvolvida para alcançar esse objetivo foi da alçada da Secretaria da Agricultura, através da empresa vinculada Centrais de Abastecimento do Paraná S. A. — CEASA.

Essa entidade realizou seis análises conjunturais sobre hortigranjeiros, facilitou a comercialização de 201.279 toneladas de produtos de tal natureza, cadastrou 4.124 produtores, dos quais 2.135 estão operando nos mercados da empresa e editou 3 boletins técnicos.

A CEASA elaborou estudos e projetos com vistas à implementação das seguintes medidas: estabelecimento de um plano global de abastecimento, acompanhamento dos custos e margens de comercialização dos hortigranjeiros, construção e operacionalização de uma nova central de abastecimento em Maringá, ampliação da CEASA de Foz do Iguaçu e Curitiba, instalação de uma central de abastecimento no município de Londrina, implantação de núcleos de mercado do produtor e instalação de equipamentos para beneficiamento e classificação de produtos hortigranjeiros nesses núcleos.

O Departamento de Produtividade — DEPRO, da SEAG, além de colaborar na elaboração do Manual Técnico de Olericultura, participou na Comissão Nacional do PROHORT — Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Hortigranjeiros, assessorou na constituição da Associação dos Produtores de Hortigranjeiros do Litoral do Paraná e coordenou a participação das cooperativas nos convênios para aquisição de caminhões para coleta e transporte de produtos agropecuários até os centros consumidores.

A Secretaria de Planejamento viabilizou convênio entre o Estado e o Ministério da Agricultura, para extensão da Rede SOMAR de Abastecimento, da COBAL, que consiste na venda à população, de gêneros alimentícios básicos a preços abaixo dos de mercado.

Subprograma 1.5.5. Ampliação da Oferta de Serviços de Saúde e Assistenciais.

Com recursos financeiros previstos em convênio firmado entre o Ministério do Interior e o Governo do Estado para o Programa Estiagem, em terrenos doados pelos municípios, a Secretaria da Saúde

e do Bem-Estar Social, concluiu e colocou em funcionamento Unidades Sanitárias nos municípios de Wenceslau Braz (140 m²), Arapongas (284 m²), Assaí (140 m²) e Engenheiro Beltrão (140 m²). Além destas, 14 outras Unidades Sanitárias foram concluídas e passaram a operar ainda em 1979, conforme relatado no Subprograma 1.2.4.

A mesma Secretaria concluiu em 1979 e colocou em funcionamento, em terrenos doados pelos respectivos municípios e com recursos financeiros do Tesouro do Estado, do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — PNCSU e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, os Centros Sociais Urbanos de Toledo, com 1.290m² e de São José dos Pinhais, com 1.290m². Tais Centros Sociais, além de atividades de saúde, assistência e educação, orientam ações de caráter cultural e desportivo.

A SESB ofereceu também apoio técnico para a execução dos Centros Sociais Urbanos de Arapongas, com 1.200m², de Apucarana, com 1.015m², de Ibitiporã, com 1.200m², e de Cascavel, com 1.248m², obras estas executadas pelas respectivas Prefeituras.

Instalaram-se ambulatórios de Saúde Mental nas Unidades Sanitárias de Toledo, Florestópolis, Bom Sucesso, Porecatu, São José dos Pinhais, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Rolândia e São João. Por outro lado, foram dotados de maiores recursos em termos de material clínico, melhorias físicas e recursos humanos, o Ambulatório de Saúde Mental do Centro de Recuperação de Alcoolistas de Curitiba e os ambulatórios de Ponta Grossa, Londrina, Cascavel, Foz do Iguaçu, Maringá, União da Vitória, Umuarama, Francisco Beltrão, Campo Mourão, Paranaguá, Pato Branco, Cornélio Procópio, Apucarana e Guarapuava.

Instalaram-se equipes odontológicas nos Centros de Saúde de Ponta Grossa e de Cornélio Procópio, nas Unidades Sanitárias de Mallet, Wenceslau Braz, São Tomé, Uniflor e Marialva, na Casa do Estudante Universitário de Curitiba e na Escola Profissional de Menores de Londrina.

Importante realização no setor saúde foi a transformação da Unidade Sanitária de São José dos Pinhais em Unidade de Demonstração e Treinamento, destinada à capacitação de pessoal, à revisão de normas e à realização de estudos e pesquisas de métodos e técnica sanitárias e de bem-estar social, para apoio ao desenvolvimento das funções de administração e de produção de serviços.

Estendeu-se a manutenção de leitos psiquiátricos, em hospitais particulares, para as cidades de Marechal Cândido Rondon (20 leitos) e Campo Mourão (10 leitos).

Ampliaram-se para 23 as Entidades Sociais comunitárias subvencionadas pela SESB, totalizando 453 o número de entidades super-

visionadas que prestam serviços assistenciais promocionais, asilamento e albergaria à população carentiada.

Também foi ampliado para 298 o número de Entidades Sociais Comunitárias subvencionadas pela FIDES/PROMOPAR, atingindo-se, assim, um total de 542 entidades de atendimento à população carentiada cujos serviços passam a poder ser supervisionados pela Fundação Estadual.

A SESB destinou às entidades assistenciais comunitárias de amparo à velhice, um total de recursos financeiros superiores a Cr\$ 8 milhões, além do apoio técnico a tais entidades.

Ampla assistência farmacêutica foi prestada aos grupos populacionais carentes de recursos e vulneráveis às doenças de significação sócio-sanitária, com medicamentos básicos produzidos no próprio Laboratório Químico-Farmacêutico da SESB e/ou recebidos da Central de Medicamentos.

Por outro lado, foram supridas de medicamentos para distribuição as 352 Unidades Sanitárias da SESB, as Unidades das Entidades Vinculadas e convenientes, os hospitais da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, o Hospital da Fundação Universitária de Londrina e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, os Serviços de Saúde das Prefeituras de Curitiba e Maringá, a Coordenação do Sistema Penitenciário Estadual, o Hospital da Polícia Militar do Paraná, a Delegacia Regional da FUNAI, a Cruz Vermelha Brasileira, a Operação ACISO das Forças Armadas, a Fundação Projeto Rondon, os programas governamentais específicos de imunização, de prevenção e controle da tuberculose, hanseníase, esquistossomose, doença de Chagas e outras endemias rurais, doenças mentais, câncer e raiva.

A produção de medicamentos a cargo do Laboratório Químico-Farmacêutico atingiu aos montantes a seguir indicados:

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS — 1979

Tipo de Medicamentos	Quantidade Produzida
— Líquidos — litros	163.882
— Comprimidos — unidades	15.325.760
— Pomadas — Kg	1.769
— Pós — Kg	2.908
— Ampolas — unidades	85.700
— Cápsulas — unidades	2.905.250

FONTE: SESB

A distribuição de medicamentos da CEME realizou-se diretamente à clientela demandante dos serviços de saúde. Expediram-se 1.087.512 receitas médicas, totalizando 16.662.569 unidades de medicamentos, conforme discriminação a seguir:

UNIDADES DE MEDICAMENTOS DISTRIBUIDOS — 1979

Apresentação Unitária	Quantidade Distribuída
— Ampolas	311.975
— Bisnagas	47.936
— Cápsulas, comprimidos e drágeas	14.570.785
— Envelopes (pós)	42.992
— Frascos e frascos-ampolas	1.483.696
— Supositórios, tubetes e pérolas	165.185
TOTAL	16.622.569

FONTE: SESB

A Secretaria do Planejamento manteve convênio no valor de .. Cr\$ 2 milhões com a Universidade Católica do Paraná, no sentido de desenvolver ações de caráter médico-odontológico e de serviço social em favor da população carente das ilhas e povoados da Baía de Paranaguá e das áreas rurais do Município, apoiando financeiramente o atendimento prestado por aquela Universidade, através de seus acadêmicos de última série. Nessa mesma área, se insere o auxílio prestado pelo Governo do Estado aos adventistas em favor de sua atuação na Baía de Guaraqueçaba.

Subprograma 1.5.6. Adequação da Oferta de Vagas Escolares em Ensino Regular e Supletivo

A relação altamente positiva entre nível de escolaridade e renda é indicador de que a educação se constitui um fator de alta significação a ser considerado em qualquer política governamental que vise ao desenvolvimento social e, mais especificamente, à elevação da qualidade de vida das populações menos favorecidas.

Assim sendo, vem se constituindo em meta prioritária da Secretaria de Educação a elevação das taxas de escolaridade no Estado do Paraná, proporcionando maior oportunidade de acesso aos serviços educacionais e a elevação dos níveis de escolaridade, através da extensão e diversificação da oferta de ensino, em seus vários níveis e modalidades e pela adoção de medidas administrativas e pedagógicas de desobstrução do fluxo escolar.

A expansão e melhoria dos serviços prestados decorreram de ações voltadas à ampliação e aperfeiçoamento dos insumos requeridos pelo processo educacional ou à melhor combinação destes insumos, de modo a racionalizar sua utilização e aumentar sua produtividade.

EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A incorporação à rede física de novos prédios escolares se efetivou com base em normas e diretrizes que assegurassem seu crescimento ordenado e funcional, considerando as áreas cujos déficits de atendimento à demanda não pudessem ser reduzidos, a não ser pelo aumento da capacidade física já instalada. Para o Ensino de 1.º Grau o investimento de Cr\$ 251,2 milhões possibilitou a construção de 1.986 salas de aula, com uma capacidade potencial de absorção de aproximadamente 70.000 matrículas, e permitiu desativar prédios que funcionavam, até então, em condições precárias, desafogar aqueles utilizados acima de sua capacidade ótima e expandir a oferta de novas vagas.

No ensino de 2.º Grau, a expansão da oferta se fez menos pela ampliação de sua base física do que pela adoção de medidas administrativas de reorganização dos estabelecimentos de ensino já existentes, entretanto, foram incorporadas à Rede as instalações do Instituto Politécnico Estadual, em Curitiba, que possibilitam o atendimento a 550 alunos em cursos de formação técnica para a área industrial.

No equipamento ou reequipamento de escolas, notadamente das instalações destinadas às atividades de iniciação ou habilitação profissional, foram aplicados Cr\$ 128,7 milhões com mobiliário escolar, preparação de ambientes específicos para o 1.º Grau e montagem de escritórios-modelo, oficinas e de 54 laboratórios para o 2.º Grau.

APOIO A REDE PARTICULAR DE ENSINO

O relacionamento entre a SEED e as escolas particulares se deu através de ações que conjugaram o interesse da administração pública em consolidar a iniciativa particular no setor e o interesse dessas entidades em obter do Poder Público assistência técnica e financeira para a manutenção e expansão dos serviços prestados.

As ações de assistência técnica se efetivaram principalmente visando a implantação da reforma de ensino de 1.º e 2.º Graus e se concretizaram no apoio à elaboração dos planos de implantação e na montagem de currículos, planos e regimentos escolares.

As ações de assistência financeira se diversificaram, ora reforçando as receitas através da compra de vagas, ora por meio de subvenções e ora através de cessão de instalações em épocas de ociosidade, o que redundou em viabilidade para a continuidade de funcionamento de muitas das escolas da rede privada. Dentre as principais ações da SEED neste campo destacam-se:

- * cessão parcial de prédios e instalações a 54 escolas de 1.º e 2.º Graus, ensino regular e supletivo;
- * repasse de Cr\$ 4,4 milhões a 41 escolas de 1.º e 2.º Graus, e de Cr\$ 9,5 milhões a 79 entidades que mantêm programas de atendimento ao excepcional.

Do ponto de vista das linhas de ação de administração educacional local, as realizações estaduais mais relevantes situam-se na assistência financeira às administrações municipais com vistas à melhoria das condições de oferta educacional de 1.º Grau, compreendendo basicamente os auxílios financeiros para suplementar as despesas com pagamento de professores municipais dos 290 municípios, os auxílios especiais para transporte escolar, além das transferências de recursos vinculados às programações de expansão e melhoria da própria rede municipal que incluíram obras, equipamentos e mobiliários escolares.

Os auxílios às prefeituras municipais para pagamento de professores do ensino de 1.º Grau foram concedidos pela Secretaria da Educação, Fundepar e Casa Civil às regiões e nos montantes discriminados a seguir:

AUXÍLIO ÀS PREFEITURAS MUNICIPAIS PARA PAGAMENTO DE PROFESSORES, POR MICRORREGIÃO — 1979

Microrregião	Recursos Financeiros (em Cr\$ 1,00)
Litoral	1.580.100,00
Região Metropolitana de Curitiba	3.376.100,00
Região Suleste	1.005.100,00
Região dos Campos Gerais	3.244.400,00
Norte Pioneiro	4.718.300,00
Norte do Paraná	3.852.900,00
Médio Parapanema	4.692.600,00
Vale do Ivaí	5.445.200,00
Região de Maringá e Nova Esperança	6.115.600,00
Noroeste do Paraná	3.673.600,00
Região Entre-Rios	9.282.900,00
Região de Campo Mourão	7.150.200,00
Oeste Paranaense	14.869.000,00
Centro-Oeste do Paraná	6.118.800,00
Sul Paranaense	2.367.800,00
Sudoeste Paranaense	8.792.400,00
T O T A L	86.285.000,00

FONTE: SEED/FUNDEPAR/Casa Civil.

Subprograma 1.5.7. Assistência ao Educando

A elevação das taxas de escolarização e dos níveis de escolaridade não se obtém somente com medidas que possibilitem novas admissões ao processo escolar ou que aperfeiçoem o planejamento e a execução curricular. Ao lado destas ações, é necessário também dotar os alunos de condições mínimas de prontidão física, psíquica e intelectual para participar com real proveito das atividades escolares.

As ações de assistência ao estudante, nesta linha, se concentram, em função de prioridades, em alunos carentes de recursos:

- * Distribuição de 6.842 bolsas de estudo e de manutenção, contando com o apoio financeiro do DAE/MEC, atendendo a 2.453 alunos de ensino especial; 2.747 de 1.º Grau e 1.642 de 2.º Grau, das redes estadual e particular. Os valores das bolsas, se bem que reduzidos, vêm reforçando os orçamentos das famílias de baixa renda e reduzindo suas despesas diretas ou indiretas com educação. As despesas totais com o programa se elevaram a Cr\$ 11,2 milhões, dos quais Cr\$ 3,5 milhões provenientes de recursos do Estado.
- * Distribuição de 818.000 livros didáticos, relativos aos componentes curriculares das séries iniciais de 1.º Grau, entre 270.000 alunos de todos os municípios paranaenses. Além de livros, material escolar básico — cadernos e lápis — foi fornecido gratuitamente a alunos carentes, a um custo superior a Cr\$ 10,0 milhões.
- * Participação da SEED na coordenação estadual do Programa do Ano Internacional da Criança, junto à SESB:
 - Definindo as atribuições e funções do Setor Educação no desenvolvimento das áreas prioritárias de Nutrição, Imunização e Saneamento Básico.
 - Treinando as coordenadoras de saúde que atendem aos programas de educação pré-escolar quanto às ações nas áreas prioritárias.
 - Coordenando e exercitando o levantamento de dados sobre a situação das comunidades nas áreas prioritárias.
 - Orientando e estimulando as supervisoras do Programa de Merenda Escolar no consumo e utilização da soja.
- * Promoção de Assistência Médico-Odonto-Sanitária, em articulação com a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social (SESB), atendendo, através de aplicação de testes de acuidade visual e auditiva, exames médico-audiológicos e biométricos, tratamento odontológico e pediátrico, tratamento de verminose, escabiose e pediculose e

prestação de primeiros socorros a aproximadamente 550.000 alunos de 1.ª à 4.ª séries da rede oficial de ensino, distribuídos entre 2.245 escolas de 100 municípios.

- * A atenção médica a crianças de 1 a 14 anos, empreendida através das unidades operacionais da SESB e das Associações de Proteção à Maternidade e à Infância constou de consultas médicas à população escolar e pré-escolar.
- * Assistência odontológica executada, em particular pelo controle da evolução da cárie pelo tratamento na fase clínica inicial e na remoção de focos dentários, ação realizada nas Unidades Sanitárias da SESB e nas Unidades Escolares da Secretaria de Educação, com a seguinte produção de serviços:

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA AO ESCOLAR — 1979

Tipos de Serviço	Número de Atendimentos
— Consultas odontológicas	101.885
— Exodontias	71.055
— Restaurações	59.052

FONTE: SESB

Todas as ações até então mencionadas contaram com o mecanismo catalisador de participação comunitária que são as Associações de Pais e Professores. Estas entidades, em número de 1.651, se constituíram em efetivo ponto de apoio local aos estabelecimentos de ensino, complementando as dotações do Poder Público e participando ativamente do planejamento e execução das ações.

A participação comunitária se fez notar também através da arrecadação das Contribuições Comunitárias por mais de 1.000 escolas estaduais de 1.º e 2.º Graus e que, em 1979, alcançaram o montante de Cr\$ 52,8 milhões. Estes recursos foram aplicados pelos estabelecimentos de ensino em ações de reforço aos programas estaduais de assistência ao estudante, principalmente, tendo beneficiado, direta ou indiretamente, mais de 500.000 alunos neles matriculados.

Outra estratégia adotada pela SEED que vem ao encontro dos interesses comuns do Poder Público e das escolas particulares foi a de compra de vagas, pela qual tem sido possível proporcionar ensino gratuito a alunos provenientes de famílias de baixa renda e, simultaneamente, prestar amparo financeiro indireto às escolas, contribuindo para a manutenção de suas atividades. A adoção desta estratégia beneficiou, em 1979, 4.827 alunos de 1.º Grau regular, 1.507 alunos de 2.º Grau regular e 1.694 alunos de cursos de suplência de 1.º e 2.º Graus, mediante convênios firmados com 165 estabelecimentos de ensino.

Subprograma 1.5.8. Reestruturação e Ampliação do Sistema Estadual de Distribuição de Material Escolar aos Educandos Carentes.

A responsabilidade pela distribuição de material escolar, a partir de maio de 1979, passou a ser encargo exclusivo da FUNDEPAR, a cuja estrutura coube a execução desta importante tarefa.

Na distribuição de materiais escolares básicos aos alunos carentes a FUNDEPAR adotou a sistemática de consultas locais, utilizando-se, para tanto, dos contatos permanentes com as Inspetorias Regionais e Auxiliares de Ensino, Diretorias de Estabelecimentos e, principalmente, da participação das Associações de Pais e Mestres, tendo sido investidos recursos da ordem de Cr\$ 10,0 milhões, conforme relatado no Subprograma 1.5.7.

O atendimento dos alunos da zona rural, cuja clientela é acolhida, em sua grande maioria, pela Rede Municipal de Ensino, no que concerne ao material escolar, vem sendo efetuado, com base em critérios estabelecidos pelo desenvolvimento das ações coparticipativas Estado/Município. Tal integração entre a Secretaria da Educação e os Municípios tem proporcionado o atendimento a grande parte da população escolarizável da zona rural.

Uma outra ação concorrente para os objetivos do subprograma foi a aprovação do estudo elaborado pela FUNDEPAR para instalação de 2 Almojarifados no Interior do Estado, em 1980.

Subprograma 1.5.9. Dinamização das Ações de Medicina Preventiva

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social intensificou, no ano de 1979, as ações de vigilância epidemiológica e de informações quanto à necessidade e os benefícios da vacinação, com ênfase na poliomielite no grupo etário de 0 a 4 anos, através do uso de maior número de postos de atendimento.

Um amplo trabalho de vacinação da população foi executado, com o objetivo de reduzir os índices de morbidade e de mortalidade por doenças transmissíveis, principalmente a tuberculose, a poliomielite e o tétano, segundo demonstra o quadro abaixo:

VACINAS APLICADAS — 1979

TIPOS DE VACINA	DOSES APLICADAS
— Contra Variola	233.550
— Contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice)	547.464
— Contra difteria e tétano (dupla)	326.935
— Contra tétano	140.767
— Contra poliomielite	542.818
— Contra sarampo	236.614
— Contra tuberculose	442.938
— Contra febre tifóide	33.785
TOTAL	2.524.871

FONTE: SESB

FONTE: SESB.

A par da ampla divulgação pela imprensa falada e escrita das atividades da SESB, promoveram-se ações de educação sanitária visando conscientizar a comunidade em relação a importância e utilização dos meios preventivos e adoção de hábitos de higiene para o controle de doenças, destacando-se as seguintes ações:

AÇÕES DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA — 1979

TIPO DE AÇÃO	REALIZADAS
— Folhetos distribuídos	176.220
— Palestras educativas	1.624
— Reuniões comunitárias	110
— Boletins informativos da SESB distribuídos	1.000
— Projeção de "slides" e filmes	4.926
— Orientação para estudantes	486
— Decalques e álbuns visuais distribuídos	1.234
— Calendários de vacinação distribuídos	15.210

FONTE: SESB

Adequou-se o sistema de execução dos programas, para maior e melhor cobertura da população da área da Capital, através da descentralização e novos horários de funcionamento do Centro de Saúde (3 turnos das 08:00 às 20:00 horas) e de 13 Unidades Sanitárias periféricas (2 turnos das 08:00 às 18:00 horas).

Construíram-se e organizaram-se Campos de Demonstração de Saneamento Básico, com diversos módulos sanitários, em Curitiba, União da Vitória, São José dos Pinhais, Bituruna, Cascavel e Cianorte, des-

tinados a orientar a comunidade a proceder melhorias de condições de saneamento básico conforme relatado no Subprograma específico.

A Secretaria da Indústria e do Comércio, através do Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, desenvolveu intensa atividade na produção de vacina anti-rábica canina que além de atender todos os estados brasileiros, neste ano ultrapassou nossas fronteiras, atingindo países como o Paraguai — 10.000 doses; Bolívia — 26.000 doses; Peru — 300.000 doses; e Granada — 6.000 doses. A produção de produtos bioterápicos e sorodiagnóstico do TECPAR atingiu, em 1979, 7.883.223 doses.

Subprograma 1.5.10. Adequação Tarifária dos Serviços Prestados Por Concessionárias Estatais.

A Secretaria dos Transportes desenvolveu estudos para a determinação dos custos operacionais das empresas de transporte e, consequentemente, o estabelecimento de critérios mais aperfeiçoados para a fixação e atualização de tarifas, segundo metodologia proposta em plano já elaborado e aprovado. Com base no levantamento efetuado pela Coordenação de Planos e Programas Estaduais de Transporte para o cadastramento da rede rodoviária, estão sendo feitas revisões na quilometragem de todas as linhas existentes, visando a correção das tabelas de preços e o estabelecimento dos esquemas operacionais.

O acompanhamento e controle dos serviços está sendo realizado, desde o início de 1979, mediante computação eletrônica de dados, através da CELEPAR, o que permite que se mantenham atualizados todos os informes sobre o transporte coletivo de passageiros no Estado.

A implantação desse serviço exigiu a criação de quatro arquivos básicos, compreendendo o cadastramento de 121 empresas, 2.587 localidades, 853 linhas e 56.442 seções.

A determinação de custos tarifários calculados a curto prazo, com a utilização dos registros computacionais, permite organizar as tabelas de preços. Além disso, o sistema facilita o levantamento mensal de quadros demonstrativos do movimento dos passageiros em cada linha e outros dados estatísticos, que permitem definir os coeficientes de aproveitamento das linhas e seções, a previsão das receitas que podem ser obtidas e outros elementos indispensáveis à adequação tarifária dos serviços que prestam as concessionárias de linhas de transporte.

Na área de saneamento, a SANEPAR desenvolveu, durante o ano de 1979, um estudo tarifário condizente com as necessidades e possibilidades de nossa população, principalmente aqueles segmentos de baixa renda. Este estudo levou em consideração o aspecto social do ser-

viço prestado, pois amplia as faixas da tarifa diferenciada, proporcionando assim uma tarifa crescente, desde os menores consumos — atendimento a populações de mais baixa renda — até os consumos maiores — consumidores de renda mais alta. O referido estudo encontra-se em análise pelo Governo Federal, tendo sido já parcialmente aprovado.

Quanto à energia elétrica, deve-se ressaltar que as tarifas são fixadas pela União e apresentam benefícios para os consumidores de baixa renda — isto é, com pequeno consumo — e valores reduzidos aos consumidores da classe rural, além de isentá-los do imposto único sobre energia elétrica.

Subprograma 1.5.11. Assistência ao Trabalhador Urbano e Rural à Margem do Sistema de Previdência e Assistência.

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social operacionalizou a atenção médica ambulatorial através de 352 unidades sanitárias e 16 unidades hospitalares, nas quais se desenvolvem ações de medicina preventiva e orientação social à população rural, beneficiando, também, o trabalhador rural à margem do sistema de previdência e assistência oficiais.

AÇÕES DE ATENÇÃO MÉDICA AMBULATORIAL — 1979

TIPO DE AÇÃO	REALIZADAS
— Consultas médicas através das Unidades Sanitárias	361.571
— Consultas médicas através das Unidades Hospitalares	40.606
TOTAL	412.177

FONTE: SESB

Dos 19.589 pacientes internados nos hospitais da Fundação de Saúde de Caetano Munhoz da Rocha, 8988, representando 45,9%, não eram contribuintes, o que evidencia a preocupação em ampliar o atendimento ao trabalhador urbano e rural à margem do sistema de previdência.

Os serviços de atendimento à população carente e itinerante, não previdenciária, antes dispersos, foram, reunidos no Centro de Triagem e Atendimento Social, à Rua José de Alencar, em Curitiba, visando fundamentalmente favorecer o acesso aos bens e serviços imprescindíveis à satisfação das necessidades básicas da clientela, bem como capacitá-la à integração social.

— II —

**AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS
OBJETIVOS DE INCREMENTO E DIFUSÃO
ESPACIAL DO BEM-ESTAR**

PROGRAMA 2.1 ORGANIZAÇÃO REGIONAL E DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS CIDADES

Subprograma 2.1.1. Promoção e Apoio à Organização Espacial Urbana e Rural

A ordenação e promoção da localização das atividades industriais no Estado, induzindo à efetiva implantação de serviços urbanos básicos, foi estudada em 1979, e dela resultou a celebração de convênio entre o Governo do Estado e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a ser operacionalizado a partir de 1980.

A implantação de 16 novos equipamentos sócio-sanitários e melhoria em 11 já existentes em localidades de pequeno porte, faz parte da ação da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, no sentido da melhoria das condições dos serviços prestados à comunidades urbanas e rurais, propiciando o atendimento às suas necessidades sem exigir grandes deslocamentos.

As sedes municipais beneficiadas com novas unidades sanitárias são as seguintes: Wenceslau Braz, Pérola do Oeste, Palmital, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Lobato, Indianópolis, Quinta do Sol, Salto do Itararé, Presidente Castelo Branco, General Carneiro, Juranda (Mamborê), São Tomé, Guaporema, Santo Antonio do Paraíso e Manoel Ribas. Além destas as cidades de Mallet, Uniflor, Bituruna, Florestópolis, Bom Sucesso, São João, Arapotí, Tibagi, Martinhos, Mandaguaçu e Paraíso do Norte, foram contempladas com melhorias nas unidades sanitárias já existentes e com a alocação de novos equipamentos.

Foi também elaborado, pela FAMEPAR, um conjunto de pesquisas para o dimensionamento de equipamentos urbanos das cidades, em função do seu papel no contexto regional, contemplando inicialmente as de pequeno porte e os núcleos de apoio rural.

Foram igualmente desenvolvidos, no âmbito da Secretaria do Planejamento, estudos relacionados à Metrópole Linear do Norte, compreendendo o eixo Londrina-Maringá, e estudos de sustentação ao convênio com a CNPU/SUDESUL, voltado ao apoio das Cidades de Porte Médio.

Com o objetivo de propiciar uma visão atualizada sobre a ocupação territorial do Estado e da estrutura urbana das nossas cidades, o Instituto de Terras e Cartografia formulou o projeto e iniciou a execução — com recursos do Banco do Brasil, a taxas subsidiadas — do levantamento aerofotogramétrico do Paraná. Pretende-se que esse levantamento, integrado com os dados do Censo de 1980, ofereça valiosa contribuição às tarefas de organização e planejamento ao longo de toda esta década.

Subprograma 2.1.2. Complementação da Infra-Estrutura de Transporte, Energia e Comunicação das Cidades e Regiões

As obras realizadas pela Secretaria de Transportes, aperfeiçoaram, sensivelmente, a infra-estrutura aeroportuária do Estado, tanto em aeródromos de médio porte, que atendem o chamado transporte alimentador, quanto nos que atendem as rotas aéreas normais.

No exercício de 1979, foram executadas as seguintes obras:

Aeroporto de Paranaguá: pavimentação da pista com 1.500 x 30m, do pátio de estacionamento de aeronaves, pátio de estacionamento e pista de acesso ao aeroporto;

Aeroporto de Cornélio Procopio: pavimentação da pista com 1.200 x 30m, do acesso ao estacionamento e pátio de estacionamento de aeronaves, além do acesso rodoviário da BR-369 ao Aeroporto;

Aeroporto de Porecatu: ampliação da pista de 1.200 x 30m para 2.200 x 45m, elevando-a de categoria e capacitando-a a servir às aeronaves das rotas comerciais. A par disso, foram executadas obras complementares, compreendendo reforço de 54.000m² de pavimentação e 7.600m² de acesso e pátio de estacionamento de aeronaves, inclusive acesso e estacionamento rodoviário.

Além das obras indicadas, foram executados estudos e projetos para a execução dos seguintes melhoramentos em aeródromos:

Aeroporto de Maringá: projeto de ampliação da pista de 1.600 x 45m para 2.100 x 45m, de ampliação do pátio de estacionamento para aviões, de reforço no pavimento existente e de um novo acesso ao pátio de estacionamento;

Aeroporto de Ponta Grossa: projeto de ampliação da pista de 1.000 x 30m para 1.400 x 30m, com reforço do pavimento da pista existente;

Aeroporto de Paranaguá: projeto para balizamento noturno do novo aeroporto.

Outros projetos foram elaborados, para terraplenagem e pavimentação de aeroportos de outros seis municípios.

Em atendimento às solicitações das Prefeituras Municipais de Apucarana e Arapongas, foram elaborados e encaminhados os projetos para aeroportos.

Foram determinadas, em 4 outros municípios, áreas com possibilidade para a elaboração de Relatórios Técnicos Preliminares para futuras implantações de aeroportos.

Ao final de 1979, achavam-se também em estudos as solicitações de construção de 5 novos aeroportos no Sudoeste do Estado.

Também as ações relacionadas a Terminais Rodoviários contribuíram para os objetivos do subprograma.

A Secretaria de Transportes desenvolveu, no exercício, projetos-padrão de Terminais Rodoviários de pequeno porte, iniciativa em que foi apoiada pela EMOPAR. Foram ainda executados estudos de tais instalações em cidades com vistas à determinação das prioridades para construção ou ampliação daqueles equipamentos urbanos.

Ainda no âmbito do Setor Transportes, foi considerável a expansão da rede viária destinada à complementação da infra-estrutura de transporte das regiões.

Neste particular, foram concluídos e aprovados estudos e projetos rodoviários, conforme abaixo se especifica:

ESTUDOS E PROJETOS REALIZADOS PELO DER/PR — 1979

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Projetos de Engenharia	969,1 km
Projetos de Pavimentação	242,3 km
Levantamento Aerofotogramétrico	93,0 km
Projetos de Pontes	1.952,8 m

Fonte: DER/PR

A programação normal do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, apresentou como resultados em 1979 a conclusão de 644,2 km de rodovias pavimentadas e a continuidade de execução de obras, com contratos vigentes, de 2.652,2 metros de obras de arte especiais concluídas (ver demonstrativos a seguir):

RODOVIAS CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO DE 1979
PROGRAMAÇÃO NORMAL — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

CÓDIGO	TRECHO	EXTENSÃO (km)
Acesso	Acesso à Universidade de Londrina	3,2
PR-467	Paranacity - Paranareal - Inajá	19,8
PR-486	BR-467 — Assis Chateaubriand (Lote 1)	18,5
PR-556	São João do Caiuá — Santo Antônio do Caiuá	13,9
Acesso	PR-281 — Nova Aliança do Ivaí	15,9
PR-182	Nova Londrina — Itaúna — Diamante do Norte	23,4
PR-170	Ivaiporã — Subestação de Furnas	27,7
PR-T-369	Barbosa Ferraz — Fênix	12,8
PR-182	Santa Teresa — Capitão Leônidas Marques	67,8
PR-460	Rio Bonito — Pitanga	33,7
PR-317	Toledo — Assis Chateaubriand	20,5
PR-510	Campo Largo — Bateias	12,9
BR-369	Bom Sucesso — Jandaia do Sul	20,1
Acesso	Acesso a Munhoz de Mello	8,2
PR-427	Lapa — Campo do Tenente	29,3
PR-317	Iguaçu — Santa Fé	21,6
PR-559	São Carlos do Ivaí — Paraíso do Norte	17,3
PR-471	Catanduvas — BR-277	12,8
PR-483/281	Ampère — Rio Capanema	31,5
PR-163	Rio Capanema — Capanema	26,9
PR-476	Paranareal — São João do Caiuá	19,2
Acesso	Bateias — Ouro Fino	2,9
PR-471	Enéas Marques — PR-180	9,2
PR-218	Planaltina do Paraná — Amaporã	15,5
Acesso	Acesso a Boa Esperança	14,0
Acesso	Acesso a Pitanga — PR-170	1,2
PR-218	Joaquim Távora — Guapirama	12,0
PR-317	Maringá — Iguaçu	27,4
PR-182/480	Cidade Gaúcha — Maria Helena — PR-323 (Lote 1 e 2)	50,2
PR-479	Tuneiras do Oeste — Tapejara do Oeste	15,5
PR-317	Maringá — Rio Ivaí	32,3
PR-182	Acesso a Santa Teresa	7,0
T O T A L		644,2

FONTE: SETR

OBRAS COM CONTRATOS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 1979
PROGRAMAÇÃO NORMAL — TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO

CÓDIGO	T R E C H O	EXTENSÃO (km)
PR-082/480	Cidade Gaúcha — Maria Helena — PR-323 (Lote 3)	15,2
PR-090	Pirai do Sul — Ventania (Lotes 1 e 2)	53,0
PR-090	Ventania — Curiúva	35,7
PR-090	Curiúva — São Jerônimo (Lotes 1 e 2)	55,9
PR-090	Ibiporã — Sertanópolis	27,3
PR-092	Andirá — Barra do Jacaré	11,1
PR-151	Rio Tibagi — Palmeira (Lotes 1 e 2)	34,0
PR-153	Contorno de Jacarezinho	5,0
PR-T-158	PR-281 — Salto Santiago	21,3
PR-182	Santa Teresa — Capitão Leônidas Marques (Lote 3)	24,6
PR-218	BR-153 — Jundiá do Sul — Rib. do Pinhal (Lote 2)	14,0
PR-317	Santa Fé — PR-463	36,3
PR-421	Contorno Sul de Curitiba — Araucária	2,1
PR-423	Araucária — Campo Largo	28,4
	Contorno de Cornélio Procópio	3,4
Acesso	Acesso a Marilândia do Sul — Rio Bom	19,4
PR-427	Porto Amazonas — BR-277	8,7
PR-460	Pitanga — Iretama (Acesso a Iretama)	69,5
PR-481	Ampère — Sto. Antônio do Sudoeste	40,3
PR-486	Assis Chateaubriand — Alto Piquiri (Lote 3)	21,6
PR-486	BR-467 — Assis Chateaubriand — PR-323 (Lote 6)	20,5
PR-486	BR-467 — Assis Chateaubriand — Perobal	25,3
PR-T-487	Ivaí — BR-373	30,6
PR-487	Campo Mourão — Iretama (Lotes 1 e 2)	54,2
PR-506	BR-116 — Campina Grande do Sul	8,3
PR-510	Balsa Nova — Itaqui	16,5
PR-559	Mirador — Paraíso do Norte	16,8
Acesso	Rio Iguçu — São José dos Pinhais	2,5
Ligação	Rondinha — Campo Largo	1,6
PR-281	Mangueirinha — BR-373	25,0
PR-281/419	BR-376 — Tijucas do Sul — Fragosos	59,6
PR-441	Reserva — BR-376	27,8
PR-T-487	BR-373 — Ipiranga	23,0
PR-510	Balsa Nova — Contenda	19,3
	Cerro Azul — Jaguariaíva	52,0
PR-180	Rondon — Cruzeiro do Oeste (Lotes 3A, 3B e 2)	47,5
	T O T A L	957,3

FONTE: SETR

**OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS NO EXERCÍCIO
DE 1979 (PROGRAMAÇÃO NORMAL)**

RODOVIA	TRECHO E OBRA	EXTENSÃO (m)
PR/559	São Carlos do Ivaí — Paraíso do Norte (Galeria no Rib. Dezoito)	30,00
PR/090	Sertanópolis — Bela V. Paraíso (Galeria no Rio Cerne)	25,00
PR/486	A. Chateaubriand — Alto Piquiri (Ponte s/Rio Jacaré)	78,00
PRT/369	Barbosa Ferraz — PR/082 (Ponte s/Rio Lontras)	66,00
PR/340	Castro — Tibagi (Muros de Contenção)	1.603,00
PR/340	Castro — Castrolândia (Recup. Alarg. Pont. n.º 01)	14,50
PR/559	S. Carlos do Ivaí — Paraíso do Norte (Ponte s/Rio Vinte e Seis)	60,00
PRT/487	Ivaí — BR/373 (Ponte s/Rio Quatis)	30,00
PR/458	Flórida — Sta. Fé — Guaraci (Ponte s/Rio Bandeirantes)	100,00
PR/281	Mangueirinha — BR-373 (Galeria Dupla)	146,63
PR/090	Sertanópolis — B. Vista Paraíso (Galeria no Rio Mombuca)	26,00
PR/441	Reserva — BR/376 (Ponte s/Rio Imbaú)	60,00
PR/218	Planaltina do PR — Amaporã (Ponte s/Rio Lica)	60,00
BR/369	Acesso a Cafelândia do Oeste (Ponte s/Rio Melissa)	60,00
PR/423	BR/277 — Araucária (Ponte s/Rio Passaúna)	30,00
PR/476	Paranareal — S. João do Caiuá (Ponte s/Rio S. Francisco)	46,00
PR/486	A. Chateaubriand — Alto Piquiri (Ponte s/Rio Taquara)	45,00
PR/427	Lapa — Campo Tenente (Recup. Rio da Várzea)	152,13
PR/340	Castro — Castrolândia (Recup. Alarg. Ponte n.º 02)	19,95
T O T A L		2.652,21

FONTE: SETR

Cumprer destacar ainda as soluções adotadas no sentido de resolver um dos problemas mais difíceis enfrentados pelo DER no desenvolvimento normal das suas atividades durante muitos anos: o da desapropriação das áreas para construção das rodovias.

Para isso, dispondo dos projetos de engenharia, passou o Departamento a tomar a iniciativa de promover legalmente as desapropriações em trabalho desenvolvido junto aos proprietários das faixas de domínio das rodovias, com resultados altamente compensatórios como demonstram os dados seguintes:

DESAPROPRIAÇÕES AMIGAVEIS E DOAÇÕES

Área total	12.196.131,96 m ²
Valor da área	Cr\$ 26.988.771,90
Valor das benfeitorias	Cr\$ 4.406.245,00
Valor total	Cr\$ 31.395.016,90
N.º de escrituras	700 Unid.
Área total obtida por doação	35.175.874,40 m ²
Valor das doações	Cr\$ 85.277.890,00
Número de doações	1.439 Unid.

FONTE: SETR

O trabalho desenvolvido para esse fim representou para o erário público uma economia estimada em Cr\$ 117,0 milhões.

A COPEL prosseguiu, no exercício, seus esforços na ampliação e melhoria nos sistemas de transmissão e distribuição de energia no meio urbano e rural. Consoante tal orientação, a empresa expandiu em 17% a extensão das linhas de distribuição (cerca de 10.000 obras envolvendo a movimentação de 76.000 postes, 7.000 transformadores e a instalação de 20.000 luminárias), elevando de 848 para 880 o número de localidades atendidas. O número de ligações em todo o Paraná foi elevado para 950.000 representando um acréscimo de 10,7%.

A TELEPAR elaborou o Plano de Telefonia Rural, com vistas a propiciar um sistema de comunicações rápidas e eficientes também no meio rural. A execução do plano possibilitou, já em 1979, a instalação de 43 postos de serviços em distritos, devendo ser estendidos, a partir de 1980, às propriedades por intermédio de cooperativas agrícolas.

Subprograma 2.1.3. Apoio a Programas de Melhoria Urbana em Pequenas Cidades

A Secretaria do Planejamento foi responsável pelo trabalho inicial de pesquisa sobre o equipamento urbano disponível para os habitantes das pequenas cidades.

Foi executado o levantamento das suas disponibilidades nas cidades com até 10.000 habitantes urbanos, constatando as necessidades não atendidas em termos de pavimentação, calçadas, praças de recreação, arborização, parques infantis e outros equipamentos de intenso uso público.

Com base em tal levantamento, foi estruturado o programa de auxílio para pequenas melhorias urbanas, procurando suprir as deficiências maiores nas cidades mais carentes. Através de transferências de capital, o programa da Secretaria do Planejamento beneficiou 203 cidades, que receberam aplicações no montante de Cr\$ 470 milhões.

Além dessas aplicações, a FAMEPAR executou um programa adicional que beneficiou 22 cidades de pequeno porte, com investimentos de Cr\$ 11,3 milhões em melhoria dos sistemas de transportes urbanos e Cr\$ 3,5 milhões, para outras melhorias urbanas.

A SUCEPAR, prosseguiu com a execução do programa de prevenção e combate à erosão do solo urbano em 55 cidades sediadas no Noroeste do Paraná.

Subprograma 2.1.4. Apoio a Programas de Melhoria Urbana em Cidades Médias

Na consecução do Programa de Cidades de Porte Médio, a FAMEPAR aplicou, em 1979, recursos oriundos do Estado, da União, e, em cooperação com os municípios, da seguinte forma:

INVESTIMENTOS NAS CIDADES DE PORTE MÉDIO

Cr\$ 1.000,00

PROJETO	FONTE DE RECURSOS			TOTAL
	União	Estado	Município	
Transporte Urbano	63.000	—	230.166	293.166
Outros Projetos	28.000	144.933	38.715	211.748
TOTAL	91.000	144.933	268.881	504.914

FONTE: SEPL

Além destes recursos, foram investidos Cr\$ 27,2 milhões como auxílio financeiro a 224 municípios, com o propósito de melhorar seus sistemas de transportes urbanos, e Cr\$ 10,5 milhões em outros setores de interesse para o desenvolvimento urbano.

A FAMEPAR executou também uma série de trabalhos para determinação dos perfis de ocupação e ordenação urbana dos municípios de Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, como subsídios às programações a serem executadas com o apoio financeiro da C.N.D.U.

A implantação, implementação e assistência técnica aos municípios que solicitaram projetos ou que tiveram Centros Sociais Urbanos — CSU construídos ou em construção foi uma das ações da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social. Atuando na assistência técnica às Prefeituras na elaboração dos projetos de CSU e no estabelecimento de gestões para inclusão de tais unidades para cidades paranaenses com população de 10.000 a 25.000 habitantes no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, a SESB participou nos seguintes empreendimentos:

CSU EM CONSTRUÇÃO	PROJETOS DE CSU ENCAMINHADOS AO PNCSU
— Loanda	— Andirá
— Porecatu	— Palmas
— Santo Antonio da Platina	— Palmeira
— Palotina	— Campo Largo
— Barbosa Ferraz	— Castro
— Pitanga	— Bandeirantes
— Medianeira	— Ribeirão Claro
— Paranaguá	— Guarapuava
— Pérola	— Uraí
— Colorado	— Cornélio Procópio
— Francisco Beltrão	— Guaíra
— Araucária	— Formosa do Oeste
— Santo Inácio	— Assaí
— Wenceslau Braz	— Nova Esperança
— Alvorada do Sul	— Cambará
— Cianorte	— Rolândia
— Umuarama	— Marialva
— Maringá	— Jandaia do Sul
— Jardim Alegre	— Jataizinho
— Goioerê	— Astorga
— Iporã	
— Paranavaí	
— Pato Branco	
— Jacarezinho	
— Alto Piquiri	
— Siqueira Campos	
— Marechal Cândido Rondon	
— Piraquara	

No campo do saneamento, a atuação da SANEPAR foi bastante significativa. Consideradas as cidades de pequeno e médio porte, durante 1979 foram concluídos novos sistemas em 37 sedes municipais e ampliados 13 outros sistemas. Ao final do ano, prosseguiram as obras para instalação de novos sistemas em 19 cidades e ampliação de 28 outros sistemas. Considerando o ritmo de implantação deste programa pode ser afirmado que, em breve, todas as sedes municipais estarão servidas com abastecimento de água tratada.

O déficit habitacional foi alvo de muita preocupação, estando a COHAPAR desenvolvendo projetos, contratando obras e entregando moradias, principalmente nas cidades médias e pequenas, a fim de que se obtenha adequação entre oferta e demanda em todas as cidades paranaenses. As ações neste campo se acham detalhadas no relato inerente ao subprograma 2.3.3.

Subprograma 2.1.5. Apoio a Programações Inter-regionais e Intermunicipais

As principais ações administrativas em 1979, referentes a programas inter-regionais e intermunicipais, destinaram-se à Região Metropolitana de Curitiba e da Metrópole Linear Londrina-Maringá, denominada METRONOR.

A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC, a partir de uma visão integrada e com o propósito de conferir uma identidade assemelhada aos municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, celebrou convênios com vários municípios. Tais convênios objetivaram a revitalização dos Centros Urbanos de Piraquara, Contenda e Balsa Nova; Paisagismo de via urbana em Almirante Tamandaré; implantação de praças públicas em Piraquara, Contenda, Campina Grande do Sul e Mandirituba; implantação de unidades esportivas em Almirante Tamandaré, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Balsa Nova e Contenda (em implantação); pavimentação de vias urbanas em todos os municípios da Região Metropolitana, para a melhoria dos sistemas de transportes; expansão dos sistemas de abastecimento de água de Campina Grande do Sul, Colombo, Araucária e Rio Branco do Sul; modernização da estrutura fisco-arrecadadora de Piraquara e Quatro Barras; assistência técnica constante a projetos e acompanhamento de obras; expansão dos serviços telefônicos em Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Além disso, foram realizados estudos de reavaliação da vocação das cidades metropolitanas e de reavaliação do levantamento cartográfico da Região Metropolitana. Planos-diretores para Campina Grande do Sul, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Quatro Barras foram elaborados, assim como um levantamento da estrutura fundiária de Balsa Nova e Almirante Tamandaré.

Para projetar a organização da Metrópole Linear do Norte do Paraná — METRONOR, o Governo do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, celebrou convênio com a SUDESUL — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, tendo por objetivo desenvolver e adequar o sistema urbano e intra-urbano das cidades componentes do eixo Londrina-Maringá.

Em continuidade às ações previstas no Termo de Referência do referido Convênio, foi assinado Termo de Ajuste, entre a Secretaria do Planejamento e as Universidades Estaduais de Londrina e Maringá, para a participação de ambas na elaboração do trabalho de pré-diagnóstico sobre a formação da região, atividades econômicas, demografia e aspectos institucionais e físico-territoriais, além de pesquisa **sobre indústrias em fase de implantação no eixo**. Este diagnóstico foi concluído pela Coordenadoria de Estudos e Projetos, com a assessoria de técnicos do IPARDES.

Ao final do exercício, o Projeto METRONOR se encontrava em fase de formulação de propostas nas áreas de saneamento, transportes, abastecimento de água, zoneamento industrial e desenvolvimento urbano. Além disso, se achavam em desenvolvimento gestões junto à Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) para a **cooperação técnico-financeira na implantação do projeto**, bem como junto ao CNDU e IPEA.

Mediante contrato efetivado em 1979, o IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal realizou levantamento da situação institucional dos municípios do eixo Londrina-Maringá.

Foi igualmente executado o estudo do zoneamento industrial do citado eixo, o qual foi realizado em decorrência do convênio firmado entre a Secretaria do Planejamento com o IPEA, para determinar medidas necessárias ao controle do uso industrial em áreas críticas de poluição. Para a definição deste zoneamento, foi contratada a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SU-REHMA), que deverá finalizar seus estudos no primeiro semestre de 1980

Como resultado de entendimentos mantidos com o CNDU — Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, visando à racional utilização dos mananciais de abastecimento de água dos municípios da região, está sendo elaborado o Plano Diretor de Abastecimento de Água do Eixo Londrina-Maringá, com conclusão prevista para meados de 1980.

Com relação às demais regiões, a contratação dos serviços de recobrimento aerofotogramétrico de todo Estado em escala 1:25.000 e 1:40.000, adequada a avaliações técnicas e à restituição cartográfica — efetuada pelo Instituto de Terras e Cartografia, proporcionará, a curto efetuada pelo Instituto de Terras e Cartografia — proporcionará, a

curto prazo, uma base de informações para atuação em programações multimunicipais, particularmente através da sua interpretação integrada com o censo demográfico de 1980.

Subprograma 2.1.6. Descentralização Territorial das Organizações Estaduais

A descentralização administrativa a nível regional é essencial para a geração de informações necessárias à consolidação do planejamento regional. A regionalização administrativa constitui, ainda, condição primordial para a consecução das metas e objetivos definidos pelo Governo Estadual.

Neste sentido, a Secretaria da Administração realizou, dentro da orientação de descentralizar o processo decisório, proposta visando à uniformização de fronteiras regionais para atuação do Governo do Estado, no sentido de diminuir as desigualdades na regionalização funcional adotada por seus diversos órgãos, com a adoção inicial de limites jurisdicionais padronizados para a administração pública estadual.

Os planos setoriais para efetivação das medidas propostas estão sendo detalhados no âmbito de cada Secretaria, e as ações desenvolvidas em 1979 são relatadas a seguir:

- * No âmbito da Secretaria da Educação, o estudo para delegação de competência para os Núcleos Regionais de Ensino.
- * Na área da Secretaria da Justiça, o estudo para instalação de Escritórios Regionais da Junta Comercial do Paraná nas cidades-pólos de Maringá, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Cascavel, Umuarama, Pato Branco, Guarapuava e Londrina, tendo este último, sido implantado e já se encontra em pleno funcionamento.
- * A conclusão do estudo de implantação, a curto prazo, de 14 Subprocuradorias nas seguintes cidades-pólos: Paranaguá, Ponta Grossa, Cascavel, Paranaíba, Ivaiporã, Pato Branco, União da Vitória, Guarapuava, Umuarama, Londrina, Maringá, Cornélio Procopio, Jacarezinho e Campo Mourão.
- * A elaboração de estudos para determinar a viabilidade de construção de 2 presídios de caráter agroindustrial, compreendendo articulação com o Ministério da Justiça para a objeção de cooperação técnico-financeira.
- * Intensificação do Programa Themis, de atendimento, orientação e reintegração social de presos recolhidos às cadeias públicas do interior do Estado, mediante Convênio com Universidades, Faculdades e Prefeituras nas cidades de: Jacarezinho, Londrina, Maringá.

Cascavel, Francisco Beltrão, Umuarama, Apucarana e Ivaiporã. O programa vem contando com a participação de cerca de 60 estagiários de nível superior na sua coordenação.

No âmbito da Secretaria de Indústria e do Comércio foram executados:

- * O projeto de implantação de Núcleos Regionais da Secretaria;
- * Implantação das UPMOs — Unidades de Formação de Mão-de-Obra, em Francisco Beltrão, Maringá e aquisição de local para a futura sede em Arapongas;
- * Implantação de Núcleos Microrregionais de intermediação de emprego em Cascavel, Francisco Beltrão e Apucarana;
- * Implantação de postos de atendimento e intermediação de empregos em Antonina, Guaratuba, Matinhos e em Curitiba nos Centros Sociais Urbanos de Vila Oficinas, Barigui, Vila Hauer e Vila Nossa Senhora da Luz, no Posto de Enfermagem da União Cívica Feminina e na Associação Paranaense de Processamento de Dados — APPD..

Na área da Secretaria da Agricultura, além das instalações descritas em outros subprogramas, foram executadas as seguintes implantações de bases físicas no decorrer de 1979:

- * CEASA — Implantação do Centro de Abastecimento de Cascavel.
- * ITC — Implantação de 6 escritórios regionais.
- * SEAG — Implantação do Núcleo Regional de Francisco Beltrão.
- * IAPAR — Instalação oficial do pólo regional de pesquisa agropecuária de Ponta Grossa.
- * CAFE DO PARANÁ — Implantação de 10 novos postos de vendas.
- * ACARPA — Implantação de escritórios locais em mais 20 localidades.

O BANESTADO procedeu à instalação de mais 11 agências, com o que totalizou o número de 202 agências no Paraná, atendendo 177 municípios.

Além das agências e postos avançados de Crédito Rural, foram instalados 7 postos de Serviços em Órgãos Governamentais, Universidades e Empresas Particulares, elevando-se a 35 o número de tais postos de atendimento.

No âmbito da Secretaria de Segurança Pública, foram concluídas 66 obras destinadas a Delegacias de Polícia, Serviços de Trânsito e Postos de Identificação, bem como estudos para a criação de mais 102 Postos de Identificação no interior do Estado.

A Secretaria do Interior instalou escritório da RADIPAR em Francisco Beltrão, para atendimento à região Sudoeste do Estado, com vistas à agilização do subprograma de difusão e melhoria dos sinais de televisão.

A CELEPAR, empresa vinculada à Secretaria do Planejamento, instalou escritórios em várias localidades, com o propósito de facilitar a implantação e operação do Projeto CIATA.

No âmbito da Secretaria de Saúde, conforme descrito nos subprogramas específicos, várias foram as iniciativas de descentralização, como a construção de novas Unidades Sanitárias, ampliação do atendimento a menores e adultos carentes.

Subprograma 2.1.7. Preservação da Infra-Estrutura Instalada

RODOVIAS

A manutenção da rede rodoviária é de fundamental interesse. Trata-se de um investimento direto, cuja rentabilidade é facilmente medida em função da economia de combustíveis, redução de custos dos transportes expressos pelos fretes, aumento na segurança do tráfego com apreciável redução de sinistros, e facilidade para o escoamento da produção. Além disso, impede a deteriorização prematura dos equipamentos e das rodovias, reduzindo ao mínimo as obras de restauração, principalmente os reforços de pavimento, cuja execução exige grandes investimentos.

Tais razões é que justificaram a ênfase dada pela Secretaria dos Transportes aos seus programas de atualização técnico-administrativo-operacional, com vistas à manutenção de rodovias Federais Delegadas e Rodovias Estaduais da rede de conservação consolidadas no demonstrativo a seguir. Esta atividade representou, em 1979, um dispêndio total de Cr\$ 510,0 milhões.

REDE DE CONSERVAÇÃO DO DER/PR

TIPO DE LEITO	DELEGADA Extensão - km	ESTADUAL Extensão - km	TOTAIS
Pavimentada	1.734,7	4.739,6	6.474,3
Revestida	65,8	2.275,4	2.241,2
Natural	20,0	854,7	874,7
Em Obras	—	1.416,8	1.416,8
T O T A L	1.820,5	9.186,5	11.007,0

FONTE: SETR

A expansão da rede nos últimos anos e a preocupação com uma adequada conservação das rodovias levaram o Governo do Estado a firmar Convênio com o BIRD — Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento para elaboração e execução de um Plano Geral de Manutenção das Rodovias, captando US\$ 10,8 milhões junto àquela Instituição Financeira.

Foi implantado o Programa de Inspeção e Proteção Sistemática dos Equipamentos Portuários, que, adaptado às características dos equipamentos instalados no Estado, permitirá reduzir a necessidade de uma manutenção corretiva. Já com base nesse programa foi efetuada a substituição de componentes da estrutura de 5 unidades armazenadoras da Administração dos Portos de Paranaguá.

No âmbito da Secretaria da Administração, deu-se prosseguimento ao programa de reparos em prédios públicos, com vistas a mantê-los em boas condições de funcionamento e bem atender às comunidades que deles se servem. Os resultados do programa, em 1979 se acham expressos pelos demonstrativos a seguir:

REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS — 1979

Recursos	Secretarias	N.º de Municípios	N.º de Obras	Valores
PLANO DE REPAROS	Educação	172	227	48.686.709,75
	Saúde	012	012	1.460.127,00
	Segurança	016	016	1.038.637,65
	Finanças	004	004	584.789,90
	Total Parcial	189	259	51.770.264,30
VERBAS CENTRALIZADAS	Educação	028	038	1.653.011,63
	Saúde	008	020	3.523.770,91
	Segurança	003	013	1.248.038,60
	Finanças	016	020	2.755.085,40
	Total Parcial	182	265	50.339.721,38
TOTAL	Educação	044	091	9.179.906,54
	Saúde	020	032	4.983.897,91
	Segurança	018	029	2.286.676,25
	Finanças	018	024	3.339.875,30
	Total Geral	202	350	60.950.170,84

FONTE: CCR

DISPÊNDIOS POR SETORES — 1979

Secretarias	Média em Cr\$ Por Município	Média em Cr\$ Por Obras	% em Cr\$	% em Obras
Educação	276.591,88	189.961,21	82,59	75,71
Saúde	249.194,90	155.746,81	8,18	9,15
Segurança	127.037,57	78.850,91	3,75	8,29
Finanças	185.548,63	139.161,47	5,48	6,86
Total Geral	301.733,52	174.143,35	100,00	100,00

FONTE: CCR

Objetivando propiciar melhores condições de atendimento ao menor carente, o Instituto de Assistência ao Menor executou reparos, melhorias e adaptações nas instalações das seguintes Unidades: Educandário Caetano Munhoz da Rocha, Lar Escola Ivone Pimentel, Educandário Curitiba, Centro de Estudos, Diagnóstico e Indicação de Tratamento — CEDIT, Centro de Reabilitação da Audição e da Fala, Centro de Formação Profissional de Menores de Campo Comprido, Centro de Integração Comunitária Diva Pereira Gomes, Educandário Santa Felicidade, Lar Escola Hermínia Lupion e Sede do IAM, todas localizadas em Curitiba; Escola para Menores Surdos, em Mallet; Escola para Menores Professor Queiroz Filho e Hospital Colônia Aduino Botelho, em Piraquara; Escola Agrícola para Menores, em Pirai do Sul; Escola para Menores, em Arapoti; Escola para Menores Marcílio Dias, em Guaratuba; concluíram-se, ainda, as construções dos muros do Educandário Caetano Munhoz da Rocha e do Educandário Santa Felicidade, a cisterna do Centro de Estudo, Diagnóstico e Indicação de Tratamento, a garagem do Almoxarifado do IAM e do muro dos fundos do Lar Hermínia Lupion, em Curitiba, o pavilhão agrícola e o aviário da Escola para Menores, em Arapoti, e a Cancha de Futebol da Escola para Menores, em Tibagi.

PROGRAMA 2.2. ASSISTÊNCIA TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS

Subprograma 2.2.1. Interiorização e Ampliação dos Serviços de Assistência aos Municípios

No sentido de apoiar as Prefeituras Municipais em seu esforço para a obtenção de níveis mais elevados de agilidade técnico-administrativa, a FAMEPAR iniciou, no exercício, a sua reestruturação e ampliação do quadro técnico. A Fundação, perseguindo tais objetivos, procedeu à elaboração de anteprojetos de Lei para modernização das estruturas organizacionais de Andirá, Jussara e Coronel Vivida, bem

como de estudos para fixação de quadros básicos de pessoal de vários municípios.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, efetuou ampla divulgação e colocou à disposição das municipalidades para utilização, o Cadastro Estadual de Empresas e Autônomos, propiciando condições para a simplificação dos processos de licitação. O quadro de residentes da EMOPAR, no interior do Estado, foi utilizado para a divulgação da existência do cadastramento de empresas e autônomos, no âmbito das respectivas áreas de atuação, facilitando e gerando economia na inscrição cadastral dos interessados.

POSIÇÃO DO CADASTRAMENTO DE EMPRESAS/AUTONOMOS

ANO	OBRAS	SERVIÇOS	FORNECEDORES	TOTAL
1978	71	55	144	270
1979	67	125	236	428
TOTAL	393	375	1.028	1.796

FONTE: CCCS

Com a implantação da reforma do ensino os Municípios passaram a assumir gradativamente os serviços provenientes da manutenção do ensino de 1º grau. A fim de facilitar a condução de tais serviços de forma integrada ao sistema Estadual de Ensino, a Secretaria da Educação vem mantendo projeto específico de cooperação e assistência técnica ao ensino municipal.

Do ponto de vista das linhas de ação de administração educacional local, são relevantes as iniciativas de assistência financeira às administrações municipais para a melhoria das condições de oferta educacional de 1º grau. Tal medida compreendeu, basicamente, os auxílios financeiros no montante de Cr\$ 86,3 milhões, destinados a suplementar as despesas com pagamento de professores municipais dos 290 municípios do Estado, os auxílios especiais para transporte escolar, e transferências de recursos vinculados às programações de expansão e melhoria da própria rede municipal, incluindo obras, equipamentos e mobiliários escolares.

No plano de assistência técnica e administrativa, embora variando segundo a forma direta ou indireta, destacaram-se as ações de fortalecimento das estruturas administrativas de educação de 119 municípios, através da criação de órgãos municipais na administração central local, de orientação técnica específica a determinados aspectos de gestão administrativa de educação, como os de execução fi-

nanceira, de recrutamento e seleção de seus quadros de professores e especialistas, de aquisição e distribuição de material escolar ou didático, entre outras.

Como apoio às municipalidades, a FAMEPAR elaborou projetos para captação de recursos para:

- * Programa CURA: 13 municípios
- * Programa FINC/FIEGE: 6 municípios
- * Programa FIPLAN: 1 município
- * FUNRURAL: 1 município
- * Serviços da LBA: 1 município

Prestou, ainda, atendimento a 4.295 solicitações de Prefeituras em assuntos de natureza jurídica, tributária, contábil, orçamentária, de planejamento, arquitetura e engenharia.

A Secretaria dos Transportes prestou assistência à elaboração de Planos Rodoviários Municipais e de projetos para a obtenção de recursos financeiros para a execução de serviços e obras na Rede Rodoviária Municipal, que atinge, na atualidade, um total de 128.600 km.

Esta Secretaria prestou também assistência aos municípios para a elaboração de Planos de Aplicação e Prestações de Contas de recursos oriundos de transferências federais, destinados ao setor de transportes.

A Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, conforme relatado em subprogramas específicos, ampliou o número de entidades convenientes e estruturou suas unidades para um apoio técnico pronto e eficaz às unidades operacionais dos municípios que têm por encargo o atendimento à saúde e a assistência social aos carentes.

Subprograma 2.2.2. Apoio à Modernização das Estruturas Fisco-Arrecadadoras dos Municípios

Considera-se medida urgente a de dotar os municípios de auto-suficiência em termos de gerência e modernização de suas estruturas fisco-arrecadadoras e, conseqüentemente, criar capacidade de gerar receitas tributárias próprias para o financiamento de suas programações, bem como dotá-los de uma legislação compatível e de pessoal capacitado para atuação na área.

O desenvolvimento do Convênio de Incentivo ao Aperfeiçoamento Técnico-Administrativo das Municipalidades — Projeto CIATA, firmado com o Ministério da Fazenda, em 1976, e que tem a sua execução sob a responsabilidade da Secretaria das Finanças/FAMEPAR/CELEPAR, persegue exatamente tal objetivo.

A execução das ações correspondentes permitiu que, em 1979, se atingissem os seguintes resultados:

- * Manutenção dos sistemas implantados nos 72 municípios já incorporados ao projeto até 1978, correspondentes a 488.868 unidades imobiliárias;
- * Treinamento dos agentes dos 25 novos municípios, incorporados ao projeto em 1979, com assistência no cadastramento de 126.827 unidades imobiliárias;
- * Elaboração dos estudos para a implantação do projeto em 21 municípios, abrangendo 90.456 unidades imobiliárias, com o que, ao final de 1980 se estenderá o atendimento a 93 municípios e a 706.151 unidades imobiliárias;
- * Elaboração de estudos técnicos sobre legislação tributária e prestação de assistência técnica para a modernização de estruturas fisco-arrecadoras;
- * Desenvolvimento, pela FAMEPAR, de adaptações no Código Tributário-Padrão, para atendimento a peculiaridades de municípios de diferentes tamanhos.

Subprograma 2.2.3. Capacitação de Massa Crítica para Administração Municipal

Com o objetivo de capacitar os municípios a planejar e executar seus programas, mediante a utilização de modernas técnicas de gerência e administração municipal, a Secretaria do Planejamento promoveu a realização dos seguintes cursos, especialmente destinados a servidores públicos municipais:

PROGRAMAS DE TREINAMENTO OFERTADOS AOS MUNICÍPIOS — 1979

Curso	Nº de Horas	Participantes	Municípios
Problemas de Desenvolvimento			
Urbano	502	18	12
Desenvolvimento Urbano	360	19	6
Administração Orçamentária .	35	62	54
Fundos Federais	16	60	42
Aperfeiçoamento de Secretários			
Executivos	112	24	16
TOTAIS	1.025	183	130

FONTE: FAMEPAR/FIDEPAR

Além destes, foram ofertadas vagas a servidores municipais em diversos cursos de formação e especialização promovidos pela FIDEPAR e por outras instituições estaduais.

No âmbito da Secretaria da Educação, dos 24.000 professores treinados em 1979 para a efetiva implantação do ensino de 1º Grau, 70% foram funcionários municipais.

Outra iniciativa que concorreu para os objetivos deste subprograma foi a constituição de grupos técnicos de planejamento regional, com a participação Estado-Município, para proposição de programações integradas que possibilitassem o atendimento das necessidades da Região Metropolitana de Curitiba, da área da METRONOR e dos demais pólos de desenvolvimento.

Subprograma 2.2.4. Financiamento de Emergência a Programações Prioritárias

Inserese, nesse item, a assistência financeira da Secretaria do Planejamento — SEPL aos municípios, com transferências de recursos oriundos do Governo Federal (Programa Estiagem, FNDU — Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano) e do Tesouro do Estado.

Ainda com a finalidade de canalizar maior volume de recursos para os municípios localizados nas regiões de menor desenvolvimento, a SEPL elaborou documento preliminar expondo a concepção do Governo a respeito de uma intervenção mais eficaz, pelos órgãos setoriais, no Litoral Paranaense, com uma programação voltada basicamente para o atendimento dos segmentos mais carentes da população. Um termo de referência para o Programa de Desenvolvimento do Alto Ribeira, documento preliminar para discussão interna, também foi elaborado com objetivo semelhante.

A Secretaria dos Transportes estabeleceu um Programa de Emergência para restaurar estradas e obras de arte prejudicadas pelas fortes e constantes chuvas ocorridas em diversas regiões do Estado no decorrer do ano. Após inspeções locais em 32 municípios, através das quais se constatou a destruição de 282 pontes e bueiros, foi encaminhado Relatório à Coordenação Estadual de Defesa Civil, que, depois de avaliar os custos das restaurações essenciais, desenvolveu um conjunto de procedimentos que resultaram na solicitação de recursos federais da ordem de Cr\$ 92,3 milhões.

Em caráter de emergência, e na expectativa dos recursos federais para soluções mais amplas, a Secretaria do Planejamento do Estado concedeu apoio imediato aos municípios atingidos, com situação mais precária, através de transferências que totalizaram Cr\$ 5,1 milhões.

PROGRAMA 2.3. APOIO AS ASPIRAÇÕES URBANAS LIGADAS A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Subprograma 2.3.1. Infra-Estrutura para o Esporte, Cultura e Lazer

A estruturação da Secretaria da Cultura e do Esporte constituiu, no exercício, um importante passo para a viabilização dos objetivos deste subprograma. Mesmo na sua fase de organização interna, uma série de ações relevantes foram desencadeadas, merecendo destaque:

MÓDULOS E CENTROS ESPORTIVOS

Com a aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 20.213.000,00, foram firmados convênios com as Prefeituras para a construção de 44 Centros Esportivos, nos municípios de: Antonina, Antônio Olinto, Colorado, Balsa Nova, Cidade Gaúcha, Araucária, Cândido de Abreu, Campina Grande do Sul, Cruz Machado, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Cascavel, Castro, Catanduvas, Florai, Flórida, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, General Carneiro, Icaraíma, Inácio Martins, Iretama, Irati, Matinhos, Mamborê, Mangueirinha, Matelândia, Paranaipoema, Palmas, Pato Branco, Palmeira, Rebouças, Renascença, Rio Azul, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Siqueira Campos, Terra Rica, Toledo, Umuarama, União da Vitória e Uraí.

MÓDULOS ESPORTIVOS

Convênio firmado com o GE/PEME — Grupo Executivo do Programa Especial de Módulos Esportivos, em dezembro de 1979, permitiu ao Paraná, através da SECE, obter recursos no montante de Cr\$ 6,4 milhões para construção de 8 módulos esportivos, que beneficiarão, em 1980, os municípios de Ampere, Chopinzinho, Guaíra, Mariluz, Marmeleiro, Santa Helena, Santa Isabel do Oeste e São Jerônimo da Serra. A Secretaria do Planejamento, por intermédio da COMEC, firmou convênio com 5 municípios da Região Metropolitana de Curitiba para instalação de unidades esportivas, as quais, ao final de 1979, se achavam já em construção.

CULTURA E LAZER

Através da Fundação Teatro Guaíra tiveram andamento normal os cursos de Dança Clássica, com 317 participantes e 7 formados no

exercício, e o curso permanente de Teatro, com 61 participantes e 5 formandos.

O projeto "Vamos ao Museu", promovido mediante convênio entre a Secretaria da Educação e a Secretaria da Cultura e do Esporte, envolveu a participação de 4.000 estudantes, que visitaram os Museus Paranaense, Alfredo Andersen e de Arte Contemporânea.

A Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SECE dedicou especial atenção ao acervo histórico e artístico guardado nos Museus Paranaenses, de Arte Contemporânea, Alfredo Andersen e da Imagem e do Som. Esta preocupação teve como principais objetivos a ampliação desses acervos, sua preservação e o desenvolvimento de campanhas para que a comunidade se sirva desses instrumentos de conservação e de propagação da cultura histórica e artística.

Desse modo, o acervo de 124.392 objetos do Museu Paranaense foi acrescido de 2.269 peças, no exercício de 1979, além de terem passado aos seus cuidados os bens de interesse cultural deixados por Vladimir Kozak.

Para que a comunidade fosse motivada a visitar mais os Museus, foram promovidas exposições temporárias com temas específicos. O total de visitantes foi de 96.000 pessoas. No Museu de Arte Contemporânea houve também inúmeras exposições, as quais tiveram a frequência de 39.300 pessoas.

Não menos ativo foi o Museu Alfredo Andersen, sendo de se destacar, além das exposições, a apresentação da peça infantil "Viajando pelo Mundo", de Alfredo Andersen, baseada na vida do pai da pintura paranaense.

O Museu da Imagem e do Som, além das atividades de documentação de eventos culturais, coordenou uma série de empreendimentos, como concertos, cursos de leitura dramática, mostras de cinema, literatura e exposições, e realizou 600 gravações, 130 documentações cinematográficas, 168 registros fotográficos e a gravação, em disco, da trilha sonora da peça "O Contestado".

A Secretaria do Planejamento, por meio de programa especial, propiciou a implantação de parques infantis simples, não sofisticados, mas dispondo de gangorras, escorregadores, balanços e túneis, em 139 pequenas cidades. Nesse sentido, foram investidos Cr\$ 6.950.000,00.

Além destas, uma série de outras realizações foi estabelecida, principalmente através das Unidades das Secretarias da Cultura e do Esporte, da Educação, do Planejamento, e da Indústria e do Comércio, conforme relatado nos subprogramas típicos da área cultura, turismo e esporte.

Subprograma 2.3.2. Manutenção dos Níveis de Oferta do Ensino Superior

O Governo Estadual prosseguiu no exercício de 1979 com o apoio institucional e financeiro à manutenção das Universidades e Faculdades Estaduais, para as quais foram transferidos cerca de Cr\$ 607,0 milhões.

Foram definidos critérios básicos de co-participação do Tesouro Estadual na cobertura dos dispêndios de Custeio das Universidades e Faculdades, com o propósito de adequar as metas de expansão de cada uma dessas entidades à capacidade financeira do Governo Estadual, mas de modo a assegurar uma estável oferta de vagas. Em 1979, em seu total, as 12 Universidades e Faculdades Estaduais ofertaram cerca de 25.000 vagas.

A Secretaria da Educação iniciou a execução de um profundo estudo de base, visando a determinação das principais necessidades de cada região em termos de habilitação de recursos humanos ao nível de graduação e pós-graduação. Tal estudo deverá constituir o suporte para a reestruturação da oferta de tais cursos em cada uma das unidades de ensino universitário do sistema estadual.

Com vista a adequar a infra-estrutura para o ensino Superior foram realizadas gestões pela SEED, SEPL e SEFI junto ao Governo Federal visando a liberação dos empréstimos de Cr\$ 250,0 milhões, pelo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. Tais recursos, ao final do ano de 1979, se achavam em fase de pré-homologação pela Caixa Econômica Federal e permitirão a complementação dos Campus das Universidades de Londrina, Ponta Grossa e Maringá.

Subprograma 2.3.3. Construção de Habitações para Populações Urbana e Rural de baixa renda

Em função do acelerado incremento populacional das últimas décadas e da expansão no tamanho das cidades em decorrência das migrações e da tecnificação da agropecuária, o Paraná apresenta problemas de habitação de grandes dimensões. Esse fato, aliado à filosofia de que a casa própria representa um dos principais fatores a proporcionar condições de vida dignas ao homem, levou o Governo do Paraná a desenvolver, em coordenação com Órgãos Federais, o maior programa de construção de habitações populares já realizado no Estado.

NÚCLEOS HABITACIONAIS CONSTRUIDOS

Com o desenvolvimento do Programa de Trabalho estabelecido para o Setor, no decorrer de 1979, foram concluídas 8.448 unidades

habitacionais, em 21 cidades, onde maior se fazia sentir a carência de habitações populares. A construção dessas unidades possibilitou o atendimento de um contingente populacional de cerca de 42.240 habitantes.

O quadro a seguir detalha as cidades, o número de unidades habitacionais e as inversões financeiras realizadas na construção de cada núcleo habitacional:

**CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUIDOS PELA
COHAPAR — 1979**

Conjunto Habitacional	N.º de Unidades	Investimento Realizado
Apucarana I	500	57.410.517,95
Apucarana II	482	46.074.107,88
Apucarana III	512	56.216.396,03
Assaí	200	16.846.725,82
Cascavel I	582..	78.186.042,89
Cascavel II	407	54.533.939,34
Cornélio Procópio I	464	40.248.933,01
Foz do Iguaçu	346	13.033.600,06
Francisco Beltrão	62	5.876.418,67
Loanda	132	12.104.647,89
Mandaguaiçu	100	9.538.324,10
Mandaguari	81	7.986.181,16
Marialva	182	19.926.660,63
Maringá I	500	56.674.152,81
Maringá II	858	100.795.576,04
Maringá III	500	58.966.864,45
Palmeira	50	6.643.732,25
Matinhos	80	7.816.894,00
Paraíso do Norte	63	5.870.544,64
Paranavaí	200	23.227.544,35
Ponta Grossa I	328	29.166.031,55
Ponta Grossa II	289	28.437.516,45
Ponta Grossa III	296	27.975.008,66
Ribeirão do Pinhal	50	5.892.348,68
Santo Antonio da Platina	150	20.367.495,60
Santo Antonio do Sudoeste	196	5.722.035,79
Umuarama	500	60.743.572,75
União da Vitória I	138	11.295.933,18
União da Vitória II	200	21.256.592,24
T O T A L	8.448	888.834.608,87

FONTE: SEIN/COHAPAR

NÚCLEOS HABITACIONAIS EM CONSTRUÇÃO

No final do ano de 1979, encontravam-se em fase de construção 12 conjuntos residenciais em 11 cidades, totalizando mais 1.609 casas, as quais — segundo cálculos efetuados com base em indicadores do IBGE, que apontam que a família urbana média do Paraná é constituída por 5,03 pessoas — deverão atender a cerca de 8.000 pessoas.

O quadro a seguir registra os núcleos habitacionais que se achavam em fase de construção em dezembro/79:

CONJUNTOS HABITACIONAIS INICIADOS PELA COHAPAR — 1979

Conjuntos Habitacionais	N.º de Unidades	Estimativa de População
		Beneficiada
Bandeirantes	102	510
Campo Mourão I	221	1.105
Campo Mourão II	232	1.160
Cidade Gaúcha	64	320
Goio-Ère	149	745
Guaíra I	70	350
Ibiporã	37	185
Jacarezinho	200	1.000
Leópolis	29	145
Marialva	185	925
Rolândia	267	1.335
São João do Ivaí	53	265
T O T A L	1.609	8.045

FONTE: SEIN/COHAPAR

NÚCLEOS HABITACIONAIS A INICIAR

Afora os conjuntos residenciais concluídos e em fase de construção, 10 outros, totalizando 1.520 casas, encontram-se em fase de início de obra, em 9 cidades.

Esses novos conjuntos habitacionais possibilitarão atender uma população de quase 8.000 habitantes, conforme demonstrado a seguir:

CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COHAPAR A INICIAR — 1979

Núcleos Habitacionais	N.º de Unidades	Estimativa de População
		Beneficiada
Cascavel III	102	510
Cascavel IV	773	3.900
Cornélio Procópio II	32	160
Florestópolis	81	410
Guaíra II	22	110
Guarapuava	115	580
Ibaiti	63	320
Ponta Grossa IV	234	1 170
Sertaneja	56	280
Tibagi	42	210
T O T A L	1.520	7.650

FONTE: SEIN/COHAPAR

NÚCLEOS HABITACIONAIS EM FASE DE LICITAÇÃO

A crescente demanda de habitação popular e a preocupação do Governo de assegurar às famílias de baixa renda a oportunidade de aquisição da casa própria levaram a COHAPAR a realizar licitação, conforme os editais n.ºs. 14/79 e 26/79, para construção de outros 99 conjuntos residenciais, totalizando 14 970 casas, as quais permitirão atender a cerca de 75.000 habitantes.

A preocupação com a obtenção de maior integração social ao nível de conjunto habitacional está determinando a reorientação da política respectiva, passando a dar-se preferência à construção de núcleos com menos de 200 casas. Os conjuntos maiores ainda em licitação decorrem de projetos aprovados, com terrenos e infra-estrutura já equacionada e cuja interrupção significaria indesejáveis atrasos, ou elevação nos respectivos custos, inviabilizando sua execução face aos padrões de custo financiáveis pelo Sistema Financeiro de Habitação.

São os seguintes os núcleos em fase de licitação:

NÚCLEOS HABITACIONAIS DA COHAPAR EM FASE DE LICITAÇÃO

Conjunto Habitacional	N.º de Unidades	Conjunto Habitacional	N.º de Unidades
Abatiá	30	Alto Paraná	50
Alto Piquiri	50	Altônia	100
Ampére	50	Andirá	100
Apucarana	300	Arapongas	550
Arapoti	50	Assaí	100
Assis Chateaubriand	150	Bandeirantes	100
Barracão	50	Borrazópolis	50

Conjunto Habitacional	N.º de Unidades	Conjunto Habitacional	N.º de Unidades
Califórnia	50	Cambará	100
Cambé	300	Cambira	50
Capanema	50	C. Leônidas Marques	50
Castro	150	Chopinzinho	100
Congonhinhas	50	Corbélia	100
Coronel Vivida	100	Diamante do Norte	50
Dois Vizinhos	160	Dr. Camargo	50
Faxinal	150	Floraí	50
Formosa do Oeste	50	Guaira	300
Guairaçá	50	Guaraniaçu	100
Guarapuava	1.000	Guaratuba	200
Ibaiti	150	Ibiporã	400
Iporã	100	Itambé	50
Itapejara D'Oeste	50	Ivaiporã	100
Ivatuba	50	Jacarezinho	100
Jaguariaíva	100	Jataizinho	200
Joaquim Távora	50	Loanda	150
Laranjeiras do Sul	100	Lapa	50
Mandaguari	300	M. Cândido Rondon	100
Marilena	50	Maringá	1.000
Matinhos	100	Medianeira	200
Moreira Sales	100	Morretes	30
N. América da Colina	30	Nova Aurora	50
Nova Esperança	100	Nova Fátima	50
Palmeira	150	Paçandu	50
Ourizona	30	Palotina	200
Paranacity	50	Pato Branco	500
Prudentópolis	100	Ponta Grossa	2.000
Quedas do Iguaçu	50	Renascença	30
Realeza	200	Querência do Norte	50
Rondon	50		
Reserva	50	Rio Negro	100
Santa Cecília do Pavão	30	Santa Amélia	30
Santa Mariana	100	Santa Helena	50
S. Antônio do Paraíso	30	S. A. da Platina	200
São João	30	S. J. da Serra	30
S. Mateus do Sul	200	S. Jorge D'Oeste	50
S. Sebastião Amoreira	30	S. Miguel Iguaçu	100
Sertanópolis	100	Sengés	300
Terra Rica	50	Siqueira Campos	50
Toledo	300	Ubiratã	100
Umuarama	300	Terra Roxa	100
Uniflor	30	U. da Vitória	300
TOTAL			14.970

FONTE: SEIN/COHAPAR

NÚCLEOS HABITACIONAIS EM FASE DE PROJETO

Dando desenvolvimento ao PLANHAP/PR, e em razão da expansão do programa habitacional do Estado, encontram-se em fase de estudos de viabilidade 48 projetos para construção de conjuntos residenciais, num total de 4.652 casas, que possibilitarão o atendimento de uma população da ordem de 23.260 habitantes. Vinte e cinco desses projetos serão construídos em pequenas cidades, atendendo a cerca de 11.000 habitantes.

O Programa de Habitações Rurais da COHAPAR, já relatado no subprograma 1.2.4., atenderá inicialmente áreas rurais de 2 municípios, como empreendimento-piloto.

A ativação da Companhia fica bem evidenciada quando se constata que a COHAPAR construiu, de 1965 a 1979, cerca de 16.000 casas, em 49 sedes municipais, e que, apenas para 1980, acha-se programado o início de 28.000 casas, distribuídas em cerca de 200 localidades, incluídos os distritos abrangidos pelo Programa.

Subprograma 2.3.4. Implantação e Operação de Sistemas de Abastecimento de Água

Concentrando recursos federais e estaduais, a SANEPAR — Companhia de Saneamento do Paraná concluiu 37 sistemas novos de abastecimento de água e obras de ampliação em 13 outros sistemas, totalizando 50 obras concluídas em 1979 e beneficiando 345.000 habitantes, aproximadamente. O investimento total realizado nessas obras foi de Cr\$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de cruzeiros).

Os sistemas novos concluídos durante o ano de 1979 foram os seguintes: Agudos do Sul, Balsa Nova, Boa Esperança, Borrazópolis, Cafeara, Campina da Lagoa, Campo do Tenente, Catanduvas, Chopinzinho, Congonhinhas, Contenda, General Carneiro, Guaraqueçaba, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marilena, Marmeleiro, Mirador, Nova Cantu, Nova Londrina, Pérola do Oeste, Reserva, Rio Azul, Roncador, Salto do Lontra, Santa Helena, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Triunfo, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sapopema, Teixeira Soares, Wenceslau Braz.

Os sistemas ampliados em 1979 foram os seguintes: Campo Mourão, Campo Comprido, Santo Inácio, São Braz, Curitiba (Pinheirinho), Curitiba (7 anéis e linha-tronco) e Curitiba (Remanejamento de 80 km de rede de distribuição).

Ao encerrar-se o exercício de 1979, encontrava-se em fases diversas de construção 47 obras de abastecimento de água, das quais 19

correspondentes a novos sistemas e 28 a ampliação de sistemas existentes, conforme demonstrado a seguir. Tais obras representaram investimento, ao longo de 1979, de Cr\$ 350 milhões.

SISTEMAS NOVOS

- | | |
|------------------------------|---------------------------|
| 1 — Bituruna | 11 — Mandirituba |
| 2 — Capitão Leônidas Marques | 12 — Mangueirinha |
| 3 — Conselheiro Mairinck | 13 — Nova Aliança do Ivaí |
| 4 — Cruz Machado | 14 — Nova Santa Rosa |
| 5 — Guapirama | 15 — Palmital |
| 6 — Guaporema | 16 — Planalto |
| 7 — Indianópolis | 17 — São João |
| 8 — Itaúna do Sul | 18 — São Jorge D'Oeste |
| 9 — Janiópolis | 19 — Tuneiras do Oeste |
| 10 — Mallet | |

AMPLIAÇÕES DE SISTEMAS EXISTENTES

- | | |
|---------------------------------|---|
| 01 — Arapongas | 16 — Lapa (Barragem) |
| 02 — Araucária | 17 — Matelândia |
| 03 — Califórnia | 18 — Morretes |
| 04 — Cambará | 19 — Palmeira |
| 05 — Cândido de Abreu | 20 — Pranchita (Santo Ant. do Sudoeste) |
| 06 — Capanema | 21 — Paranacity |
| 07 — Cascavel | 22 — Quedas do Iguaçu |
| 08 — Castro (Vila Santa Cruz) | 23 — Rolândia |
| 09 — Cidade Gaúcha | 24 — Santana do Itararé |
| 10 — Cornélio Procópio | 25 — Santo Antonio do Sudoeste |
| 11 — Curitiba (B. Piraquara) | 26 — São José da Boa Vista |
| 12 — Curitiba (Anéis de Distr.) | 27 — Terra Roxa |
| 13 — Faxinal | 28 — Tibagi |
| 14 — Guaraniáçu | |
| 15 — Iretama | |

A SANEPAR elaborou, em 1979, 34 projetos técnicos de engenharia para a construção de novas obras e para ampliações de sistemas de abastecimento de água já existentes.

COMUNIDADES ATENDIDAS

As comunidades atendidas com serviço de água operados pela SANEPAR totalizavam 149 sedes municipais — das quais 6 foram objeto de sistema totalmente novos — e 27 distritos, no início de 1979.

No fim do ano, esse número elevou-se para 180 sedes municipais e 27 distritos, totalizando 207 localidades. Os 180 sistemas das sedes dos municípios operados pela Concessionária Estadual, somados aos sistemas explorados por Autarquias Municipais, totalizam 261 muni-

cípios atendidos com serviços de abastecimento de água. Apenas 29 municípios do Estado, portanto, ainda não dispõem dos benefícios desse serviço público. A população urbana desses municípios ainda não servidos é de 49.190 habitantes.

No decorrer de 1979, o contingente populacional do Estado com suprimento de água potável fornecida pela SANEPAR evoluiu de 2.317.965 para 2.662.515 habitantes, com acréscimo de 344.550 novos consumidores. A Empresa já atende 80% da população urbana dos municípios por ela servidos. O crescimento das ligações domiciliares foi de 65.666, passando de 410.597 residências atendidas em 1978 para 476.263 em dezembro de 1979.

O quadro a seguir permite uma visão global da situação do abastecimento de água às populações urbanas do Estado, no final de 1979:

**DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO ABASTECIDA COM
SERVIÇO DE AGUA — 1979**

EMPRESA	N.º de Sedes Municipais Atendidas	POPULAÇÃO		Atendimento %
		Urbana	Abastecida	
SANEPAR	180	3.333.703	3.662.515	80
Outras	81	684.214	538.790	79
TOTAL	261	4.017.917	3.201.305	80

FONTE: SEIN/SANEPAR

Com recursos oriundos da COMEC — Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba e através de convênios assinados com as respectivas Prefeituras, a SANEPAR desenvolveu, também, no exercício de 1979, os projetos técnicos de engenharia e realizou obras nos municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Mandirituba e Piraquara (Pinhais).

Subprograma 2.3.5 Implantação e Operações de Sistemas de Esgotos

Em dezembro de 1979, estavam em andamento, sob a responsabilidade da SANEPAR, 5 obras de esgotos sanitários, com investimentos previstos da ordem de Cr\$ 218 milhões, assim distribuídos:

- Construção dos interceptores de esgotos sanitários Belém-Curitiba;
- Interceptores, segundo grupo, da bacia do Bacacheri, em Curitiba;

- Interceptores (M'Boicy) e ampliação da rede coletora de esgotos de Foz do Iguaçu;
- Rede coletora de esgotos de Matinhos-Caiobá;
- Rede coletora de esgotos de Umuarama.

Além das novas obras, os investimentos realizados nos 29 sistemas de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários já operados pela SANEPAR foram da ordem de Cr\$ 198,0 milhões, em 1979.

No decorrer do ano, o total de sistemas existentes no Estado e operados pela SANEPAR passou de 28 para 29, enquanto o total de habitantes atendidos elevou-se de 571.110 para 685.935 e as ligações domiciliares aumentaram de 82.839 para 101.084, conforme indicado a seguir:

**DEMONSTRATIVO DA POPULAÇÃO ATENDIDA POR
SERVIÇOS DE ESGOTOS — 1979**

EMPRESA	Número de Cidades	POPULAÇÃO		Atendimento %
		Urbana	Atendida	
SANEPAR	29	2.194.748	685.935	32
Outras	8	330.696	58.645	18
TOTAL	37	2.525.444	744.580	29

FONTE: SEIN/SANEPAR

Subprograma 2.3.6. Promoção Social do Menor

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, através do Instituto de Assistência ao Menor — IAM, desenvolveu a escolarização e a profissionalização de menores; estimulou os programas preventivos no interior, com a finalidade de manter o menor e sua família na região de origem; ampliou o atendimento através dos Centros de Estudos do Menor e Integração da Comunidade — CEMIC's e o apoio às entidades assistenciais comunitárias. As atividades realizadas constam nos quadros seguintes:

**ESCOLARIZAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DE
MENORES CARENTES — 1979**

Tipo de Ensino	Menores Encaminhados
Ensino de 1.º e 2.º graus	1.633
Cursos profissionalizantes e de iniciação para o trabalho	1.239

FONTE: IAM/SESB

ATENDIMENTO A MENORES CARENTES — 1979

Locais de Atendimento	Menores Atendidos
Em Unidades Sociais Oficiais	4.397
Em Unidades Sociais Particulares convenientes	23.099
Em Unidades Sociais através de auxílios e ou convênios entre o IAM e outros órgãos do Poder Público	3.917
TOTAL	31.413

FONTE: IAM/SESB

O IAM expandiu em 61 o número de entidades de atendimento a menores com as quais mantém convênio de apoio técnico e financeiro. Tais unidades atingiram, pois, um total de 233 em 1979, as quais receberam auxílios financeiros no montante de Cr\$ 62,1 milhões.

Por intermédio de convênio entre o IAM e a Prefeitura Municipal de Curitiba, o número de Centros Sociais para atendimento a menores em Núcleos de Desfavelamento da Capital foi expandido em 10 unidades, propiciando assistência a 1.535 menores.

Mediante trabalho conjunto da Fundação Legião Brasileira de Assistência e do IAM, estabeleceu-se o atendimento de menores de 0 a 6 anos, através do projeto Casulo, abrangendo 39 entidades, nos municípios de Curitiba, Paranaguá, Matinhos, São José dos Pinhais, Jagua-pitã, Clevelândia, Primeiro de Maio, Cambé, Rolândia, Palmas, Jacarezinho, Castro, Imbituva, Apucarana, Foz do Iguaçu, Maringá, Ponta Grossa, Londrina, Araçongas e Ibitiporã.

**PROJETO CASULO (MENORES DE 0 A 6 ANOS)
CONVÊNIO ENTRE FLBA — IAM — ENTIDADES PARTICULARES**

Número de Entidades	Número de Municípios	Número de Menores	Valor Cr\$ 1,00
39	21	2.100	10.110.000

FONTE: IAM/SESB

Estabelecendo convênio com a FUNABEM, o IAM apoiou financeiramente a 18 Entidades Sociais Particulares, para construção, reforma, ampliação e equipamento, a fim de proporcionar melhor oferta de serviços nos municípios de Curitiba, Cascavel, Paranavaí, Piraquara, Marialva, Pato Branco, Mandaguari, Campo Largo, Paranaguá, Paraíso do Norte, Maringá, Nova Esperança e Apucarana. Tais convênios totalizaram a aplicação de Cr\$ 16,7 milhões.

Ainda através da ação do IAM, implantaram-se 5 Centros de Estudo do Menor e Integração da Comunidade — CMIC's em Curitiba, San-

ta Mariana, Piraquara, Irati e Apucarana, possibilitando a expansão quantitativa e qualitativa de atendimento aos menores.

Executaram-se reparos e adaptações necessárias ao regular funcionamento das várias Unidades Sociais Oficiais do IAM, conforme já descrito no subprograma 2.1.7.

Subprograma 2.3.7. Segurança Patrimonial, Pessoal e Contra Calamidades

Melhorar a qualidade dos serviços de Segurança Patrimonial e Pessoal representa significativo avanço social, por constituir-se em fator de diminuição das oportunidades de ocorrência de comportamentos humanos delituosos. Por outro lado, organizar uma eficiente estrutura de Defesa Civil significa construir meios para amenizar e até mesmo suprimir o sofrimento das pessoas atingidas por sinistros.

Coube, desse modo, à Secretaria de Segurança Pública - SESP, através da Polícia Civil, Polícia Militar e DETRAN, o estabelecimento de esforços para a oferta de eficientes serviços de Segurança Pública, o acionamento dos meios de Defesa Civil, a Coordenação do Tráfego Urbano e Rodoviário, o policiamento florestal, de mananciais e portuário.

As ações de policiamento preventivo mereceram cuidado especial, o que levou à adoção de medidas administrativas internas, nos órgãos operacionais, visando a ampliação do efetivo empregado no Policiamento. Houve um acréscimo de 10% de pessoal na atividade de policiamento em relação ao ano de 78. Da mesma forma o policiamento repressivo recebeu atenção especial, com a nomeação de 525 novos funcionários policiais para as diversas carreiras da Polícia Judiciária.

Os serviços de prevenção contra incêndios foram intensificados com o desenvolvimento de campanhas educativas em escolas, indústrias, fábricas e outros locais onde os riscos são consideráveis. Neste aspecto preventivo verificou-se a redução do número de incêndios em 21%, só na Capital. Embora todos os esforços tenham se desenvolvido no sentido de prevenir, constatou-se um acréscimo de 8% nos crimes contra o patrimônio e de 6% naqueles relacionados a trânsito, representando neste caso uma estabilização dada a expansão no número de veículos em circulação no Estado. O IML teve um acréscimo de 4% nos exames, devido, principalmente, ao elevado número de vítimas nos acidentes de trânsito.

REGISTROS DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS

Na Capital houve, em 1979, um número de 43.282 registros de ocorrências policiais contra 52.657 em 1978, com uma diminuição de 18%. No Interior, por outro lado, o registro e o atendimento a ocorrências aumentou em 27%, a saber: 71.739 em 1978 e 90.767, em 1979.

Os níveis de ocorrências policiais registradas por subdivisões Policiais do Interior e pelas Delegacias de Curitiba acham-se discriminadas nos demonstrativos a seguir:

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS NO INTERIOR

Subdivisão	Sede	1978	1979	(%)
1.ª S.D.P.	Curitiba (*)	2.420	2.782	15
2.ª S.D.P.	Paranaguá	2.048	1.856	— 9
3.ª S.D.P.	São Mateus do Sul	2.313	1.231	— 47
4.ª S.D.P.	União da Vitória	2.010	2.103	5
5.ª S.D.P.	Pato Branco	2.013	3.784	88
6.ª S.D.P.	Foz do Iguaçu	1.940	5.843	201
7.ª S.D.P.	Umuarama	2.541	4.288	69
8.ª S.D.P.	Paranavaí	2.005	3.737	86
9.ª S.D.P.	Maringá	12.600	11.164	— 11
10.ª S.D.P.	Londrina	12.410	11.952	— 4
11.ª S.D.P.	Cornélio Procópio	3.940	4.274	8
12.ª S.D.P.	Jacarezinho	2.680	3.691	38
13.ª S.D.P.	Ponta Grossa	4.028	7.306	81
14.ª S.D.P.	Guarapuava	3.040	4.600	51
15.ª S.D.P.	Cascavel	8.412	10.253	22
16.ª S.D.P.	Campo Mourão	3.012	4.753	58
17.ª S.D.P.	Apucarana	2.310	4.191	81
18.ª S.D.P.	Telêmaco Borba	2.017	2.959	47
TOTAL		71.739	90.767	27

FONTE: SESP

NOTA: Em Curitiba, só registros dos demais municípios da Região Metropolitana, não computados os da própria Capital.

OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS NA CAPITAL

Delegacias	1978	1979	(%)
Delegacia de Costumes	3.564	2.548	— 29
Delegacia de Crimes contra a Faz. Púb.	16	—	—100
Delegacia de Entorpecentes	1.150	942	— 18
Delegacia de Furtos de Automóveis	1.409	1.627	15
Delegacia de Falsificações e Defraudações	798	497	— 38
Delegacia de Furtos e Roubos	5.689	5.426	— 5
Delegacia de Homicídios	876	771	— 12
Delegacia de Proteção ac Menor	12.146	6.573	— 44
Delegacia de Trânsito	6.772	8.536	26
Delegacia de Vigilância e Capturas	819	940	15
1.º distrito	2.669	3.904	46
2.º distrito	404	516	28

Delegacias	1978	1979	(%)
3.º distrito	962	467	— 51
4.º distrito	468	242	— 48
5.º distrito	440	624	42
6.º distrito	1.196	707	— 41
7.º distrito	4.981	3.121	— 87
8.º distrito	3.843	3.463	— 10
9.º distrito	1.208	791	— 35
10.º distrito	3.128	399	— 87
11.º distrito	—	578	—
12.º distrito (inaugurado em 9/78)	119	430	—
TOTAL	52.657	43.282	— 18

FONTE: SESP

DETRAN — DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Uma das principais metas do DETRAN, no exercício de 1979, foi a descentralização e desburocratização de seus serviços, principalmente os de emissão de documentos, para assegurar ao público acesso mais rápido aos diversos setores do órgão e para obter maior eficiência nos controles.

No decorrer do ano, o volume de exames de Habilitação na Capital, para as diversas categorias atingiu o número de 17.574, apresentando um índice de 76%.

Foram expedidas 113.451 Carteiras Nacionais de Habilitação para as diversas categorias, em substituição ao modelo anterior. Destes documentos, 74% se destinaram ao Interior do Estado.

O Plantão do Detran atendeu, na Capital, 7.477 acidentes, dos quais 2.032 apresentaram vítimas com ferimentos e 414 com vítimas fatais. No interior esse atendimento foi prestado em 6.432 acidentes.

O Conselho Deliberativo de Acidentes promoveu 425 reuniões em Curitiba, tendo sido realizados 8.450 julgamentos.

INSTITUTO MÉDICO LEGAL — IML

O IML realizou, em 1979, um total de 27.164 exames de diversas espécies e de interesse policial. Tal montante representa uma expansão de 4% sobre o exercício anterior.

DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO MENOR

No intuito de proteger o menor de idade, a DPM procedeu 746 intervenções destacando-se os processos especiais (318), apreensão por direção inabilitada (103) e apreensão por inalação tóxica (232).

INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA

Este setor de Segurança Pública procedeu, nos grandes centros urbanos onde possui postos de serviço, a um total de 3.793 exames de locais de crime ou de ocorrência de interesse policial, 413 exames grafotécnicos, 467 exames de armas e munições, 3.038 exames de veículos, e 297 exames diversos e expediu 2.960 laudos.

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

O Instituto, com apoio técnico e tecnológico da CELEPAR, procedeu a implantação do Sistema de Identificação Civil por processamento de dados, permitindo maior rapidez no atendimento ao público. O prazo de entrega de tais documentos reduziu-se para cerca de 10 dias na Capital e de 15 dias corridos em média para as solicitações do interior.

TREINAMENTO POLICIAL

Para melhor servir à comunidade, o policial deve receber treinamento constante. Neste sentido, foram promovidos 21 cursos na Escola de Polícia Civil e 9 na Academia Militar. Foram treinados, nesses cursos, 1896 policiais civis e 1353 policiais militares. Além destes, 39 outros policiais foram aperfeiçoados em outras organizações do Estado ou do País.

A valorização do homem policial através de estímulos materiais e psicológicos foi conquistada através da instrução e, recentemente, da lei que concede o terço de risco de vida.

CORPO DE BOMBEIROS

Campanhas educativas levaram à redução no número de incêndios. Por outro lado, a interiorização de destacamentos, mediante convênios com os municípios, tem propiciado medidas preventivas de incêndios e outros sinistros. Os números atestam as afirmativas acima: em 1978 houve 3.044 incêndios e em 1979, 2.386. Prevenções de incêndios houve, em 1978, 464 contra 149 em 1979. Contribuíram para tal resultado as vistorias preventivas que atingiram a 17.398, o que dá uma média mensal de 1.450.

Outra atividade de destaque do Corpo de Bombeiros foi a de busca e salvamento, com 460 atendimentos em 1979.

POLÍCIA MILITAR

As atividades da Polícia Militar foram desenvolvidas segundo ações rotineiras, periódicas e extraordinárias. As ações rotineiras são as normais de policiamento ostensivo, trânsito urbano e rodoviário, de guarda florestal e de mananciais e portuário.

As ações periódicas são as desenvolvidas em épocas pré-determinadas. Entre estas ações a Polícia Militar do Paraná desenvolveu as seguintes operações: carnaval, vestibular, praias e feriados. As extraordinárias são aquelas desenvolvidas, eventualmente, em função dos acontecimentos.

Como se pode notar pelos demonstrativos apresentados a seguir, no ano de 1979, a Polícia Militar intensificou o emprego do seu efetivo na atividade fim, reduzindo o emprego do policial militar em atividades administrativas.

DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR

Discriminação	1978		1979	
	Efetivo	%	Efetivo	%
Atividade-Fim	7.006	62,2	7.657	66,6
Atividade-Meio	2.967	26,3	3.006	25,6
Indisponíveis	1.296	11,5	836	8,2
T O T A L	11.269	100	11.499	100

FONTE: SESP/PMPR

Subprograma 2.3.8. Reestruturação Espacial do Macroesquema de Segurança Pública

Neste subprograma a Secretaria da Segurança Pública procurou desenvolver ações no sentido de proporcionar maior aproximação de seus serviços à população, oferecendo melhores condições de atendimento.

Não apenas a Identificação, mas também o fornecimento da Carta Nacional de Habilitação passou a ser providenciada pelas CIRETRANS sediadas no interior do modo a facilitar à população o acesso a tais serviços e a presteza no atendimento. Com este propósito, foi inclusive iniciado estudo de reordenação da rede estadual de Circunscrições Regionais de Trânsito.

Foram concluídas 66 obras destinadas à instalação de órgãos policiais no interior. Os recursos destas obras tiveram origem no Fun-respol, Funrestran e em algumas delas no Ministério do Interior através do Programa Estiagem.

A aquisição de equipamentos e veículos policiais para os órgãos foi realizada pelos Fundos de Reequipamento Policial e de Trânsito, não apenas com o sentido de ampliação da frota mas sim na substituição de veículos já inservíveis ou no equipamento de novas unidades instaladas.

Um conjunto de medidas foi tomado no sentido de promover a modernização organizacional dos órgãos policiais, visando ao aperfeiçoamento de rotinas administrativas de modo a permitir liberação de pessoal burocrático para atividades típicas de segurança pública, conforme evidenciado pelo relato contido no Subprograma anterior.

Quanto à descentralização e interiorização de atividades, o resultado foi excelente. Ao final de 1979, 41 Postos de Identificação já haviam sido instalados no interior e no início de 1980 serão instalados 102 Postos para atender igual número de municípios, conforme estudos executados no decorrer de 1979.

O afastamento do preso da região da culpa, com sérios entraves para a aplicação da justiça, o acúmulo de presos nas prisões do interior, em condições inadequadas e a superpopulação carcerária nos estabelecimentos penais da Capital, bem como os problemas decorrentes do afastamento do preso da sua família, a qual — deslocando-se para a Capital — passa a enfrentar sérios problemas de integração social, levaram a Secretaria da Justiça, em sintonia com as diretrizes da valorização da pessoa humana, a programar a interiorização de complexos penitenciários. Foram, assim, iniciados os projetos para construção de Penitenciárias Agroindustriais nas Regiões Norte e Sudoeste do Estado.

Neste exercício buscou-se, também, através da redistribuição espacial dos efetivos da Polícia Civil e da Militar, ampliar o número de policiais em serviço nas localidades do interior do Estado. Com a mesma orientação, definiu-se, em 1979, que da ampliação de efetivo programada para 1980 (preenchimento de 1.000 vagas) mais de 80% se destinarão às localidades do interior.

A partir de 1979, definiu-se, como critério, a aplicação de pelo menos 60% dos recursos dos Fundos Especiais da SESP no interior do Estado. A diretriz vem sendo seguida e, do total de tais fundos, quase 70% das aplicações foram efetivadas em favor da estrutura de segurança pública do interior.

O demonstrativo a seguir apresenta o desempenho global dos dois Fundos Policiais:

APLICAÇÕES DOS FUNDOS ESPECIAIS DA SESP

Cr\$ 1.000,00

Espécies	Funrespol	Funrestran
Obras Públicas	13.332	19.000
Equipamento e Instalações	4.781	3.578
Material Permanente	1.318	6.191
Despesas Correntes	29.200	60.708
Sinalização de Trânsito	—	19.492
Saldo para o ano seguinte	9.769	12.447
T O T A L	58.400	121.416

FONTE: SESP

Subprograma 2.3.9. Recuperação e Reintegração Social

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social — SESB estabeleceu convênios e acordos para o atendimento à velhice e ao adulto carente. Através da SESB foram atendidas 467 entidades, com recursos financeiros no valor de Cr\$ 18,9 milhões, conforme o demonstrativo seguinte:

RECURSOS TRANSFERIDOS PARA ENTIDADES ASSISTENCIAIS
— 1979 —

Tipos de Entidades	Número de Entidades	Número de Municípios	Valor Cr\$ 1.000,00
Assistenciais promocionais	116	62	2.755
Associações mantenedoras de Núcleos Sociais	6	6	3.454
Asilos	47	44	6.879
Albergues	17	15	2.161
Associações de Proteção à Maternidade e Infância	281	245	3.661
T O T A L	467	—	18.910

FONTE: SESB

Através da PROMOPAR, foram atendidas 542 entidades assistenciais promocionais, asilos, albergues e APMI's, em 153 municípios, com recursos financeiros no valor de Cr\$ 51,1 milhões.

Por meio de convênio firmado entre o IAM e a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, foi estabelecida uma oferta permanente de 40 vagas para menores na faixa etária dos 13 aos 18 anos, portadores de distúrbios psíquicos, no Hospital Colônia Adauto Botelho, em Piraquara.

A SESB procedeu ao atendimento imediato e preventivo da população carente, em termos de hospedagem e alimentação, passagens rodoferroviárias a migrantes, fotografias, urnas mortuárias, aparelhos de prótese, cadeiras de rodas, medicamentos e auxílio financeiro, preparação de documentos, encaminhamentos para qualificação profissional e emprego. Os trabalhos mais expressivos, em termos de atendimento, acham-se demonstrados em seguida.

TIPOS DE ATENDIMENTO A POPULAÇÃO CARENTE — 1979

Discriminação	Quantidade Executada
Prestação de auxílios imediatos através do Centro de Triagem e Atendimento Social de Curitiba	43.414
Hospedagem na Hospedaria do Migrante de Curitiba	5.078
Atendimento de Migrantes no Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante em Foz do Iguaçu	9.159

FONTE: SESB

A mesma Secretaria realizou ainda 6 seminários regionais, que conjugaram esforços para a execução das atividades promocionais referentes ao "Dia do Calor Humano".

Na área da Secretaria da Justiça, o ano de 1979 acusou a realização de uma série de atividades voltadas para a recuperação e reintegração social dos apenados, entre as quais se destacam as que são a seguir indicadas.

A ação do Programa Themis se estendeu aos presos albergados e aos beneficiados pela suspensão condicional da pena, pelo trabalho externo, pela liberdade vigiada, bem como às respectivas famílias. Attingiu as Instituições a que se vincula o preso beneficiado, como a religiosa, estudantil, empresarial, objetivando sua reeducação e reintegração social.

As atividades do Programa consistiram em entrevistas semanais com essa clientela; visitas domiciliares e nos locais de trabalho; reuniões formativas de grupos de beneficiados, de esposas e de grupos familiares; reuniões informativas; orientação, encaminhamento, acompanhamento e avaliação dos resultados. Desta forma, atendeu, na Capital e no interior, a mais de 400 pessoas. O programa visou também desenvolver a consciência da comunidade quanto à necessidade de sua participação efetiva no processo de reintegração social do apenado.

As realizações do Instituto de Orientação Social — I.O.S., sob a égide da Coordenação do Sistema Penitenciário, deu atendimento, assistência e orientação aos egressos dos estabelecimentos penais, atra-

vés da obtenção de documentação profissional e documentos pessoais, bem como pelo encaminhamento às empresas para colocação em empregos, segundo a vocação profissional e atendendo à origem de procedência do egresso. Nessa linha de atuação, o I.O.S. prestou assistência a 622 egressos, que volveram a seu convívio familiar e social.

O apoio e assistência material às famílias dos encarcerados foram possibilitados pelos recursos do Fundo Penitenciário, os quais são oriundos da participação dos detentos em atividades laboriais nos diversos canteiros de trabalho dos estabelecimentos penais. Tais canteiros tiveram também a finalidade de propiciar melhor aprimoramento e capacitação profissional. De acordo com sua habilitação profissional, os presos prestam serviços nos canteiros de trabalho das seguintes atividades: construção civil, agropecuária, cerâmica, marcenaria, pastifício e padaria, serralheiria, artes gráficas, hortigranjeiros e artesanato. Quase 70% da população carcerária exerce atividades produtivas, além daqueles que prestam serviços internos de rotina diária.

O Conselho Penitenciário apreciou e concedeu os seguintes benefícios aos presos: comutação de pena: 86; indulto: 209; livramento condicional: 279; prisão albergue: 129; regime semi-aberto: 48; trabalho externo: 14; o que perfaz um total de 765 beneficiados.

Com o objetivo de recuperar e reintegrar socialmente os detentos, a COOSIPE tem-se voltado, sobremaneira, para a celebração de convênios com a L.B.A., Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO) do Ministério do Trabalho, SENAI, SESC e outras entidades procurando proporcionar aos presos ocupações produtivas para aproveitamento do tempo ocioso, aprimorando-os em suas qualificações profissionais em preparação à sua reintegração ao meio social.

Durante 1979, foram ministrados 32 cursos para 33 turmas, ministrados foram de: auxiliar de cozinha; afiador de fita; auxiliar de escritório; artesanatos de couro; cerâmica; bijuterias; armador de ferro; bordados a mão; carpinteiro de forma: corte e costura; calceiro; culinária; crochê; conservação de solo; datilografia; encanador; eletricitista; horticultura; ladrilheiro; manicure e pedicure; marceneiro; macramê; pedreiro; pintor; pintura de tecidos; reparador de eletrodomésticos; serralheiro; soldador; tricô; tapeçaria; tratorista e vendedor-demonstrador.

A SECE, também preocupada com a população carente, desenvolveu o projeto "O Samba Não Tem Idade", o qual teve como objetivo levar alegria e calor humano, na época natalina, às pessoas idosas e outras residentes em instituições assistenciais da Capital. O programa beneficiou as pessoas internadas nos seguintes estabelecimento: Asilo São Vicente de Paula, Recanto Tarumã, Abrigo Santa Clara, Programa de Atendimento ao Idoso, Centro Social Emi Caldeira, Recanto Santa Fé, Sociedade de Socorro aos Necessitados e Instituto Paranaense de Cegos.

Subprograma 2.3.10. Controle das Doenças Endêmicas e Transmissíveis

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social desenvolveu intenso trabalho para dinamizar o sistema de coleta e processamento de notificações de doenças transmissíveis, para melhor conhecimento da frequência e da distribuição de tais ocorrências no Estado, e no balizamento da aplicação e da avaliação das medidas de controle. Contribuíram significativamente para essa melhoria as auxiliares de epidemiologia, atuantes a nível regional, e os médicos das Unidades Sanitárias e de outros serviços de saúde treinados e orientados, através de reuniões realizadas nas sedes dos Distritos Sanitários, com apoio financeiro da SUDESUL.

Nessa área, os resultados alcançados foram os seguintes:

AÇÕES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA — 1979

Tipo de Ação	Quantidade
Boletins de informações semanais e mensais coletadas a nível local	19.521
Investigações de casos de poliomielite, difteria, meningite, raiva humana e de doenças quarentenárias na Região Metropolitana de Curitiba e na área de Londrina	704
Exames laboratoriais específicos de material proveniente da Região Metropolitana de Curitiba e da área de Londrina	5.944
Organização de boletins epidemiológicos da ocorrência de doenças transmissíveis no Estado	47

FONTE: SESB

Um amplo trabalho de vacinação da população foi executado, com o objetivo de reduzir os índices de morbidade e de mortalidade por doenças transmissíveis, principalmente a tuberculose e o tétano, segundo demonstra o quadro abaixo:

VACINAS APLICADAS EM 1979

Tipos de Vacina	Aplicadas
Contra varíola	233.550
Contra difteria, tétano e coqueluche (tríplice)	547.464
Contra difteria e tétano (dupla)	326.935
Contra tétano	140.767
Contra poliomielite	542.818
Contra sarampo	256.614
Contra tuberculose	442.938
Contra febre tifóide	33.785
T O T A L	2.524.871

FONTE: SESB

Para esclarecer o diagnóstico, estabelecer a orientação e realizar o controle do tratamento, especialmente das doenças transmissíveis, bem como para o controle higiênico dos alimentos, foram realizadas 274.452 análises laboratoriais em 1979.

ANÁLISES LABORATORIAIS — 1979

Tipo de Análises	Quantidade
Clínicas	266.015
Bromatológicas	8.437
T O T A L	274.452

FONTE: SESB

Foi desenvolvido extenso programa de controle da raiva humana, em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura, compreendendo: distribuição de material educativo (1 milhão de exemplares), atendimento de pessoas expostas à raiva, vacinação de 950 mil cães e diagnóstico dos animais suspeitos.

Procedeu-se ao controle da tuberculose e à assistência médico-hospitalar a enfermos. As ações ambulatoriais de diagnóstico e de tratamento realizadas constam no quadro seguinte:

AÇÕES DE DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO DA TUBERCULOSE — 1979

Tipo de Ação	Quantidade
Exames para controle e tratamento	524.880
Tratamento dos casos diagnosticados	2.872
T O T A L	527.752

FONTE: SESB

Outras ações expressivas neste campo de atuação foram: a cura de 90% dos doentes que iniciaram tratamento, a realização de 225 quimioprofilaxias nos reatores ao teste tuberculino e a assistência médico-hospitalar a 1.797 portadores da doença.

Com relação à hanseníase, intensificaram-se as medidas de diagnóstico precoce, de controle de focos, de tratamento e controle dos doentes e de prevenção de incapacidades físicas. Além da preparação de 22 pessoas para dinamizar o atendimento ambulatorial, instalaram-se mais dois Centros Regionais de Prevenção de Incapacidades, em Londrina e Cascavel, e implantou-se, no 10.º Distrito Sanitário sediado em Cascavel, um Serviço Ativo de Procura de Hansenianos e Comunicantes. As reali-

zações constantes do quadro seguinte retratam os resultados das ações encetadas em 1979.

AÇÕES DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA HANSENÍASE — 1979

Tipo de Ação	Quantidade
Descoberta e tratamento de novos doentes	1.154
Reexame e tratamento de antigos doentes	14.646
Baciloscopias em doentes sob controle	1.681
Prevenção de incapacidades físicas dos doentes	197
Hansenianos sob tratamento hospitalar na FUNMUR	652

FONTE: SESB

Esta mesma Secretaria, visando reduzir os índices de morbidade e mortalidade por doenças controláveis pelo saneamento, desenvolveu um conjunto de ações para orientar a população sobre: construção e melhorias de fontes de água, fossas higiênicas e referentes ao destino adequado do lixo; controle higiênico dos alimentos nas indústrias, no transporte e a nível de consumidor; controle dos locais de recreação, especialmente de piscinas e praias. Objetivando conscientizar a comunidade a proceder melhorias de saneamento básico, iniciou-se e concluiu-se a montagem de campos de demonstração em São José dos Pinhais, União da Vitória, Cascavel, Curitiba, Bituruna e Cianorte. O quadro abaixo indica os trabalhos realizados pela SESB em 1979, com relação às finalidades descritas.

AÇÕES DE SANEAMENTO REALIZADOS — 1979

Tipo de Ação	Quantidade
Melhorias em poços de água	9.286
Melhorias e instalações de fossas higiênicas	26.523
Habite-se e vistorias para residências	172.176
Licenças sanitárias e vistorias para controle dos alimentos	302.823
Ligações à rede de água	14.419

FONTE: SESB

Subprograma 2.3.11. Difusão do Acesso às Retransmissões de Televisão

A RADIPAR — Paraná Radiodifusão, empresa vinculada à Secretaria do Interior, elaborou o Plano Estadual de Distribuição de Canais de TV em UHF e VHF, com vistas à montagem da rede oficial de enlaces de repetição e retransmissão de sinais de TV.

Cumprindo a programação estabelecida, a RADIPAR desenvolveu vários projetos destinados a atender supletivamente, localidades do Estado ainda não atingidas por sinais de TV gerados pelas concessionárias de serviços de televisão.

O Paraná foi o primeiro Estado a apresentar ao Ministério das Telecomunicações um plano detalhado objetivando levar sinais de televisão a toda a população. O estudo servirá como referência para a concessão de canais UHF pelo citado Ministério.

Com a preocupação de melhorar a qualidade dos sinais de televisão e facilitar o acesso aos mesmos, a RADIPAR encampou, observando a legislação federal específica, o sistema de repetição e retransmissão de sinais de TV do Sudoeste do Estado, Microrregião "16", constituída de 26 municípios, tendo como pólo a cidade de Francisco Beltrão. Geograficamente, a região atendida abrange uma área da ordem de 13.700 km², equivalente a 6,8% do território paranaense.

Os municípios diretamente beneficiados são: Ampére, Barracão, Campanema, Chopinzinho, Clevelândia, Cel. Vivida, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Francisco Beltrão, Itapejara D'Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Pato Branco, Pérola D'Oeste, Planalto, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Verê e Vitorino. Além destes, outros municípios estarão, indiretamente, se beneficiando do empreendimento.

Em decorrência, foram firmados convênios com as prefeituras destes municípios no valor de Cr\$ 1.800.000,00 anuais, com o objetivo de assegurar a manutenção e continuidade de funcionamento do sistema incorporado.

Em conseqüência da expansão geográfica de suas atividades e com o objetivo de atender prontamente o cumprimento de suas finalidades, a RADIPAR inaugurou, em dezembro/79, o Escritório Regional de Francisco Beltrão.

Ao lado dos esforços dispendidos pela Empresa na operação e manutenção dos enlaces das Rotas Norte Pioneiro e Sul-Suldeste, esta desenvolveu outras atividades no decorrer de 1979, merecendo destaque especial a implantação da Estação Repetidora e Retransmissora de sinais de TV em Tomasina, início dos trabalhos inerentes à implantação da Estação Repetidora e Retransmissora de Antônio Olinto e o projeto para implantação da Estação Repetidora e Retransmissora de Rio Negro.

Foram também executadas atividades técnicas de planejamento, em preparação à ampliação das suas atividades a partir de 1980, consoante programação consignada no Orçamento Plurianual de Investimentos.

Subprograma 2.3.12. Expansão dos Serviços Telefônicos

A expansão dos serviços telefônicos do Estado, a cargo da TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, obedeceu ao plano de obras da Empresa, tendo em vista a crescente demanda e a contínua expansão da área atendida.

Cinquenta e nove novas centrais telefônicas foram ativadas, com acréscimo de 14.926 novos terminais. Outras 15 centrais foram ampliadas, em um total de 12.600 terminais.

Em Curitiba, o desenvolvimento do plano de ampliação do Sistema Urbano permitiu o início da ativação da 3.ª etapa, com a entrada em operação da ampliação das Centrais de Santa Felicidade, com mais 2.000 terminais; Pinheirinho, com mais 4.500 terminais; Cristo Rei, com mais 1.000 terminais; e da Central Tandem local, com mais 4.500 troncos. Assim, elevou-se para 117.600 o acervo de terminais da Capital, crescendo em 7,0% a disponibilidade existente em 1978.

A necessidade de atender de forma eficaz a toda a demanda de telefonia fez com que a TELEPAR, no período, ligasse, através da instalação de 1.407 terminais remotos, 29 comunidades de menor porte, colocando ao alcance dos seus habitantes as mesmas facilidades já à disposição das grandes concentrações urbanas.

Ainda com o objetivo de atender ao habitante das pequenas comunidades, a Empresa instalou postos de serviços telefônicos em 44 distritos municipais, possibilitando a ligação dessas localidades com todo o sistema estadual, nacional e internacional de telefonia.

Os terminais telefônicos instalados no decorrer do exercício totalizaram 28.933 unidades, o que exigiu a realização de 147 obras, representando um investimento de Cr\$ 2,1 bilhões. Para continuidade do plano da TELEPAR foram contratadas obras, ainda em 1979, para a instalação de mais 18.259 novos terminais, dos quais 13.900 para a Capital e 3.300 para comunidades urbanas do interior e 1.059 para a zona rural.

O quadro a seguir retrata a situação do sistema de telefonia da TELEPAR, em dezembro de 1979.

SISTEMA ESTADUAL DE TELEFONIA — 1979

Localidades Atendidas		Terminais Instalados	
Em PS'S	170	Curitiba	124.500
Em DDI/DDD	167	Região Sul	15.243
Em DDD	10	Região Sudoeste	37.275
Em DAR	87	Região Norte	31.907
Em DDO	14	Região Noroeste	47.423
Em Serviço Manual	6	T O T A L	256.348

FONTE: TELEPAR

A COMEC — Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, da Secretaria do Planejamento, também atuou para a expansão dos serviços telefônicos, celebrando convênios com as prefeituras de Quatro Barras e Campina Grande do Sul, com esse objetivo.

PROGRAMA 2.4. APOIO A CORREÇÃO DE DESEQUILÍBRIO REGIONAIS

Subprograma 2.4.1. Apoio Especial ao Desenvolvimento de Atividades Agropecuárias em Regiões Deprimidas.

As ações desenvolvidas pela ACARPA/EMATER, na Região Litorânea, proporcionaram assistência técnica a 1.818 produtores em agropecuária e pesca artesanal e a 1.427 famílias na orientação em bem-estar social.

As Secretarias do Planejamento e da Agricultura promoveram a formulação de estudos de viabilidade e negociações iniciais para a implantação de Pólo Hortigranjeiro no município da Lapa, sendo também empreendidas ações para o fortalecimento das atividades horti-granjeiras no município de Morretes. O investimento previsto para a execução dos 2 projetos é da ordem de Cr\$ 20 milhões.

Ainda com a finalidade de canalizar maior volume de recursos para os municípios localizados em regiões de menor desenvolvimento, a Secretaria do Planejamento elaborou documentos preliminares, expondo a concepção do Governo a respeito de uma intervenção mais eficaz, pelos órgãos setoriais, no Litoral e no Alto Ribeira, com programação voltada, basicamente, para o atendimento aos segmentos mais carentes da população.

O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PRORURAL, já referido em outros subprogramas, em negociação com Agências Internacionais de Crédito, deverá constituir, após sua integral operacionalização, um importante instrumento de desenvolvimento das atividades agropecuárias em regiões de baixo dinamismo.

Subprograma 2.4.2. Aproveitamento do Potencial Turístico da Região Litorânea

O aproveitamento de tal potencial requer, como providência preliminar, a adequação da infra-estrutura, a preservação adequada dos recursos naturais e a adequada divulgação. Com esse objetivo foram executadas, em 1979, as seguintes ações:

- * A EMOPAR e a PARANATUR deram continuidade às obras de recuperação da Praia Mansa de Caiobá, investindo Cr\$ 20 milhões;
- * A PARANATUR, em ação conjunta com a TELEPAR, procedeu à ampliação da oferta de serviços telefônicos em Matinhos e Guaratuba, através de estações móveis e com vistas a propiciar um melhor atendimento aos veranistas e turistas que freqüentam tais balneários;
- * A arborização da Avenida Atlântica que liga Matinhos a Caiobá foi objeto de um convênio entre a PARANATUR e a BANESTADO — REFLORESTADORA;
- * A elaboração e desenvolvimento da Campanha de atração de turistas das Américas para os Estados Sulinos;
- * Edição e divulgação de roteiros turísticos, ressaltando as atrações que o litoral paranaense oferece;
- * Execução de melhorias nas áreas anexas aos terminais turísticos, recuperação e preservação de monumentos históricos da região litorânea, conforme descrito nos subprogramas da área cultura, esporte e lazer.

A Secretaria da Cultura e do Esporte promoveu a elaboração de programas folclóricos, desportivos e culturais, para execução nos balneários paranaenses no decurso da temporada de 1980.

Foram ainda concedidos pela Secretaria dos Transportes auxílios aos municípios de Matinhos, Morretes e Antonina, para o procedimento de melhorias das estradas intermunicipais, e sua adequada integração com as rodovias-tronco.

A PARANATUR realizou estudos e elaborou o pré-projeto técnico para o aproveitamento turístico do local denominado "Ponta da Pita", em Antonina, e para a implantação do Parque Temático entre Morretes e Antonina.

Subprograma 2.4.3. Apoio e Incentivo à Implantação de Empreendimentos de Grande Efeito Multiplicador.

A Secretaria da Agricultura coordenou o Programa de Piscicultura em Águas Interiores, com a participação da ACARPA/EMATER-PR e do IAPAR.

Em 1979, o Programa atendeu a 181 produtores, com a distribuição de 7.252 alevinos, e cadastrou 40 produtores.

Com o apoio da Secretaria de Indústria e do Comércio e a cooperação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, foi instalada, em Antonina, uma indústria de Alginato de Sódio, contribuindo para a geração de novos empregos e outros efeitos positivos sobre a economia local.

Na localidade denominada de Ponta do Poço, em Paranaguá, iniciou-se a complementação da infra-estrutura de transportes, comunicações e energia elétrica, em apoio à unidade industrial de porte que está ali sendo instalada e que operará na produção de plataformas marítimas para prospecção petrolífera.

Como medida incentivadora da implantação de empreendimentos industriais, a Secretaria das Finanças tem concedido dilação de prazo de recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias. No exercício de 1979 foram beneficiadas 12 indústrias, as quais, somadas às 14 já em tal situação, têm se utilizado dessa faculdade para, principalmente, otimizar a aplicação de seu capital de giro.

Subprograma 2.4.4. Complementação da Infra-Estrutura de Transporte, Energia e Telecomunicações em Regiões Menos Desenvolvidas.

Em ação conjunta, as Secretarias do Planejamento e dos Transportes desenvolveram gestões para a reativação do Porto de Antonina, antiga reivindicação daquela comunidade, que sempre teve no porto uma fonte de emprego e dinamismo econômico. O resultado desse trabalho foi a determinação do Governo Federal para que aquele porto assumisse a função de terminal marítimo para o carvão mineral procedente de Santa Catarina, com destino às indústrias da Região Metropolitana de Curitiba.

Uma decorrência imediata foi o Convênio celebrado no final do exercício, entre o Estado do Paraná e Governo Federal, para a recuperação e reativação do ramal ferroviário de acesso aos terminais de descarga.

Foi celebrado, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, contrato de financiamento de US\$ 61 milhões para o II Programa de Rodovias Alimentadoras, a fim de complementar a infra-estrutura de escoamento da produção. O caráter social dos financiamentos daquela Instituição requer que as aplicações sejam executadas em regiões comprovadamente carentes.

Com vistas à operacionalização desse Programa, a Secretaria dos Transportes concluiu os estudos de avaliação econômica para a construção de cerca de 2.000 km de rodovias alimentadoras. Esta Secretaria executou também a elaboração e análise de projetos relativos a 44 tre-

chos de Rodovias Vicinais, para fins de captação de recursos junto ao BNDE.

As ações de complementação da infra-estrutura de Energia e Telecomunicações se acham contidas nos relatos inerentes aos subprogramas que descrevem as realizações da COPEL e da TELEPAR.

No âmbito da Secretaria do Interior, a RADIPAR procedeu à implantação de Estações Repetidoras e Retransmissoras de sinais de TV em Tomasina, Antônio Olinto e Rio Negro.

Subprograma 2.4.5. Reorganização e Complementação da Infra-estrutura de Espaços Regionais Afetados por Grandes Projetos

Coube à Secretaria do Planejamento — SEPL a iniciativa de ações específicas para a realização de estudos e projetos de recuperação das áreas afetadas pela construção de grandes obras.

Neste sentido, esta Pasta participou do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre a Centrais Elétricas do Brasil S/A — ELETROSUL, o Governo do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, para a elaboração de um Plano de Ação Imediata para Guaíra, que sofrerá o impacto da construção da usina hidrelétrica de Ilha Grande.

A implantação de Usina de escala Industrial para processamento de Xisto em São Mateus do Sul motivou elaboração do Plano de Ação Imediata, cuja origem foi o convênio firmado entre a Secretaria do Planejamento, Universidade Federal do Paraná e PETROBRAS. O Plano, baseado num diagnóstico da situação regional e de estudos prospectivos dos impactos prováveis, veio estabelecer um conjunto de soluções integradas para os problemas urbanos que deveriam ocorrer paralelamente à implantação da indústria.

Tal providência, tomada com oportunidade, permitirá minimizar a ocorrência de problemas como os que se verificaram na fase inicial da construção da Usina de ITAIPU.

Podem-se ressaltar, como benefícios palpáveis, a desapropriação das áreas necessárias ao desenvolvimento do Projeto, com minimização das especulações imobiliárias, bem como a adoção de providências para a adequação da estrutura urbana do Município e para ampliação e melhoria dos equipamentos de atendimento nas áreas de saúde e educação.

Na região da Hidrelétrica de ITAIPU, a Secretaria dos Transportes, por Convênio com o Governo Federal dentro do Programa de Desen-

volvimento do Oeste do Paraná — PRODOPAR, vem desenvolvendo a reorganização e complementação do sistema viário em 15 municípios situados na 21.ª Microrregião Homogênea, com os benefícios indicados a seguir:

- * Execução de Revestimento Primário e de Melhoramentos em Rodovias Municipais: 549,00 km
- * Abertura de Acessos: 75,00 km
- * Construção de Pontes Mistas e em Concreto Armado: 214,50 m

A Coordenadoria de Ação Regional, da SEPL, tem acompanhado e gerenciado a nível estadual a execução do DRODOPAR — Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná. As aplicações federais no programa alcançaram em 1979 Cr\$ 85,2 milhões, dos quais Cr\$ 10 milhões destinaram-se a obras de saneamento básico em Foz do Iguaçu e Cr\$ 5 milhões ao prosseguimento do Hospital Regional de Cascavel.

Na Região Oeste do Paraná, o Instituto de Terras e Cartografia atuou junto à Bolsa Agrária, sendo colocadas 331 propriedades rurais num total de 33.865 ha, oferecendo opções de terras agricultáveis aos produtores indenizados pela ITAIPU Binacional.

— III —

**AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS
OBJETIVOS DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO
E PROMOÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA**

PROGRAMA 3.1. INVENTARIO DO PERFIL SÓCIO-CULTURAL E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO PARANÁ

Subprograma 3.1.1. Inventário dos Marcos Regionais da História e da Cultura Paranaense

A Secretaria da Cultura e do Esporte iniciou a primeira fase do Inventário Cultural do Paraná e realizou a pesquisa e coleta inicial de dados para o desenvolvimento do projeto no ano de 1980. Neste trabalho vem sendo envolvido o Departamento Estadual de Arquivo e de Microfilmagem — DAMI, em apoio à coleta de documentação histórica para o Inventário, bem como outras organizações estaduais, municipais e federais, como a Biblioteca Nacional, com a qual vem sendo promovido intercâmbio que tem propiciado a troca de reproduções de documentos, como a micrográfica de relatórios da Coleção de Documentos Históricos da época da Presidência da Província.

A participação de DAMI se reveste de grande importância para este objetivo, uma vez que o mesmo possui catalogados 150 mil documentos, o que deverá permitir o levantamento completo do acervo documental histórico, além de contribuir para a preservação desse valioso patrimônio documental.

Com o propósito de preservá-lo e, ao mesmo tempo, facilitar o livre acesso a historiadores e pesquisadores aos documentos catalogados foram intensificados os trabalhos de microfilmagem dos mesmos através do laboratório do próprio Departamento.

Subprograma 3.1.2. Pesquisa das Expressões Étnicas e Artísticas da Cultura Paranaense

Os Museus de Arte Contemporânea e Alfredo Andersen, da SECE, prosseguiram no desenvolvimento sistemático de pesquisas sobre as expressões artísticas da cultura paranaense, realizando a coleta de dados informativos e o levantamento fotográfico a cores das mais expressivas obras artísticas paranaenses, tanto do acervo público como de coleções privadas.

A realização do XIX Festival Folclórico Internacional, constante de apresentação de danças folclóricas, exposições e palestras, por sua vez, além do seu caráter cultural, permitiu o início de estudos sobre as manifestações culturais de cada etnia representada no Paraná.

PROGRAMA 3.2. PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS HISTÓRICOS E PAISAGÍSTICOS

Subprograma 3.2.1. Tombamento do Acervo Histórico, Artístico e Arqueológico

O ano de 1979 foi marcado pela estruturação da SECE, a partir do antigo Departamento de Assuntos Culturais.

Não obstante todo o interesse existente com relação a este objetivo, em 1979 só foi possível estabelecer os primeiros passos em termos de fixação de estratégias, levantamentos preliminares e formulação de uma programação inicial para 1980, que contemplará, numa primeira etapa, ações em Paranaguá, Morretes, Antonina, Lapa e na região dos Campos Gerais.

Em consonância com tais orientações foi elaborado parecer técnico sobre o imóvel da Rua Tobias de Macedo, n.º 38, em Curitiba, e realizou-se visita e vistoria no Musel Municipal "Visconde de Guaruava", complementação de dados históricos sobre 4 monumentos de Paranaguá, já tombados, e o levantamento de dados históricos do antigo Palácio do Governo, da sede da Secretaria das Finanças na Rua Murici e do antigo Hotel Paraná em União da Vitória, para posterior tombamento.

Foi também executada, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, em articulação com a Secretaria da Agricultura, a preparação dos processos de tombamento do Parque do Marumbi e da Estrada da Graciosa.

Subprograma 3.2.2. Proteção, Recuperação e Valorização de Sítios Históricos

A Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SECE, em 1979, desenvolveu a fiscalização e a proteção das diversas áreas de valor histórico e paisagístico sob o seu controle. Além disso, como primeira fase do projeto de restauração e reciclagem do antigo Palácio do Governo, situado à Rua Barão do Rio Branco, e futura instalação do Museu da Imagem e do Som, iniciou o levantamento arquitetônico e fotográfico do referido imóvel.

A Secretaria do Planejamento, através da COMEC, deu continuidade ao projeto de implantação do Parque Histórico do Mate, com a compra da área, elaboração do projeto definitivo e assinatura de contrato para a restauração do último Moinho de Soque de Erva-Mate existente no Estado, na localidade chamada Rondinha, município de Campo Largo.

Subprograma 3.2.3. Divulgação Turística dos Elementos Paisagísticos, Arqueológicos e Culturais

A Secretaria da Indústria e do Comércio, através da PARANATUR, organizou os roteiros para as visitas de Agentes de Viagens de outros Estados a pontos turísticos do Paraná, objetivando propiciar o conhecimento "in loco" das nossas potencialidades, a atualização de documento técnico e de calendários turísticos para distribuição às agências de todo o País e de representantes associados no exterior.

Participou da Comissão Especial destinada a sugerir orientações concretas sobre a viabilidade de aproveitamento turístico da Ilha do Mel e para a preservação de suas características naturais.

Além destas iniciativas, a PARANATUR programou e executou obras de infra-estrutura destinadas à integração do Complexo de Furnas ao Parque Estadual de Vila Velha e a instalação definitiva do Teleférico Vertical de acesso ao fundo da primeira furna; montou Postos de Informações Turísticas da Estação Rodoviária de Antonina, da Rodoferroviária de Curitiba e do Aeroporto Afonso Pena; instalou a Delegacia Regional de Foz do Iguaçu, como medidas complementares na promoção turística do Paraná.

Subprograma 3.2.4. Desenvolvimento Turístico das Cidades Históricas

A Secretaria do Planejamento elaborou termo de referência para especificação e dimensionamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da Lapa, com a finalidade de dar àquele Município um instrumento capaz de ordenar, através de ações imediatas, o desenvolvimento local a curto e longo prazos, superando as carências existentes e possibilitando a exploração do potencial histórico e de turismo.

Do mesmo modo, no detalhamento do Programa Especial, denominado PROLITORAL, foram pesquisadas alternativas de aproveitamento turístico do caráter histórico das cidades, distritos e acidentes geográficos presentes na Microrregião Litoral Paranaense. Tais estudos deverão embasar as providências a serem estabelecidas com tal propósito já a partir de 1980, principalmente na adequação da infra-estrutura turística de tais localidades.

PROGRAMA 3.3. ESTÍMULO AO INTERCÂMBIO CULTURAL E A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES EM PROMOÇÕES DESPORTIVAS E CULTURAIS

Subprograma 3.3.1. Estímulo à Organização e Desenvolvimento de Manifestações Culturais e Desportivas

A Secretaria da Cultura e do Esporte, através de suas unidades, desenvolveu vários projetos que mobilizaram a população da Capital e do Interior com a realização de programações culturais e outros eventos expressivos.

- * Projeto IDENTIDADE (maio a outubro), visando à identificação do compositor e sua obra junto ao grande público. Compreendeu 12 apresentações, com uma média de público de 1.800 pessoas, em Curitiba, Ponta Grossa, Irati e Lapa. Contou com a participação dos compositores: LUIS REIS, BILLY BLANCO, PEDRO CAETANO, CLAUDINOR CRUZ, GUILHERME DE BRITO e HERIVELTO MARTINS, acompanhado do cantor PERY RIBEIRO.
- * Projeto ACORDE (maio), lançado na cidade da Lapa, mas atingindo também Curitiba e outros municípios. O projeto objetivou o início de realizações na área musical, alicerçadas na preocupação básica de deselitização da música, tendo-se desenvolvido por meio de "shows" de PAULO SOLEDADE, CÉSAR COSTA FILHO e da apresentação do GRUPO FOLCLÓRICO PORTUGUÊS.
- * Projeto BOI DA CARA PRETA (outubro), constante de promoções recreativas, culturais, exposições e cursos inteiramente dedicados às crianças. Teve um público de cerca de 15.000 escolares. Desenvolveu-se através de apresentações do CORAL DO INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR, BANDINHA HERING, DAN'JO BALLET, CORAL E ORQUESTRA ORFF DA EMBAP, entre outros.
- * Projeto O SAMBA VAI A ESCOLA (setembro a novembro), visando a desenvolver na criança o gosto pelo ritmo brasileiro. Consistiu na execução de apresentações em 45 escolas de 1.º grau de Curitiba — pelo elenco de 10 ritmistas — atingindo 20.000 crianças.
- * XIX FESTIVAL FOLCLÓRICO INTERNACIONAL (agosto), com o objetivo de divulgar os aspectos folclóricos de cada etnia representada no Paraná, constando de exposições, palestras e 5 apresentações no Teatro Guaíra. Compreendeu a participação de 12 grupos folclóricos e 9 etnias, totalizando 600 integrantes. Tais apresentações tiveram um público de 4.000 visitantes às exposições e de 10.000 espectadores às palestras e apresentações.

- * **COMEMORAÇÕES CÍVICAS**, compreendendo as participações da SECE nas promoções cívico-culturais relativas à Semana do Exército, Semana da Pátria, Dia da Bandeira e Semana da Independência. Essas participações constaram de espetáculos teatrais e peças infantis, exposições, concertos, apresentações de grupos étnicos e folclóricos.
- * **II FESTA DO BARREADO**, promoção da PARANATUR na divulgação de aspectos típicos do Paraná. A iniciativa executada em Paranaguá atraiu cerca de 1.000 pessoas.
- * **FESTIVAL PENALVA**, promoção da SECE em homenagem ao Regente e Fundador do CORO MADRIGAL PRÓ-MÚSICA, Padre José Penalva, constando da apresentação do CORAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, ORQUESTRA PRÓ-MÚSICA DE CURITIBA e MADRIGAL DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ.
- * **I FESTIVAL DA MÚSICA JUNINA**, realizado em São José dos Pinhais, em estímulo à composição e divulgação das músicas juninas, preservando a tradição popular. O certame contou com 36 concorrentes e 108 composições.
- * **CERIMÔNIA DO CHÁ**, executada com vistas à divulgação desta tradicional cerimônia japonesa, pelo seu interesse ao expressivo número de integrantes deste grupo étnico em nosso Estado.
- * **Projeto 19 DE DEZEMBRO**, representado pela montagem de peça especial sobre a Emancipação Política do Paraná — “O TEATRO NA ESCOLA”, visando incentivar a pesquisa histórica.
- * **Projeto CULTURA E ESPORTE**, constando de apresentações de GRUPOS FOLCLÓRICOS, ORQUESTRA SINFÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ e CORAL DA ESCOLA TÉCNICA FEDERAL, nos municípios de Curitiba, Guarapuava, Paranaguá e Umuarama.
- * **CIRCUITO PARANÁ** (agosto a novembro), projeto que teve por objetivo a divulgação da Música Popular Brasileira, com apresentação de espetáculos no interior do Estado, segundo três roteiros, ou seja:

ROTEIRO I — Edu Lobo e o Conjunto Boca Livre, que levou tal espetáculo às cidades de Curitiba, Lapa, Antonina, Campo Largo, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina, Jacarezinho, Bandeirantes, Cornélio Procopio, Londrina e Arapongas, atingindo um público de 8.600 espectadores;

ROTEIRO II — Show Palminor Rodrigues (LAPIS) — Artistas paranaenses, levado a 2.400 espectadores das cidades de Apucarana, Cruzeiro do Oeste, Umuarama, Guaíra, Palotina, Goio-Erê, Peabiru e Maringá; e

ROTEIRO III — César Costa Filho e Dóris Monteiro, apresentado a 4.500 espectadores das cidades de União da Vitória, Palmas, Pato Branco, Francisco Beltrão, Irati, Toledo, Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Pinhão.

Várias outras promoções culturais — concursos de cartazes, exposições de artes infantis, conferências — e de apoio a artistas paranaenses para participarem de eventos fora do Estado foram realizadas pela SECE, em 1979, através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, entre as quais se destacam:

- * 36.º SALÃO PARANAENSE — Certame artístico de âmbito nacional, que teve a participação de representantes de onze Estados brasileiros e que conferiu 735 mil cruzeiros de prêmios. Concorreram 250 artistas com 655 obras, das quais 284 selecionadas.
- * MOSTRA BERTOLD BRECHT — O Dramaturgo, com a colaboração do Instituto Goethe — 1.250 visitantes.
- * MOSTRA PIRACICABA 6 ANOS DE HUMOR, com a colaboração da Prefeitura de Piracicaba — 2.670 visitantes.
- * EXPOSIÇÃO DE ARTE BRASILEIRA — Apresentação de obras do acervo da Sul América compreendendo 25 dos mais representativos pintores brasileiros.
- * MOSTRA DE PINTURA DE PETER POTOCKI.
- * MOSTRA DE PINTURA DE RITA ELIANA.
- * MOSTRA DO CARTUNISTA ANTÔNIO CARLOS NICOLIELO
- * 1.ª MOSTRA DO DESENHO BRASILEIRO — Certame artístico de âmbito nacional reunindo trabalhos de 54 dos mais importantes desenhistas brasileiros: 4.700 visitantes.

A SECE apoiou, ainda, a realização dos seguintes eventos:

- * III SALÃO DE ARTES DO IGUAÇU, certame realizado em Foz do Iguaçu e promovido pela Associação Cultural de Artistas Plásticos do Iguaçu — ACAPI. Contou com a participação de 44 artistas com 164 obras.
- * VII SALÃO DE ARTES PLÁSTICAS DE JACAREZINHO, promovido pelo Conjunto Amador de Teatro de Jacarezinho.

- * DEMONSTRAÇÃO E ARRANJOS FLORAIS, promoção em colaboração com a MISSÃO CULTURAL CURITIBA HYOGO e a IKEBANA OHARA SCHOOL.
- * FESTIVAL DE FANFARRAS, em Rio Negro.
- * 7.º FESTIVAL DE CORAIS DO VALE DO IGUAÇU, em União da Vitória, com a participação de Corais de Curitiba, Rio Negro e São Mateus do Sul.
- * III JOGOS FLORAIS, em Bandeirantes.
- * TURISMO DIRIGIDO — Curitiba/Litoral.
- * PROJETO CIRANDINHA, em Curitiba.
- * ANIVERSARIO DA CIDADE, na Lapa.
- * MARATONA CULTURAL DENTEL/SECE, em Maringá.
- * INSTRUMENTAÇÃO PARA FANFARRAS, em União da Vitória, Rio Azul, Antonina, Maringá, Cornélio Procópio, Marechal Cândido Rondon.

A Coordenadoria de Comunicação Cultural, da SECE, elaborou o plano de trabalho e a estratégia de ação para os exercícios vindouros, prevendo a publicação do Anuário da SECE e do Manual de Xilogravura; a oferta de cursos de Teatro, Cinema, Teatro de Bonecos, Trabalhos em Cisaal, Xilogravura, Fotografia, Trabalhos em Couro; e a execução de projetos de difusão cultural através de Rádioemissora, pesquisa do Folclore Paranaense, Criação do Pólo Cinematográfico, Formação da Orquestra de Câmara Juvenil. Além das atividades de documentação de eventos culturais, o Museu da Imagem e do Som coordenou uma série de eventos como concertos, cursos, ciclos de leitura, mostras de cinema e literatura e exposições. Realizou 600 gravações, 130 documentações cinematográficas, 168 documentações fotográficas, 56 documentações em "slides" e a gravação da Trilha Musical da peça "O Contestado".

A Biblioteca Pública do Paraná recebeu 1.723.956 consultas, das quais 1.488.818 locais (na própria Biblioteca) e 235.138 com a concessão de empréstimos. Nas consultas foram utilizados 737.331 livros, 716.353 periódicos, 2.162 mapas e material cartográfico e 31.059 pastas de recortes.

Subprograma 3.3.2. Apoio ao Intercâmbio Cultural

A SECE promoveu em 1979, com o apoio da FUNARTE, uma reunião de intercâmbio cultural entre os representantes daquela Fundação vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, dos três Estados da Região Sul, e de assistentes do Estado do Pará.

A nível interno, foram efetuados 6 concursos de bandas e fanfaras em União da Vitória, com a participação de 20 grupos, objetivando promover o intercâmbio cívico-cultural entre as diferentes regiões do Paraná e Santa Catarina.

Com a mesma orientação, foi apoiado o PROJETO ACORDE, na cidade da Lapa, que contou com a apresentação da Banda de Música da Filarmônica Antoninense, do Grupo Folclórico Alma Lusa e diversos números de intérpretes nacionais. Concorreram também para esse propósito o XIX Festival Folclórico Internacional, bem como outras ações descritas nos demais subprogramas vinculados à área cultural.

No tocante ao intercâmbio cultural, é bastante expressiva a atuação da Fundação Teatro Guaíra, vinculada à Secretaria da Cultura e do Esporte. O Teatro Guaíra realizou, no Auditório Bento Munhoz da Rocha Neto, os seguintes espetáculos, promovidos pela Secretaria da Cultura e do Esporte, com recursos da própria Fundação e do Convênio MEC-FUNARTE (Projeto Pixinguinha).

ESPETACULOS DE INTEGRAÇÃO CULTURAL — 1979

Espectáculos	Data	Promoção	N.º de Espetáculos	Público
01. Dan'jo Ballet	Abr	SECE	2	3.770
02. Edu Lobo e C. B. Livre	Nov	SECE	2	2.297
03. Les Étóiles da 1. ^a Ópera de Paris	Ago	T. Guaíra	1	1.592
04. Ópera "O Morcego" ("Die Fledermaus")	Ago	T. Guaíra	3	5.410
05. Ballet Guaíra	Out	T. Guaíra	3	5.102
06. S. Mendes/Brasil 80	Out	T. Guaíra	2	2.008
07. Ballet Guaíra e Curso Danças Clássicas	Dez	T. Guaíra	2	3.672
08. M. Barbosa e Belchior	Set	P. Pixing.	6	8.639
09. Quinteto Violado Sérgio Ricardo	Set	P. Pixing.	5	4.513
10. Z. Ramalho e J. do Valle	Out	P. Pixing.	5	5.825
11. Maestro Nelsinho e Ataulfo Alves Jr.	Out	P. Pixing.	5	1.863
12. P. Moura e Célia	Out	P. Pixing.	4	1.485
13. Isaurinha Garcia e Pedrinho Mattar	Out	P. Pixing.	5	1.562
14. Zezé Mota e L. Melodia	Nov	P. Pixing.	6	9.465
TOTAL			51	57.201

FONTE: SECE

No Auditório Salvador de Ferrante foram realizados os seguintes espetáculos, promovidos pela SECE, pela própria Fundação e ou por iniciativas conjuntas:

ESPETACULOS NO AUDITÓRIO SALVADOR FERRANTE — 1979

Espetáculos	Data	Promoção	N.º de Espetáculos	Público
01. Festival de Música Barroca	Fev	T. Guaíra	2	827
02. Tributo a Jacob do Bandolim	Ago	T. Guaíra	1	472
03. Ballet Guaíra	Ago	T. Guaíra	10	1.149
04. Projeto Villa Lobos	Ago	MIS/SECE	1	250
05. A Patética	Set	MIS/SECE	1	241
06. O Contestado	Out	T. Guaíra	21	6.589
TOTAL			36	9.528

FONTE: SECE/T. GUAÍRA

Mediante contratos celebrados com empresas de promoções artísticas e outras organizações, a Fundação realizou, nos seus 3 auditórios, 346 espetáculos, com a presença de 176.618 pessoas.

Subprograma 3.3.3. Formação de Animadores Culturais Para a Ação Interiorizada

A maior parcela das ações relacionadas ao subprograma, no exercício de 1979, foi constituída por tarefas de programação. Com tal objetivo a SECE promoveu uma reunião com a participação de 123 municípios, para estabelecer metas de animação cultural a serem perseguidas no quadriênio.

Foi também executada por esta Secretaria a Orientação Técnica a Animadores Culturais, que já atuam nos municípios de: PALOTINA, CORNELIO PROCÓPIO, URAÍ, BANDEIRANTES, TOLEDO e MARECHAL CANDIDO RONDON, bem como na Usina de Salto Santiago.

Considerado o esporte também como forma de expressão cultural, foram ministrados cursos sobre promoções esportivo-recreativas nas cidades de LONDRINA e CORNELIO PROCÓPIO.

Subprograma 3.3.4. Apoio à Implantação de Centros Municipais de Cultura

Com recursos da Secretaria do Planejamento, através de convênios com a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC,

a SECE criou Centros de Cultura em Campina Grande do Sul e Bo-caiúva do Sul.

O Departamento do Trabalho — DETEPAR, órgão da SEIC, elab-orou projetos para a criação do PRODART — Programa de Desen-volvimento do Artesanato do Paraná e de uma Cooperativa de Arte-sanato com sede em Curitiba, objetivando o estímulo à difusão e a comercialização do artesanato da Região Metropolitana.

A SECE, através da Biblioteca Pública do Paraná, deu assistência técnica a bibliotecas de 6 municípios, além de firmar convênio de co-ope-ração técnica e financeira para a implantação de uma biblioteca pública em Xambrê.

Subprograma 3.3.5. Incentivo à Prática da Educação Física e do Esporte

A prática da educação física, concebida como instrumento de alta relevância para a elevação dos níveis de higidez física e psíquica, bem como para o desenvolvimento de atitudes sociais desejáveis nos edu-candos, foi fortemente incentivada pela SEED junto à comunidades escolares.

Por esta razão, a Secretaria determinou que, além dos ambientes próprios à prática de atividades de recreação e iniciação esportiva já existentes nos novos prédios escolares construídos, o espaço dis-ponível fosse ampliado na rede escolar do Estado, mediante a cons-trução de 6 piscinas e 39 quadras polivalentes.

No âmbito da Secretaria de Cultura e do Esporte, através da Coordenadoria do Esporte, foram promovidas as seguintes atividades:

RECREATIVAS

- * Domingo Alegre, em Curitiba, Maringá, Lapa e Paranavaí, envolven-do cerca de 11 mil pessoas;
- * Corrida Rústica, em Campo Mourão, Santo Inácio e Rio Negro;
- * Cursos sobre promoções esportivo-recreativas nas cidades de Lon-drina e Cornélio Procopio.

ESPORTIVAS

- * Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Região I, em Parana-guá, com a participação de delegações de 9 municípios, 351 atle-tas e 51 dirigentes;

- * Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Região II, em Arapongas, com a participação de delegações de 15 municípios, 570 atletas e 78 dirigentes;
- * Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Região III, em Umuarama, com a participação de delegações de 27 municípios, 891 atletas e 133 dirigentes;
- * Jogos Estudantis Regionais do Paraná — Região IV, em Guaçuava, com a participação de delegações de 26 municípios, 910 atletas e 118 dirigentes;
- * Jogos Estudantis do Paraná — Finais, em Curitiba, com a participação de delegações de 71 municípios, 2.323 atletas e 354 dirigentes;
- * Jogos Estudantis da Região Metropolitana, com a participação de 13 municípios, 860 atletas e 29 dirigentes.
- * Campeonato Estudantil de Ginástica Rítmica Desportiva, em Londrina, com a participação de delegações de 6 municípios, 69 atletas e 21 dirigentes;
- * Campeonato Estudantil de Ginástica Olímpica, em Curitiba, com a participação de 4 municípios, 69 atletas e 16 dirigentes;
- * Campeonato Estudantil de Natação, em Curitiba, com a participação do município de Rolândia, 67 atletas e 2 dirigentes;
- * Campeonato Estudantil de Atletismo, Judô e Xadrez, em Curitiba, com a participação de 13 municípios, 302 atletas e 25 dirigentes;
- * Jogos Abertos do Paraná, em Toledo, com a participação de 28 municípios, 2.307 atletas e 186 dirigentes.

PROGRAMAÇÕES CONJUNTAS COM FEDERAÇÕES ESPORTIVAS

O quadro a seguir mostra a participação da SECE em promoções conjuntas com federações esportivas:

	Promoção	Data	Participação (*)	Público
01.	Camp. Bras. de Judô Sênior	Mai	83	500
02.	Voleibol Masculino Brasil x Japão	Jun	36	4.000
03.	Voleibol Masculino Brasil x Itália	Jun	36	6.000

Promoção	Data	Participação (*)	Público
04. Concurso Nacional de Hipismo	Jun	56	2.000
05. Copa Sul Brasileira de Remo	Nov	140	3.000
06. XV Camp. Bras. de Páraquedismo	Nov	113	2.000
07. Voleibol Feminino Brasil x Japão	Set	36	3.500
08. 8.º Camp. Brasileiro de Bolão	Jul	105	600
09. II Taça Brasil. Fut. Salão Juv.	Jul	133	5.000
10. Campeonato Brasileiro de Natação	Dez	680	2.000
11. Jogos Escolares Cooperativista	Jul	455	1.000
TOTAL	—	1.873	29.600

FONTE: SECE

(*) — Atletas e Dirigentes.

Ainda com vistas ao atingimento dos objetivos do subprograma em análise, a SECE, através do Conselho Estadual de Esportes, concedeu subvenções sociais às federações do esporte amador, no montante de Cr\$ 1,3 milhão.

PROGRAMA 3.4. PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO-CULTURAL

Subprograma 3.4.1. Apoio ao Desenvolvimento de Habilidades Artísticas

A Secretaria da Cultura e do Esporte, por intermédio das suas várias Unidades, executou as seguintes ações:

- * Projeto BOI DA CARA PRETA — 2.ª Fase, constante de "cursos de iniciação musical", para formação de bandas infantis e treinamento de professores de educação artística, com 40 alunos;
- * Projeto VILA LOBOS, em Curitiba, visando à formação de mestros para corais infantis, através de professores indicados pela FUNARTE, tendo como resultado a formação de 15 alunos e a participação de 50 ouvintes;
- * Curso para TEATRO AMADOR especial para professores, com 45 inscritos;

- * Festival de MÚSICA BARROCA, em Londrina, com a participação regional e de representantes da Capital nos cursos de interpretação pianística, com 80 inscritos, e de música antiga, com 110 inscritos;
- * III ENCONTRO ESTADUAL DE BANDAS, em Antonina, e que visou incentivar as manifestações artístico-musicais e o estímulo a novos valores, tendo contado com a participação de 14 bandas;
- * INCENTIVO AO ARTESANATO, caracterizado por apoio técnico e financeiro à Cooperativa de Artesanato da Região Oeste e Sudoeste — COART, de Foz do Iguaçu;
- * Exposição de trabalhos de ARTES INFANTIS, através do Centro Juvenil de Artes Plásticas;
- * 23.º SALÃO DE NOVOS, em Ponta Grossa, certame artístico destinado ao incentivo de artistas emergentes do Estado. O salão contou com a participação de 121 artistas paranaenses, com 327 obras.

A SECE, através da Biblioteca Pública do Paraná, promoveu festivais, cursos e outras iniciativas destinadas a estimular o desenvolvimento de habilidades artísticas.

“A Hora do Conto”, uma destas promoções, destinou-se a levar à criança carente, de hospitais, educandários e outras instituições, formação cultural, o hábito da leitura e o gosto pela literatura.

No âmbito da SEIC, a PARANATUR, em conjunto com a Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, promoveu concurso de redação infantil sobre o tema “Viajando pelo Paraná”, premiando os três melhores trabalhos.

Subprograma 3.4.2. Estímulo à Criação Artística

Muitas das ações relacionadas aos objetivos deste subprograma se acham relatados em outros itens da programação governamental. Cabe destacar, contudo, a ação da Secretaria da Cultura e do Esporte, em sua participação nos seguintes eventos:

- * FESTIVAL UNIVERSITARIO, desenvolvido com o objetivo de levar o incentivo à criação e interpretação musical aos meios universitários, certame que contou com 250 concorrentes;
- * ENCONTRO DA PRODUÇÃO CULTURAL ALTERNATIVA, pelo qual se objetivou reunir e incentivar os produtores independentes de discos da música popular brasileira e erudita;

* 4.ª EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO E FOLCLORE, em Brasília, sob os auspícios da Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro.

A Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil e a Secretaria do Planejamento, sistematicamente, e outros órgãos estaduais, em caráter eventual, têm dado preferência aos artistas paranaenses na produção de ilustrações e outras manifestações artísticas necessárias aos trabalhos afetos às suas áreas de atuação. O propósito da medida tem sido exatamente, estimular a criação artística no âmbito do próprio Estado.

Uma das formas de criação artística, além do seu caráter de manifestação cultural, é o artesanato. Assim, com o objetivo de dar condições para a sobrevivência e o desenvolvimento do artesanato, o DETEPAR vem participando na organização das Cooperativas de Artesanato da Região Oeste e Sudoeste do Paraná — COART, com sede em Foz do Iguaçu, e do Litoral Paranaense — COARTEP, com sede em Paranaguá. A PARANATUR, associando-se a tal empreendimento promoveu, em Foz do Iguaçu, a Feira Permanente de Artesanato Regional. Ainda com o objetivo de apoiar o artesanato, principalmente como atividade capaz de aumentar a renda familiar, o DETEPAR promoveu a realização do II Salão Paranaense de Artesanato e está iniciando a montagem, em Curitiba, do Recanto do Artesão.

Subprograma 3.4.3. Edição de Produções Artísticas e Literárias de Autores Paranaenses

O Departamento de Imprensa Oficial do Estado — DIOE, vinculado à Secretaria da Administração, editou as seguintes obras de autores paranenses: "Meu Mundo", livro de poesias de Alneri Siqueira; reedição da "Galeria Paranaense" e do "19 de Dezembro", estes dois últimos, periódicos do tempo do Paraná Província, e de inestimável valor histórico e artístico.

Também a Coordenadoria de Ação Cultural da Secretaria da Cultura e do Esporte desenvolveu as primeiras etapas de coleta e documentação de obras artísticas de artistas paranaenses consagrados, para posterior edição e difusão em todo o Paraná.

— IV —

**AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS
OBJETIVOS DE APERFEIÇOAMENTO DA INFRA-
ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL VISANDO
AO DESENVOLVIMENTO ULTERIOR**

PROGRAMA 4.1. ESTÍMULO A PESQUISA BÁSICA E APLICADA

Subprograma 4.1.1. Fortalecimento das Universidades como Instituições de Pesquisa

A Secretaria do Planejamento apoiou a pesquisa universitária através das seguintes iniciativas:

- * Apoio institucional, através do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social — IPARDES, à Universidade Católica do Paraná na organização de um Laboratório de Hidráulica, Saneamento e Meio Ambiente, especializado em Engenharia Sanitária (água e esgoto) e Meio Ambiente.
- * Participação das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá na elaboração do pré-diagnóstico sócio-econômico e físico-territorial do Eixo Metropolitano Londrina-Maringá - METRONOR.
- * Participação da Universidade Federal do Paraná na elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano de São Mateus do Sul, Guaíra e Lapa.

A Secretaria da Educação, através do Departamento de Assuntos Universitários, incentivou a atuação das Universidades Estaduais no campo da pesquisa apoiando-as em suas iniciativas de equipamento de laboratórios e de especialização de pessoal envolvido nas atividades de pesquisa.

Foi ampliado, em 1979, o nível de cooperação entre o IAPAR, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá.

Subprograma 4.1.2. Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

O Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR firmou convênio com a FINEP — Financiadora de Estudos e Projetos, empresa do Governo Federal, no valor de Cr\$ 30 milhões para a construção da nova sede do Instituto em terreno situado na Cidade Industrial de Curitiba, obtido por doação da Prefeitura Municipal.

Além desta iniciativa, prosseguiu-se na construção e aquisição de equipamentos para os laboratórios localizados naquela mesma área. Este empreendimento conta com o apoio do governo japonês, através do Acordo de Cooperação Técnica Brasil — Japão.

A Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social promoveu o I SIMPÓSIO DE NUTRIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, de 20 a 22 de novembro, com a colaboração da Nutrimental S/A, e a participação de conferencistas do INAM, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília, que desenvolveram os temas intitulados "ASPECTOS BIOLÓGICOS DA NUTRIÇÃO", "ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA NUTRIÇÃO" e "PRONAM — COMO EXPRESSÃO OPERACIONAL DE UMA POLÍTICA NO CAMPO ALIMENTAR". Compareceram a esse Simpósio 350 pessoas, entre médicos, nutricionistas, odontólogos, enfermeiros, assistentes sociais, economistas, educadores e acadêmicos.

O IAPAR, no setor agropecuário, e a SUREHMA, no campo ambiental, cuidaram em 1979, de desenvolver a pesquisa científica e tecnológica voltada ao aproveitamento mais racional e eficaz dos solos agricultáveis e dos recursos hídricos do Estado.

Subprograma 4.1.3. Pesquisa sobre a Preservação das Florestas e Controle Meteorológico

A Secretaria da Agricultura, através do IAPAR, desenvolveu estudos voltados à elaboração do mapeamento climático do Estado, objetivando delimitar, por cultura, zonas de produção homogênea. Organizou e editou a publicação "Cartas Climáticas Básicas do Estado do Paraná".

A Secretaria do Planejamento contou com a participação da Universidade Federal do Paraná na elaboração do "Estudo das Alternativas Técnicas, Econômicas e Sociais para o Setor Florestal do Paraná", realizado em consequência do convênio firmado pelo Governo do Estado com a SUDESUL e o IBDF.

A Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente SUREHMA manteve em operação a rede estadual de pluviometria e fluviometria, instalando 20 novas unidades de pluviometria nas bacias hidrográficas do Iguaçu e Paranapanema, com vistas ao estabelecimento de previsões mais precisas sobre os fenômenos climáticos e suas implicações nas atividades econômicas do Estado.

O Instituto de Terras e Cartografia executou pesquisas sobre essências vegetais, produzindo 7.062.000 mudas de essências exóticas e nativas. Como resultado de tais estudos e pesquisas foi redefinido o perímetro do Parque do Marumbi, criado o Parque Estadual das Lauráceas, executadas 812 vistorias e emitidas 1.038 autorizações de desmate fora das áreas de preservação.

O IAPAR executou vários estudos sobre este campo, dentre os quais podem ser destacados:

- * Equipamentos de coleta de espécimes vegetais nativos;
- * Uma contribuição ao conhecimento da vegetação arbórea do Estado do Paraná;
- * Informe sobre os avanços nas pesquisas e experimentos com essências nativas.

Subprograma 4.1.4. Pesquisas de Piscicultura em Reservatórios

A Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente — SUREHMA está construindo, em Toledo, em convênio com a SUDEPE, o Centro de Piscicultura do Estado. Tal iniciativa objetiva estimular as iniciativas de preservação e repovoamento da fauna nativa e criar tecnologia própria para o desenvolvimento da piscicultura no Paraná. O projeto final, com área de 13.000 m², prevê investimentos da ordem de Cr\$ 50 milhões, de cujo total, até o final de 1979, foram aplicados Cr\$ 21 milhões. A conclusão da obra está prevista para 1980.

A COPEL, por sua vez, deu continuidade às suas pesquisas com alevinos na Estação Experimental do Reservatório de Capivari-Cachoeira.

No campo de ação da SEAG, a EMATER/PR, com o apoio do DEPRO e do IAPAR, instituiu o Programa de Desenvolvimento Pesqueiro de Aguas Interiores, que assistiu 181 produtores e distribuiu 7.252 alevinos para experimentação e verificação de sua adaptação e crescimento.

Subprograma 4.1.5. Pesquisas em Materiais e Tecnologia de Construção

O TECPAR/SEIC procurou dinamizar o seu Laboratório de Cerâmica, para o efetivo trabalho de Controle de Qualidade de Produtos Argilosos. O laboratório vem atendendo o parque industrial cerâmico do Paraná, não só analisando o produto acabado através de ensaios, testes e análises, como realizando o estudo de jazidas inexploradas, para seu aproveitamento.

Em 1979, esta empresa efetuou 602 Ensaios e Inspeções Tecnológicas, e iniciou a instalação do Laboratório de Controle de Qualidade de Materiais de Construção Civil e de Resistência de Materiais.

A COHAPAR articulou-se com o BNH, visando à obtenção de acesso aos resultados das pesquisas promovidas por aquela entidade gestora do Sistema Financeiro da Habitação para a determinação de

materiais resistentes, sanitariamente adequados e de baixo custo para a construção de unidades habitacionais no meio urbano e rural.

PROGRAMA 4.2. INTEGRAÇÃO DAS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA COM REGIÕES LÍMITROFES

Subprograma 4.2.1. Sistemas Integrados e Alternativos de Transporte

A Secretaria dos Transportes elaborou, em conjunto com a Secretaria do Planejamento, estudos para a inclusão do Trecho Ferroviário Dourados (Mato Grosso do Sul)-Guaíra-Cascavel-Guarapuava e modernização da linha Guarapuava-Curitiba-Paranaguá no Programa Federal de Corredores de Exportação. A solicitação foi atendida mediante definição de aplicação de recursos federais na Ferrovia da Soja, no período 1980-82, nos seguintes montantes:

Nova linha Curitiba-Paranaguá	Cr\$ 6,0 bilhões
Ligação Guarapuava-Cascavel	Cr\$ 6,5 bilhões
Modernização da Malha Atual	Cr\$ 7,0 bilhões

Outro importante resultado obtido no setor de transportes foi a reativação do Porto de Antonina, para movimentação de cargas de carvão mineral, juntamente com a restauração do ramal ferroviário Morretes-Antonina-Porto Barão de Tefé, o que permitirá incrementar a utilização desse minério como substituto do "fuel-oil" na indústria cimenteira.

Foram realizados os estudos iniciais do Plano Hidroviário do Paraná, privilegiando-se o rio Ivaí, no seu curso médio, como iniciativa primeira à regularização dos rios paranaenses para aproveitamento hidroviário.

Em cumprimento ao Convênio Estado do Paraná — GEIPOT para formulação de estudos técnico-econômicos com vistas ao Programa integrado para o Corredor de Exportação por Paranaguá, a Coordenadoria de Planos e Programas Estaduais, da SETR, colaborou na realização do Cadastro Técnico e do Tráfego da Rede Rodoviária do Estado e do levantamento e fornecimento de dados para o Plano Estadual de Comercialização — PLANEC.

Subprograma 4.2.2. Melhorias nos Terminais de Transporte e Exportação

O exercício de 1979 foi marcado pelo incremento nas exportações de café através do Porto de Paranaguá.

Os grandes embarques de café, especialmente ao final do exercício, provocaram expectativas de que, finalmente, a praça de Paranaguá voltará a participar no comércio internacional deste produto com a ênfase de épocas passadas.

O Porto de Antonina debatia-se, desde 1964, com o temível futuro prenunciado pela paralisação das importações de trigo e das exportações de café pela cabotagem. A crise energética brasileira, agravada em 1979, proporcionou a busca de outras fontes de energia, dentre as quais o carvão-vapor, alternativa válida para substituição paulatina dos com-
verno do Estado junto às autoridades federais, a Porto de Antonina, conforme relatado no subprograma anterior, foi oficialmente transformado em Terminal de Carvão do Paraná, para o que, já em 1979 se iniciaram ações de melhoria para a reativação do ramal ferroviário de acesso.

No Porto de Paranaguá, a Secretaria dos Transportes, através da APPA, concentrou recursos na construção de silo de 100 mil toneladas e na reconstrução de 270 m do cais comercial. Gestionou-se também junto à PORTOBRAS para que apresse a construção da primeira fase do Terminal de Fertilizantes, bem como à alocação em Paranaguá de uma cámbria de 250 toneladas. Essa última medida tornou-se imprescindível em função da previsão de importação de cargas pesadas para a Copel, Itaipu e Eletrosul, sendo prontamente atendida pela Diretoria daquela Empresa Federal.

Os melhoramentos no Porto de Paranaguá estimularam a iniciativa privada a novos investimentos. Nesse sentido destaca-se a construção de mais um silo pela Cargill, para 20.000 toneladas, valioso reforço ao sistema de recepção, armazenamento e expedição de farelos, o mais importante produto da pauta de exportação do Porto de Paranaguá, e um novo projeto da Braswey que já solicitou à Portobrás autorização para a construção de dois silos de 40.000 toneladas, também destinados a farelos.

Também a DIBAL, empresa especializada na movimentação de óleos, inaugurou novas instalações no Porto de Paranaguá, realizando investimentos de Cr\$ 50 milhões.

A importância que o Governo Federal está atribuindo ao uso da Navegação Marítima de Cabotagem induziu a administração estadual a estimular o transporte intermodal, já em franco desenvolvimento entre os Portos do Rio de Janeiro e de Salvador.

Estudos do BRDE concluem pela viabilidade da implantação, na região sul, de uma linha regular de navegação desse tipo. Nos primeiros meses de 1980 o Porto de Paranaguá poderá receber o primeiro navio dessa espécie, da COMODAL.

Na movimentação de mercadorias pelos Portos de Paranaguá e Antonina registraram-se os seguintes valores:

MOVIMENTO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA

CARGAS	(Em toneladas)		
	1978	1979	VARIAÇÃO (%)
Carga Geral	336.105	503.908	+ 49,9
Granéis Sólidos	3.893.936	4.509.220	+ 15,8
Granéis Líquidos	2.429.137	1.890.213	- 10,3
No porto de Antonina	41.157	103.273	+ 150,9
Total da Movimentação	6.700.335	7.006.614	+ 4,6

FONTE: SETR

A movimentação de cargas em 1979 superou a de 1978 em 4,6%, evidenciando-se as participações dos farelos, soja em grão, fertilizantes e óleos vegetais.

A carga geral foi responsável por 7% do total movimentado, cabendo aos granéis sólidos 64,5%, líquidos 27% e o Porto de Antonina contribuiu com 1,5% da carga movimentada.

Cabe destacar em 1979 o início das exportações de "pellets" de mandioca, integradas em esquema de comercialização no exterior.

Subprograma 4.2.3. Apoio à Modernização Tecnológica das Comunicações

A RADIPAR — Paraná Radiodifusão S/A desenvolveu em 1979 projetos técnicos voltados ao atendimento supletivo de regiões de baixo dinamismo no Estado não atingidas por sinais de televisão gerados por concessionárias destes serviços.

A Rádio Estadual do Paraná iniciou o processo de modernização de seus equipamentos, adquirindo parte deles, com modulação em alto nível e características próprias para a moderna radiodifusão, objetivando melhorar quantitativa e qualitativamente as suas transmissões.

Cabe destacar na Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR a sua participação, como pioneira na telefonia rural, no grupo de trabalho instituído pela TELEBRÁS para a elaboração do Plano Nacional de Telefonia Rural. Registre-se, ainda, em termos de modernização tecnológica, a instalação de telefones públicos com acesso a interurbano e o início da ativação do sistema de transmissão interurbana com a utilização da técnica digital, com equipamento rádio e multiplex de fabricação nacional.

PROGRAMA 4.3. APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO E MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA

Subprograma 4.3.1. Ampliação da Geração Hidrelétrica Própria do Estado

As realizações mais significativas em 1979 na ampliação da geração hidrelétrica própria do Estado reportam-se à continuidade das obras de Foz do Areia e à concessão para construção da Usina de Segredo.

USINA FOZ DO AREIA

Registrou-se, em 1979, importante marco na execução das obras civis de Foz do Areia: o atingimento do ponto culminante da barragem, de 160 m de altura, situando-a como a maior do mundo, no seu gênero. O alcance dessa expressiva etapa das obras de Foz do Areia foi testemunhado pelo Presidente João Figueiredo, em visita realizada ao local no dia 31 de agosto.

Com todas as escavações em terra, em rocha e subterrâneas realizadas e a construção da barragem concluída, no final de 1979 as obras civis de Foz do Areia restantes se restringiam à complementação das concretagens, em vários locais, e aos acabamentos. Paralelamente, desenvolviam-se as obras eletromecânicas, com a montagem dos equipamentos rigorosamente em dia, de acordo com os cronogramas estabelecidos no início da construção, de modo a ser assegurada a entrada em operação dessa Usina, de 2.511 MW, no último trimestre de 1980.

CONCESSÃO DA USINA DE SEGREDO

Quando de sua visita a Foz do Areia, o Presidente João Figueiredo comunicou que autorizara a outorga de concessão, à COPEL, para construção de um novo grande empreendimento hidrelétrico no rio Iguaçu: a Usina de Segredo, que terá potência instalada de 2.100 MW. Essa decisão foi confirmada pelo Decreto n.º 84.209, de 14-11-79, que autoriza ao Paraná a construção da Usina e do sistema de transmissão necessário.

SISTEMAS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

Durante 1979, a COPEL deu continuidade ao trabalho de expansão de seus sistemas de transmissão e distribuição. Para tanto, mobilizou recursos financeiros junto ao BIRD e a bancos japoneses, da ordem de US\$ 169,0 milhões, e ao BRDE, no total de Cr\$ 201,8 milhões. Tais recursos possibilitarão, no quadriênio 1980-83, o atendimento de 415.000 novas ligações, que beneficiarão diretamente a mais de 2 milhões de paranaenses.

Em apoio à atuação da COPEL, a Secretaria de Agricultura, através do ITC promoveu a execução de linhas de nivelamento geométrico de 1.º ordem e implantação de referências de nível na área adjacente ao reservatório de Foz do Areia e a emissão de 2.472 laudos de avaliação, em função do cadastramento e avaliação de imóveis, benfeitorias e demarcação de terras a serem inundadas com a formação do reservatório da Usina Hidrelétrica.

INVESTIMENTOS E AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COPEL

Os recursos financeiros aplicados em investimentos pela COPEL, durante 1979, foram da ordem de Cr\$ 4,9 bilhões, representando, em relação ao ano anterior (Cr\$ 3,2 bilhões), acréscimo de 53%. A maior parcela corresponde a investimentos realizados na Usina Hidrelétrica Foz do Areia (70%).

Desse modo, com vistas a estabelecer um adequado equilíbrio entre a magnitude dos investimentos efetuados pela empresa e o seu capital social, a Companhia Paranaense de Energia elevou seu capital de Cr\$ 5,7 bilhões para Cr\$ 8,0 bilhões, para integralização em 18 meses. A participação acionária da ELETROBRAS aumentou de 11 para 15%.

Subprograma 4.3.2. Apoio aos Órgãos Federais no Aproveitamento do Potencial Hidrelétrico

Durante o ano de 1979, a COPEL continuou a fornecer integralmente a energia elétrica em 60 Hz, requerida pelo canteiro das obras da Itaipu Binacional. O fornecimento de energia elétrica ao canteiro seria de responsabilidade da empresa paraguaia, porém, devido às condições hidrológicas adversas que vêm se verificando no vizinho país desde 1977, foram feitos sucessivos aditivos aos contratos, transferindo à COPEL esse compromisso, que lhe deverá ser definitivamente delegado a partir de 1980.

Com tal propósito, em 1979, a COPEL forneceu à Itaipu cerca de 146,2 milhões de kWh, com demanda máxima de 24.700 kW.

ESTUDOS NOS RIOS TIBAGI, PIQUIRI E IVAÍ

Através da Portaria n.º 2.376, de 03-12-79, o Ministério das Minas e Energia autorizou a COPEL a proceder aos estudos dos rios Tibagi, Piquiri e Ivaí, em todos os seus cursos, no Estado do Paraná. Esses estudos se referem à revisão dos inventários dos recursos hidrelétricos dos mencionados rios e à viabilidade técnico-econômica dos aproveitamentos que forem selecionados como prioritários.

Subprograma 4.3.3. Pesquisa de Alternativas Econômicas de Suprimento Energético

A nova conjuntura energética mundial teve no Paraná seus reflexos mediante a adoção de medidas tendentes a minimizar, num futuro próximo, os efeitos negativos da dependência aos derivados de petróleo. Nesse sentido, são significativas: a criação do Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia, a ampliação dos objetivos da COPEL, a implantação do PROALCOOL e uma série de estudos sobre o setor agrícola do Estado.

AMPLIAÇÃO DOS OBJETIVOS DA COPEL

Em resposta à crise mundial do petróleo, que recrudescer em 1979, a política energética recebeu maior ênfase, com vistas à substituição dos usos de derivados do petróleo e ao problema do balanço de pagamentos e da dívida externa.

A fim de atuar em consonância com as linhas da atual política energética nacional, o Governo do Estado promoveu transformação dos objetivos da COPEL, então voltada exclusivamente à eletricidade, preparando-a para atuar também noutros campos de energia.

A ampliação do campo de atuação da COPEL foi concretizada pela Lei n.º 7.227, de 22-10-79, que modificou o art. 9.º da Lei n.º 1.384, de 10-11-53, credenciando a empresa a desempenhar atividades noutros setores energéticos além da eletricidade.

CONSELHO ESTADUAL DO CARVÃO E FONTES NÃO-CONVENCIONAIS DE ENERGIA

Mediante o Decreto n.º 961, de 14-08-79, foi instituído o Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia, diretamente subordinado ao Governador do Estado, com a finalidade de estudar e fixar normas relativas à utilização de carvão e fontes não-convencionais de energia, a serem observadas pelos órgãos da Administração Pública Estadual e sugeridas à iniciativa privada.

O referido Conselho é constituído de representantes dos seguintes órgãos: COPEL, Secretaria dos Transportes, IPARDES, MINEROPAR, Secretaria da Agricultura, BADEP, TECPAR, FIEP e FAEP.

Logo após sua instalação, o Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia se empenhou na avaliação dos recursos energéticos do Estado.

Quatro programas básicos foram definidos pelo Conselho:

- * Carvão Paranaense: identificação de novas jazidas, viabilização de pólo carbonífero no Estado, industrialização;
- * Carvão Importado: substituição do óleo nas indústrias de cimento, cerâmica e outras; substituição do carvão de Figueira; transporte e distribuição;
- * Carvão Vegetal: substituição de óleo combustível; reflorestamento com bracatinga; produção;
- * Fontes Não-Convencionais de Energia: pesquisa pura e aplicada; identificação de tecnologias disponíveis ou em experimentação.

Objetivando a redução do consumo de derivado do petróleo, a Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia elaborou o "Esboço do Plano Energético do Paraná". Após o parecer das entidades que integram o órgão, iniciou-se a formulação dos programas de aproveitamento do carvão e demais recursos energéticos do Estado incluídos no âmbito de competência do Conselho.

Desse trabalho resultou o documento "Definição Preliminar do Plano Energético do Paraná", em fase final de elaboração, sintetizando as recomendações para a substituição de derivados de petróleo nos setores industrial e comercial e nos transportes, além de projetar o "Balanço Energético do Paraná", em 1982, 1985 e 1989, o qual deverá resultar das medidas propostas.

Os diversos programas previstos para fundamentar a ação do Governo, no sentido de substituir a utilização de derivados de petróleo, abrangem as seguintes áreas: 1) floresta — lenha e carvão vegetal; 2) bagaço de cana para substituição de petróleo na indústria; 3) energização rural; 4) energia solar; 5) substituição de óleo combustível por energia elétrica; 6) utilização racional de combustíveis líquidos; 7) economia de combustíveis no setor de transportes; 8) substituição de óleo combustível nas indústrias de cimento do Paraná; 9) programa de emergência para o carvão do Paraná; 10) microrretortagem do xisto; 11) fomento à utilização de fontes não-convencionais de energia.

Merece destaque o esforço para reduzir o uso de derivados de petróleo na geração elétrica. Nesse sentido, a COPEL inaugurou, no dia 1.º de junho, a linha de transmissão de 80 km, ligando a Usina "Governador Parigot de Souza" a Guaraqueçaba, e uma subestação abaixadora na sede desse Município. Esse era o único município paranaense que ainda não estava integrado no sistema elétrico estadual e era suprido de energia elétrica mediante a utilização de motores diesel. O Conselho Nacional do Petróleo colaborou com recursos correspondentes a 50% do custo da linha.

Também com o objetivo de substituir geração a óleo, o Conselho Nacional do Petróleo concedeu à COPEL, mediante convênio firmado em dezembro, recursos financeiros para a construção de linha de transmissão e subestação para levar energia de origem hidráulica a Santa Isabel do Ivaí e desativar a usina dieselétrica que atende aquela cidade.

O PROALCOOL

A Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial — CODIN, da Secretaria da Indústria e do Comércio, empenhou-se no desenvolvimento do PROALCOOL no Paraná. Sua atribuição mais importante foi levantar as possibilidades paranaenses para a produção de álcool como combustível, baseando-se fundamentalmente em cana-de-açúcar, sorgo sacarídeo e mandioca como matérias-primas, e identificando ainda as regiões onde poderão se concentrar as produções de álcool.

Cumprindo essa função, o CODIN desenvolveu trabalhos de promoção do programa em 32 municípios paranaenses, atendendo Prefeitos e empresários, além de manter contatos com empresas de consultoria e fabricantes de equipamentos; concluiu estudo preliminar sobre "Rezoneamento Sócio-Econômico e Ecológico para Implantação de Destilarias de Alcool no Paraná" e estudo preliminar sobre a conversão da frota de táxis, no Estado, para utilização de álcool combustível.

O CODIN está realizando o estudo de viabilidade para implantação de destilarias, microdestilarias e destilarias industriais no Estado do Paraná.

ESTUDOS NO SETOR AGRICOLA

O Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura desenvolveu trabalhos técnicos sobre:

- * Monocultura de cana-de-açúcar em áreas adjacentes às usinas e destilarias de açúcar e álcool no Estado do Paraná;
- * Consumo de combustíveis derivados de petróleo pelo setor agrícola do Paraná e sua projeção;
- * Cultura do sorgo sacarídeo como matéria-prima para produção de álcool;
- * Definição de uma política de zoneamento agrícola para produção de álcool;
- * Necessidade de lenha ou carvão vegetal como alternativas na substituição do óleo combustível no Paraná.

Subprograma 4.3.4. Redução do Consumo de Derivados de Petróleo

Na Secretaria dos Transportes foi organizado um Grupo Especial que elaborou estudo para a montagem de Centrais de Informações e Fretamentos, com os seguintes objetivos: cadastrar os produtores e transportadores; manter estatística do transporte de carga no Estado; baratear o frete, pela redução do tempo e das despesas dos transportadores na procura de carga; melhorar as condições de utilização da frota, pela possibilidade de oferta de carga de retorno; e como consequência de todas essas ações, economizar combustível.

As centrais de fretes instaladas iniciaram, em fins de 1979, o cadastramento dos produtores, nas suas áreas de influência.

A Secretaria de Administração, através do Departamento Estadual de Transporte Oficial — DETO, tomou medidas especiais para reduzir o consumo de derivados, destacando-se:

- * Rigoroso cumprimento do Decreto Governamental n.º 934/79, que fixou quotas de combustíveis para todos os órgãos oficiais com redução de 10% sobre o consumo de 1978.
- * Centralização, na garagem do Palácio Iguazu, no Centro Cívico, dos serviços de estacionamento e manutenção preventiva dos veículos oficiais dos órgãos da administração direta do Estado localizados naquela área.
- * Intensificação do uso de álcool hidratado carburante como combustível da frota de veículos oficiais. O CNP determinou a liberação, para essa finalidade, de quotas desse combustível no total de: 342 mil litros para 1979; 720 mil litros para 1980; um milhão e 800 mil litros para 1981 (frota de veículos a álcool aumentou de 118 unidades, em 1978, para 202, em 1979).
- * Montagem de postos de abastecimento de álcool localizados em pontos estratégicos para permitir a circulação de veículos oficiais movidos com este combustível em todas as regiões do Estado, fato pioneiro em todo o Brasil. Esses postos estão localizados nas cidades: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Foz do Iguazu, Marilândia do Sul, Londrina, Maringá, Paranavaí, Campo Mourão, Pató Branco, Guaíra, (onde o atendimento é feito por Empresas Privadas), União da Vitória, Irati, Piraí do Sul, Jacarezinho e Cruzeiro do Oeste, na sede dos Distritos Rodoviários do DER.
- * Concessão de assistência e assessoria técnica às entidades públicas ou particulares que pretendam utilizar veículos movidos a álcool, através de visitas, palestras, demonstrações e outros meios capazes de mostrar as vantagens de utilização do álcool como combustível, bem como da melhor forma de se administrar frota de veículos a álcool.

O **TECPAR** — Instituto de Tecnologia do Paraná, órgão da Secretaria da Indústria e do Comércio, pleiteou e obteve o reconhecimento, pela Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, como centro de apoio tecnológico para conversão de motores e credenciamento, pelo Conselho Nacional do Petróleo, do Ministério das Minas e Energia, como competente para emitir parecer técnico sobre a essencialidade do uso de gás liquefeito de petróleo — **GLP**, na indústria.

Por sua vez, o **BADEP** firmou convênios com o Conselho Nacional de Petróleo — **CNP**, no valor de Cr\$ 100 milhões, para financiar, a custos de 8% ao ano, a aquisição ou adaptação de instalações ou equipamentos que utilizem qualquer tipo de energia substitutiva do petróleo.

Subprograma 4.3.5. Dinamização do Aproveitamento do Carvão Mineral no Paraná

O Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia elaborou o “Programa de Emergência do Carvão do Paraná” — aprovado a 13-11-79 pelo Grupo de Trabalho para Utilização Energética do Carvão Nacional — **GECAN**. Com base nesse estudo, foi firmado Protocolo de Intenção entre o Ministério das Minas e Energia e o Governo do Estado do Paraná, objetivando a realização de pesquisa, prospecção, mineração e gaseificação do carvão.

De acordo com o mencionado Protocolo, o **MME** se compromete a firmar convênio com o Governo do Estado, alocando recursos do “Programa de Mobilização Energética”. O **MME**, através do **GECAN**, e o Governo do Estado, por intermédio do Conselho Estadual do Carvão e Fontes Não-Convencionais de Energia, acompanharão o desenvolvimento das atividades citadas, a cargo da Empresa Minerais do Paraná S/A — **MINEROPAR** e da Companhia Paranaense de Energia — **COPEL**.

A Minerais do Paraná — **MINEROPAR**, empresa vinculada à Secretaria da Indústria e do Comércio, transformou o “Projeto Carvão”, que fora inicialmente programado para longo prazo, em um programa prioritário. O primeiro resultado obtido pela Empresa foi a montagem de um núcleo técnico básico, para a elaboração do projeto preliminar.

Nesse sentido, a **MINEROPAR** desenvolveu os trabalhos “Plano para Pesquisa e Utilização do Carvão do Paraná — 1979-1985” e “Programa de Pesquisa de Carvão no Paraná”, que foram analisados e aprovados pelo Grupo de Trabalho para Utilização Energética do Carvão Nacional — **GECAN**. Com a aprovação desses programas, o **GECAN** destinou para o Estado do Paraná recursos totais da ordem de Cr\$ 2,2 bilhões, para o período 1980-1984, dos quais Cr\$ 460 milhões para serem

aplicados em 1980. A participação do Governo Federal está sendo definida pelo Ministério das Minas e Energia.

Informações técnicas obtidas pela MINEROPAR junto à Nuclebrás possibilitaram um avanço de cerca de dois anos em trabalhos a serem desenvolvidos pela Empresa paranaense. Estão sendo feitas gestões junto à CPRM no sentido de equacionar os problemas técnicos e financeiros, visando a realização do "Projeto Carvão" no menor prazo possível.

PROGRAMA 4.4. PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

Subprograma 4.4.1. Estímulo à Pesquisa e Prospecção de Minerais

A MINEROPAR, como órgão responsável pelo setor, manteve entendimentos preliminares para a realização dos seguintes projetos:

- * Programa de Desenvolvimento para o Vale do Ribeira, apresentado à Secretaria de Estado do Planejamento;
- * Ativação de antigas minas de ouro da Companhia de Mineração Ribeirão do Ouro Ltda., para pesquisa e exploração;
- * Desenvolvimento de Projeto de Ouro, Prata e Bismuto, com empresa do Grupo Aureum;
- * Estudo de associação com a Mather Empresa de Mineração Ltda., para pesquisa de fluorita, chumbo e cobre;
- * Avaliação técnica dos resultados do Projeto Minerais Pesados no litoral paranaense.

O Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, mediante convênio, apoiou a MINEROPAR na montagem de laboratórios de preparação de amostras, de laminação e análises químicas de minerais, bem como para a realização de estudos laboratoriais dos minérios do Estado. Até então, as análises químicas eram contratadas em laboratórios do Estado de Minas Gerais.

Na execução de tais atividades, foram procedidas 10.000 determinações químicas de elementos e confeccionadas 216 lâminas para análises microscópicas e foi também equipado o laboratório próprio de petrografia.

Subprograma 4.4.2. Consolidação da Estrutura de Apoio à Pesquisa, Prospecção e Exploração Mineral

A Secretaria do Planejamento, através da COMEC promoveu, em 1979, o início do levantamento dos recursos minerais da Região Metropolitana de Curitiba, juntamente com o Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, para futuro disciplinamento da mineração na área.

A MINEROPAR desenvolveu, no decorrer de 1979, os seguintes projetos:

- * Projeto Ferro, abrangendo a conclusão da avaliação das reservas de minérios na região de Antonina, sendo pesquisados cerca de 1.800 km² na escala 1:50.000 e detalhados 90 km² na escala 1:25.000.
- * Projeto Serra Negra, visando o mapeamento regional e amostragem geoquímica de 4.200 km², ao Norte da Baía de Paranaguá, estando concluídos cerca de 700 km² em uma área até então com potencial geológico totalmente desconhecido e que tem apresentando anomalias minerais carentes no País, tais como molibdênio, chumbo e zinco.
- * Projeto Açungui, compreendendo a revisão geológica e o cadastramento das ocorrências minerais (chumbo, cobre, zinco e fluorita) nos Vales do Ribeira e Açungui, principal área promissora do Estado.
- * Projeto Fluorita, caracterizado por pesquisas detalhadas das ocorrências de fluorita nas regiões de Joaquim Murтинho e Carambeí, visando determinar novas reservas de material carente no Brasil. Foram realizados cerca de 80 km² de mapeamento 1:20.000 e realizada a fotointerpretação de 500 km².
- * Projeto Alcalinas, destinado a proceder à avaliação das potencialidades destas rochas em fosfato nas regiões de Cerro Azul e Tunas. O País é altamente carente deste mineral, o qual é extremamente necessário ao desenvolvimento da agricultura. Foram executados 80 km² de picadas para coleta de amostras para análises químicas e petrográficas.
- * Convênio com a UFPr, com vistas a envolver o Departamento de Geologia no mapeamento geológico da região dos Grupos Açungui e Setuva, na escala de 1:10.000, mais adequada às necessidades dos projetos em execução.

Outra iniciativa relevante foi a Requisição de Áreas para Pesquisa. A MINEROPAR, no seu primeiro ano de existência (1978) havia

requerido 15 áreas. No período de abril a dezembro de 1979, foram requeridas 117 novas áreas, garantindo assim amplo campo de trabalho para os próximos anos, além de fixar perspectivas de exploração das jazidas por empresas paranaenses.

PROGRAMA 4.5. PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

Subprograma 4.5.1. Preservação de Mananciais e Bacias Hidrográficas

A SUREHMA ampliou suas atividades no serviço de controle da potabilidade das águas visando avaliar e controlar a eficiência sanitária dos atuais sistemas de abastecimento de água, bem como assegurar a preservação da qualidade dos recursos hídricos do Estado.

Os laboratórios da Autarquia realizaram o controle de potabilidade das águas de 181 sistemas de tratamento, beneficiando cerca de três milhões e cem mil habitantes.

Os estudos e pesquisas realizados para a avaliação da qualidade das águas, visando controlar a potabilidade e propiciar segurança às populações abastecidas, são expressos através das 40.203 amostras analisadas, que levaram à determinação de 85.798 parâmetros.

Para melhor conhecimento do ciclo hidrológico, foi dada continuidade ao programa de implantação da rede hidrométrica básica do Estado, instalando-se novas estações, sendo 6 pluviométricas, 20 fluviométricas e 49 pluviográficas.

Esta atividade favorecerá a obtenção de informações sobre chuvas, escoamento superficial e infiltração.

Paralelamente ao controle de qualidade das águas superficiais, a SUREHMA concentrou também sua atenção no controle da qualidade das águas de 22 pontos dos balneários do litoral paranaense.

A COMEC — Coordenação de Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a preservação ecológica de mananciais e bacias hidrográficas e a preservação e reposição da flora e da fauna nativa, promoveu a realização de levantamento que identificou tais áreas, inclusive as que possuem potencial para fins de lazer. Em decorrência desta pesquisa, foram lavrados decretos declarando, como de utilidade pública as áreas lindeiras às cabeceiras do rio Iguauçu.

Subprograma 4.5.2. Fiscalização e Controle da Poluição Industrial

Provavelmente a ação mais ampla no atingimento dos propósitos deste subprograma tenha sido a normatização dos procedimentos a

serem observados pelas unidades industriais na disposição dos seus efluentes. Tais normas, fixadas pelo Decreto n.º 331, de 23 de abril de 1979, por exemplo, tornam obrigatório que tais efluentes sejam despejados a montante da captação procedida pela própria indústria.

A SUREHMA analisou e aprovou 31 projetos de sistemas de tratamento de águas residuárias industriais e 40 projetos de tratamento de efluentes domésticos.

Em 1978 a carga poluidora lançada pelas indústrias correspondia aos despejos de uma população de 4.600.000 habitantes. Apesar do crescimento industrial verificado no período, graças à implantação de sistemas de tratamento de águas residuárias executados pelas indústrias, com o apoio e orientação da SUREHMA, ao final de 1979, a carga poluidora efetivamente lançada correspondia aos despejos de uma população de 3.200.000 habitantes significando, portanto, uma redução de 23,14% em relação ao ano anterior.

A Autarquia promoveu também estudos e pesquisas para determinação dos parâmetros de qualidade do ar e controle da poluição atmosférica, operando, através do Serviço de Controle da Poluição do Ar, 67 estações de amostragem, das quais 45 na Região Metropolitana de Curitiba.

Segundo resultados obtidos pela Estação Tipo OPS/OMS, (Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde), a qualidade do ar no centro de Curitiba, durante o ano de 1979, passou pelos conceitos "Sem Poluição" — 22 dias — até o de "Atenção" — 8 dias, que foi o de menor incidência, sendo que a maior incidência foi no conceito "Ótimo", 184 dias, não atingindo em qualquer dia os conceitos de "Alerta" ou de "Emergência".

Merecem destaque, por influírem diretamente na melhoria da qualidade de vida, as seguintes pesquisas desenvolvidas pela SUREHMA:

- * Resíduos de pesticidas nos alimentos;
- * Insetos vetores transmissores de doenças para o homem;
- * Pesticidas nas águas de abastecimento público;
- * Tratamento de efluentes industriais;
- * Levantamento da quantidade e qualidade das águas subterrâneas, incluindo o aquífero Botucatu.

A COMEC realizou estudos sobre a implantação do Zoneamento Industrial da Região Metropolitana de Curitiba, identificando as áreas críticas para o controle da poluição industrial.

Subprograma 4.5.3. Combate à Erosão do Noroeste do Estado do Paraná.

A Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR cumprindo programação da Secretaria do Interior, celebrou convênios, contratou projetos técnicos e executou serviços de preservação e controle da erosão do solo urbano, em 54 cidades. No sentido de obter elementos e dados para a continuidade do seu programa de obras, a Autarquia contratou 30 projetos, com empresas de consultoria, no valor de Cr\$ 12.102.540,00.

Foram assinados, no exercício, 57 convênios com prefeituras municipais envolvendo recursos financeiros da ordem de Cr\$ 459 milhões, assim distribuídos: Governo Federal, Cr\$ 203,3 milhões; Governo Estadual, Cr\$ 99,5 milhões; prefeituras, Cr\$ 156,2 milhões.

Por administração direta e com equipamento próprio, a SUCEPAR realizou serviços, em caráter de urgência, em vários municípios; fabricou, em núcleos industriais próprios localizados em Araçongas, Cruzeiro do Oeste e Paranavaí, 51.200 tubos de concreto vibro-prensado de diâmetros variáveis entre 400 e 1.200 milímetros, no valor de Cr\$ 22,8 milhões.

Vários contratos com empreiteiras e construtoras possibilitaram o prosseguimento das obras de sistema de prevenção e controle da erosão urbana. Foram construídos: 47.667 metros lineares de galerias e obras complementares correspondentes à expansão das redes de águas pluviais; 59.211 m² de pavimentação asfáltica, inclusive meios-fios e sarjetas na complementação das obras de galerias de drenagem e conservação do leito de vias urbanas; obras de extremidade, emissários de grande porte, dissipadores de energia e barragens de concreto armado. Na execução de obras e projetos foram realizados investimentos da ordem de Cr\$ 117,8 milhões.

Subprograma 4.5.4. Preservação e Reposição da Fauna e Flora Nativas.

A Fundação Instituto de Terras e Cartografia — FITC, um dos principais órgãos estaduais de atuação em preservação e reposição de flora e fauna, ampliou suas bases regionais descentralizadas, de nove para quinze escritórios.

As ações mais significativas do ITC, em 1979, foram as seguintes:

- * Assinatura de 183 acordos com Prefeituras para a implantação de viveiros florestais comunitários, dos quais 94 já tiveram iniciadas as obras de instalação;
- * Produção de 1.900.000 mudas de essências nativas para a restauração e preservação de áreas marginais dos principais rios paranaenses;
- * Execução do resgate da fauna existente na área do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago por ocasião da inundação do seu reservatório, bem como transferência das espécies para locais mais apropriados;
- * Redefinição do perímetro do Parque do Marumbi e criação do Parque Estadual das Lauráceas com 9.700 ha;
- * Execução de 4.506 incursões em áreas florestais e 64.259 abordagens de verificação da legalidade de procedimentos;
- * Fiscalização de 5 reservas florestais existentes e das 2 recentemente constituídas;
- * Execução de 224 acordos de preservação entre o ITC e os proprietários.

Na área da Segurança Pública merece ser citada a continuidade das ações preventivas e repressivas aos atentados contra o patrimônio natural desencadeadas pelo Batalhão de Polícia Florestal, da Polícia Militar, e pela Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente, da Polícia Civil.

Subprograma 4.5.5. Estímulo à Normatização de Uso do Solo e Intensificação das Práticas Conservacionistas.

A Secretaria da Agricultura, através da EMATER/PR, assistiu a 23.900 produtores, possibilitando a adoção de tecnologia para conservação de solo em 420 mil hectares, além do que promoveu ampla e intensa campanha de conscientização comunitária para a necessidade da adoção de práticas conservacionistas do solo, em conjunto com várias entidades privadas.

O Departamento de Produtividade dessa Secretaria participou ativamente do Grupo de Trabalho do Projeto NOROESTE, que trata especificamente dos problemas ocasionados pela erosão naquela região do Estado. Ainda consoante tal finalidade colaborou com a SUCEPAR na formulação do Programa de Controle da Erosão do Noroeste do Paraná.

O ITC — Instituto de Terras e Cartografia realizou o mapeamento planimétrico de áreas urbanas e de expansão dos seguintes municípios: Atalaia, Cafeara, Mirador, Ourizona, Guaira, Guaporema, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Janiópolis, Santo Antônio do Caiuá, Paranapoema, Tamboara, São Carlos do Ivaí, Santa Fé, Grandes Rios, Campina da Lagoa, Japurá, Jardim Olinda, Mirasselve e Santa Inês. O referido mapeamento proporcionará um adequado referencial técnico para a condução de medidas de normatização do solo urbano.

O IAPAR, como entidade oficial de pesquisa agrônômica, deu continuidade às investigações relacionadas com a erosão do solo rural e à determinação de espécies vegetais adequadas às diferentes tipologias de solos e contributivas para a minimização do processo erosivo.

Foram também realizadas pela SUREHMA 5.922 análises sedimentológicas, através de 15 estações, com vistas ao controle da erosão rural.

Subprograma 4.5.6. Reflorestamento

A Secretaria do Planejamento, através da COMEC, desenvolveu programa de reflorestamento das faixas de domínio das rodovias da Região Metropolitana de Curitiba. A SEPL reivindicou também junto ao Governo Federal, através do CODESUL, a modificação da legislação sobre reflorestamento, solicitando a alteração da área mínima de plantio incentivado, de 1000 hectares para 90% do módulo rural local.

“Reflorestamento em Áreas Contíguas às Fábricas de Papel e Celulose” e “Considerações sobre o Setor Florestal no Paraná” foram os estudos técnicos desenvolvidos pelo Departamento de Economia Rural da SEAG, visando obter e fornecer subsídios ao governo e à iniciativa privada para estimular a realização de investimentos no setor.

O IAPAR, por sua vez, editou publicação técnica sobre “Equipamentos de Coleta de Espécies Florestais Nativas” e inaugurou sua “Casa de Vegetação” e laboratórios de apoio às pesquisas e experimentações para produção de essências vegetais peculiares a cada região.

Deve ser salientado ainda a ação do ITC na produção de 7 milhões de mudas de essências exóticas e nativas e na execução de levantamentos em 1200 propriedades rurais para posterior reflorestamento.

Outra importante contribuição nesse setor vem sendo dada pela Banestado Reflorestadora que, divulgando as oportunidades existentes, estimula a iniciativa privada a investir no setor florestal do Paraná.

Subprograma 4.5.7. Sensibilização da Comunidade para a Preservação Ecológica

A rápida e crescente evolução dos problemas de poluição, em decorrência do elevado índice de expansão econômica do Paraná e a grave ameaça que o fato representa para a população paranaense, fez com que a SUREHMA realizasse, em 05 de junho/79, o DIA DA QUEIXA, oportunidade em que mais de 12 mil queixas sobre o meio ambiente foram recebidas e catalogadas, merecendo especial destaque a despoluição do Lago Igapó em Londrina e a preservação dos Manciais da Serra, em Piraquara, entre outras.

Esta iniciativa teve a colaboração da Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil, o que possibilitou a utilização dos horários das emissoras de rádio e televisão reservadas à propaganda institucional.

Neste setor de atuação governamental, além da campanha desenvolvida pela EMATER com vistas à conscientização comunitária para os problemas e soluções vinculadas ao processo erosivo dos solos, a Secretaria de Educação — SEED encetou mais dois empreendimentos na área escolar:

- * Campanha “Criança, Ecologia e a Conservação da Natureza”, com o objetivo de promover um relacionamento dinâmico entre a criança e a natureza;
- * Concurso sobre Erosão Urbana, obedecendo ao tema: “Por que não quero que meu município seja castigado pela erosão?”

Subprograma 4.5.8. Preservação do Equilíbrio Ecológico nos Alagamentos Artificiais

As ações mais significativas desenvolvidas em 1979 estiveram a cargo da Fundação Instituto de Terras e Cartografia — ITC, da Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente — SUREHMA e Companhia Paranaense de Energia — COPEL.

O ITC realizou o plantio de 36.000 metros lineares de mudas de essências nativas ao longo da poligonal envolvente do futuro reservatório de ITAIPU, garantindo, assim, a existência de uma floresta ribeirinha.

A SUREHMA, em decorrência do convênio firmado com a Itaipu Binacional, realizou estudos ictiofaunísticos e meteorológicos na região oeste do Estado, objetivando antecipar providências adaptativas aos efeitos da formação do alagamento artificial e oferecer novas alternativas de aproveitamento econômico local.

Nesse sentido, a entidade construiu em 1979 um Laboratório Ecológico, que constitui instrumento de elevada importância na pesquisa e desenvolvimento de tecnologia própria a respeito de animais e plantas aquáticas e insetos vetores. Com o mesmo propósito, deu-se prosseguimento à construção do Centro de Piscicultura em Toledo.

A ação da COPEL está balizada no Código de Aguas e demais normas da Eletrobrás, pelas quais a empresa paranaense devota esforços tecnológicos no sentido de procurar identificar as possíveis mutações ambientais conseqüentes à acumulação de água.

PROGRAMA 4.6. CAPACITAÇÃO DE MASSA CRÍTICA PARA CIENCIA E TECNOLOGIA

Subprograma 4.6.1. Capacitação, em Alto Nível, de Cientistas e Técnicos e Absorção de Tecnologia

Manteve-se em 1979 o comportamento já consagrado da Administração Pública Estadual de aperfeiçoar constantemente seus recursos humanos, ampliando-se, contudo, o número de cursos e de vagas oferecidas.

No que se refere a pessoal de nível superior, a participação em cursos e/ou seminários de especialização apresentou a seguinte configuração:

PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR ESPECIALIZADO EM 1979

SECRETARIAS	TÉCNICOS
SEPL	4
SEFI	75
SEAD	49
SESB	3
SEAG	143
SEIC	38
SETR	17
TOTAL	329

FONTE: SERH

Por outro lado, em cursos de pós-graduação, a nível de mestrado e doutorado, o quadro, em 1979, não computados professores das Universidades e Faculdades Estaduais, assim se constituía:

PESSOAL TÉCNICO CURSANDO PÓS-GRADUAÇÃO-1979

SECRETARIAS	TÉCNICOS
SEPL	9
SEFI	5
SERH	3
SEED	47
SESB	16
SESP	2
SEJU	1
SEAG	30
SEIN	1
SEIC	1
SETR	2
TOTAL	117

FONTE: SERH

Vale salientar também que o **TECPAR** mantém acordo com a Universidade Federal do Paraná para formação de mestres em Bioquímica e celebrou convênio com o **Ministério da Agricultura** para a capacitação e reciclagem de técnicos em análise de sementes.

A Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR, entidade vinculada à SERH, manteve o seu programa de apoio a teses e monografias em administração rural.

No campo da absorção de tecnologia, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC programou e realizou com sucesso Seminário Internacional de Planejamento Metropolitano, objetivando a troca de experiências entre técnicos brasileiros e franceses.

Subprograma 4.6.2. Estímulo e Amparo aos Pesquisadores Locais.

A Secretaria de Indústria e Comércio gestionou e obteve concessão junto ao Ministério da Indústria e do Comércio para instalação no Paraná de Escritório de Representação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial — INPI, que está funcionando em instalações cedidas pela SEIC com jurisdição sobre o Paraná e Santa Catarina.

Este acontecimento veio agilizar sobremaneira o registro de marcas e patentes desenvolvidas em nosso território, suprimindo a necessidade de deslocamentos até a Capital Federal, bem como facilitou as consultas e a coleta de informações sobre manifestações criadoras no campo científico e tecnológico.

O Instituto de Tecnologia do Paraná — TECPAR, mediante convênio com a Universidade Federal do Paraná, oferece estágios profissionalizantes e orienta monografias e teses de estudantes nas áreas de Farmácia e Bioquímica, contribuindo, dessa maneira, para a capacitação de pesquisadores locais em ciência e tecnologia.

— V —

**AÇÕES EXECUTADAS EM RESPOSTA AOS
OBJETIVOS DE APRIMORAMENTO DO DESEMPENHO
DAS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

PROGRAMA: 5.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICO-PROTOCOLAR E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Subprograma 5.1.1. Ampliação dos Canais de Comunicação Entre o Governo e a Comunidade.

Tendo por fundamento as diretivas fixadas pelos objetivos do subprograma, o ano de 1979 foi marcado pela reorientação nas formas de relacionamento com a Imprensa, mediante a implantação de uma nova sistemática no fornecimento de informações aos veículos de comunicação de massas. Eliminou-se a prática da distribuição uniforme de "releases" para todos os órgãos da imprensa — jornais, revistas, rádio e TV, estimulando-se o contato direto entre jornalistas e autoridades e facilitando-se os meios para que os atos da administração fossem analisados com maior isenção pela Imprensa e, conseqüentemente, comentados e até criticados com o máximo de liberdade.

Seguindo esta orientação, todos os setores de comunicação social das Secretarias de Estado e demais órgãos da administração, direta e indireta, foram orientados no sentido de fornecer informações escritas sobre as atividades do Governo, sem adjetivações ou juízos de valor, restringindo-se à descrição dos fatos e ao fornecimento de dados, os mais completos possíveis, sobre empreendimentos e obras governamentais.

O Conselho de Comunicação Social foi reestruturado, recebendo novas atribuições e, em consonância com a nova forma de atuação a Assessoria de Relações Públicas passou a integrar a Subchefia de Comunicação Social da Casa Civil. Com essas modificações objetivou-se redirecionar o enfoque das comunicações do Governo estabelecendo outros canais para a ligação com a comunidade, ampliando o fluxo das comunicações dirigidas, principalmente sobre os serviços prestados pelo Governo que necessitam, para maior eficácia, da participação e cooperação comunitária.

A reestruturação e reequipamento da Rádio Estadual de modo a transformar esse importante veículo em órgão mais atuante no sistema de comunicação social do Governo, foi outra importante realização do exercício de 1979.

Procedeu-se a implantação de um sistema de troca de informações com os Escritórios de Representação do Governo — sediados em Brasília e Rio de Janeiro — com a finalidade de prestar serviços aos parlamentares — deputados e senadores — na coleta e coordenação de dados e informações necessárias para a elaboração de pronunciamentos sobre problemas paranaenses. Esse serviço já realizou levantamentos que subsidiaram vários discursos de parlamentares.

Através de iniciativa conjunta da Secretaria de Administração e da Casa Civil, iniciou-se a implantação de um sistema de recepção de queixas, reclamações e para o fornecimento de informações sobre os órgãos do Governo e serviços que estes prestam a população. As unidades iniciais serão instaladas em pontos de fácil acesso para a prestação de informações escritas sobre os principais serviços governamentais, recebendo, concomitantemente, as reclamações da população, que serão encaminhadas aos órgãos responsáveis pelos serviços para averiguações.

A Secretaria da Administração promoveu Reuniões de Grupo de Idéias, com a participação de diversos segmentos da sociedade, na busca de novas idéias para aperfeiçoar o desempenho da administração pública, de soluções e sugestões para melhor servir à comunidade.

Amplio contato foi estabelecido entre a SESB e a comunidade organizada, estreitando-se a colaboração entre a administração e o povo. Nesse sentido ressaltou-se a realização de 6 (seis) Seminários Regionais em Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, União da Vitória, Maringá e Londrina, conjugando o lançamento do Programa do Ano Internacional da Criança e as atividades referentes ao Dia do Calor Humano, para a comunhão de idéias, entrosamento técnico e distribuição de recursos financeiros às entidades sociais. Estes seminários contaram com a participação de Prefeituras Municipais, representantes de entidades sociais particulares, de escolas, de serviços de saúde, de Igrejas, e dos Conselhos Comunitários de Saúde e de Bem-Estar Social.

Na área de divulgação de atos oficiais, a Secretaria das Finanças manteve a edição mensal do Informativo SEFI, que veicula matérias da área tributária e econômico-financeira, atingindo a comunidade através das organizações políticas, entidades classistas, comunitárias, profissionais liberais e contribuintes.

A Secretaria da Educação desenvolveu o Projeto de Criação, Organização e Dinamização das Associações de Pais e Mestres, visando maior integração participativa entre o Sistema de Ensino e a comunidade.

A Secretaria das Finanças, por intermédio do Centro Paranaense de Desenvolvimento do Pessoal da Receita — CENPRE, promoveu 11

curso de treinamento para funcionários e membros de entidades de classe de todo o Estado. Em seu total, 2.022 pessoas frequentaram tais cursos.

De modo geral foi frequentemente recomendado às Secretarias de Estado e a seus órgãos vinculados que mantivessem permanente contacto com as organizações intermediárias da Sociedade ligadas aos respectivos setores de atuação, com vistas a sentir a avaliação da sociedade sobre os serviços ofertados, considerando-a seriamente na correção de disfunções e superação de problemas.

Subprograma 5.1.2. Integração entre Poderes e Níveis de Governo e Relacionamento Protocolar

O relacionamento entre o Poder Executivo e o Legislativo foi caracterizado por um nível de integração, que vem proporcionando significativa contribuição ao desenvolvimento do Estado. Esta assertiva confirma-se plenamente ao verificar-se que a quase totalidade dos projetos de lei aprovados pela Assembléia Legislativa mereceu acolhida do Chefe do Poder Executivo, os quais, transformados em leis, atingiram ou estão atingindo os fins colimados.

Por outro lado, reafirmando o bom relacionamento com o Poder Legislativo, é oportuno lembrar o fato de que as medidas propostas àquela Casa de Leis, inclusive o referendun a centenas de convênios, mereceram a competente aprovação legislativa.

Igual nível de integração tem ocorrido nas relações com o Poder Judiciário, podendo, para confirmá-lo, ser destacado, entre outros aspectos, o fato de terem sido realizados contatos que ensejaram atos de alta significação, tais como: Lei nº 7.113, de 10 de abril de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 479, de 9 de maio de 1979, dispondo sobre o ajustamento da sistemática de remuneração dos membros do Poder Judiciário, Lei nº 7.112, de 10 de abril de 1979, que ajustou o número de Desembargadores à nova estrutura de competências; e a Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, que adaptou o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado aos mandamentos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

O bom nível de relacionamento do Governo do Estado com a esfera federal pode ser percebido pela vinda do Presidente João Figueiredo ao Paraná em duas ocasiões no decurso de 1979, quando importantes decisões foram tomadas, como a da construção da Ferrovia da Soja, do apoio às empresas estaduais através do Convênio com a EMBRAMEC, aprovação do programa estadual de habitação popular, convênio com o BNDE para infra-estrutura em geral, entre tantos outros. Os Ministros da Indústria e Comércio, Educação e Cultura, Agri-

cultura, Interior, Transportes, Minas e Energia, Fazenda, Comunicações, Planejamento, Desburocratização, Relações Exteriores, Trabalho e Aeronáutica fizeram-se presentes no Estado em várias ocasiões, em todas as quais assuntos de relevância para a comunidade paranaense foram tratados e devidamente encaminhados.

Esse satisfatório relacionamento ficou evidenciado também pelo prestigiamento dado pelos órgãos federais às solicitações do Estado de autorização para empréstimos externos, mesmo tendo ocorrido em um período difícil para a economia nacional, em que se achavam restringidas tais modalidades de operações de crédito. Outro indicativo relevante desse bom relacionamento foram os novos instrumentos de cooperação recíproca — convênios — estabelecidos para o atendimento de interesses comuns da União, Estados e Municípios, como ficou relatado nos subprogramas precedentes.

Ao nível municipal intensificaram-se as ações de apoio institucional e financeiro às programações das municipalidades. A Casa Civil reestruturou a Subchefia de Assuntos Especiais para o atendimento permanente e direto às representações políticas e administrativas dos municípios, visando com isso possibilitar um ágil acompanhamento das reivindicações de tal nível de Governo.

As ações desenvolvidas pelas Secretarias de Estado bem como por suas unidades vinculadas vêm propiciando estreito relacionamento com parlamentares, Chefes de Executivos Municipais e Vereadores para o aprimoramento das relações entre os níveis de Governo do que resulta uma maior agilização no encaminhamento das solicitações, possibilitando respostas mais rápidas.

Com o propósito de uma ação governamental fundada na participação, foram promovidas reuniões com todos os Prefeitos Municipais do Estado, nas quais foram enunciadas a filosofia do Governo para o quadriênio e as Diretrizes Globais que deveriam balizar a ação governamental. Solicitadas críticas e sugestões, houve grande receptividade verificando-se valiosas contribuições, as quais de modo apropriado foram incorporadas à versão final do Plano de Governo.

No que se refere ao relacionamento com o Legislativo Federal, a Assessoria Técnico-Legislativa da Casa Civil realizou 134 visitas aos representantes do Paraná no Congresso Nacional, deu assessoria a deputados e manteve, na defesa dos interesses do Estado, contatos com a Comissão de Justiça e de Finanças do Senado, para aprovação de autorização de empréstimo junto ao Banco Mundial, e com a Secretaria Geral do Senado, para a liberação do processo "BID-II".

O relacionamento protocolar desenvolveu-se de modo satisfatório. A Subchefia do Cerimonial organizou e coordenou o atendimento para

autoridades e visitantes ilustres do Estado, tais como Embaixadores, Ministros de países amigos e Governadores de outros Estados.

Além disso, foi responsável pelo relacionamento protocolar do Poder Executivo com o Corpo Diplomático e Consular estabelecido no Paraná. Nesse sentido, coordenou as recepções aos Embaixadores que visitaram o Paraná e promoveu a programação de visitas e soluções de assuntos diversos com 19 consulados.

A atualização do Cadastro de Autoridades foi automatizada, tendo sido efetuados estudos e pesquisas para aprimoramento do sistema já operado com o concurso de processamento eletrônico de dados.

Deve ser destacado, como relevante, a atuação dos Escritórios de Representação do Paraná no Rio de Janeiro e em Brasília, que, além de outras formas de apoio ao Governo Estadual e a municípios, acompanharam a tramitação de 652 processos de interesse do Estado junto a órgãos sediados naquelas cidades, bem como, quando solicitados, marcaram audiências para autoridades e empresários do Paraná com autoridades do Governo Federal.

A Secretaria das Finanças realizou gestões junto a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Ministério da Fazenda e em especial junto ao Ministério dos Transportes, com o objetivo de obter o ressarcimento dos recursos investidos pelo Governo Estadual na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, uma vez que tal ferrovia após concluída teve o seu acervo transferido para a União e passou a ser operada pela Rede Ferroviária Federal.

Os Governos do Paraná e da União firmaram convênios, em 1968 e em 1971, mediante os quais o Governo Federal se propôs a indenizar o Estado pelas despesas realizadas com a construção da Ferrovia Apucarana-Ponta Grossa, incluindo os juros e demais despesas decorrentes de empréstimos externos, realizados para aplicação na obra.

O Governo Federal aceita como inquestionável o valor de ressarcimento de Cr\$ 390,5 milhões, adicional à parcela de Cr\$ 612 milhões já ressarcida. O Estado do Paraná, no entanto, reivindica cifra superior, que corresponda à totalidade das despesas já efetuadas considerando o seu custo histórico. Além disso, as gestões acima mencionadas procuram encontrar uma forma para que o Governo Federal reconheça também a aplicabilidade da correção monetária sobre o débito ainda pendente. Conforme comunicação dos Ministros dos Transportes e do Planejamento, a União já ratificou o valor de Cr\$ 996,6 milhões, correspondentes ao ressarcimento mais a respectiva correção monetária.

A Secretaria da Justiça vem desenvolvendo gestões para solução conciliatória definitiva e a curto prazo do litígio fronteiriço entre o

Estado do Paraná e o de São Paulo. A SEJU obteve também uma maior intensificação do ritmo de julgamento dos processos pendentes no Tribunal Federal de Recursos, face os permanentes contactos e subsídios fornecidos aos Ministros daquela Corte e acompanhou diretamente as crises institucionais verificadas nos Municípios de Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Telêmaco Borba, Itaguagé, Terra Roxa, Altônia e Icaraíma.

PROGRAMA 5.2. ADMINISTRAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA GOVERNAMENTAL.

Subprograma 5.2.1 Modernização do Sistema Fisco-Arrecador

CAMPANHA DE CONSCIÊNCIA

A Secretaria das Finanças idealizou, programou e executou a Campanha do ICM das Crianças, cuja implementação, através do "Clube do Zequinha" incentivou o consumidor a adquirir o hábito de solicitar a Nota Fiscal, principal instrumento de controle do tributo. Durante a 1.ª fase da Campanha a SEFI distribuiu 488 mil álbuns e 164 milhões de figurinhas aos contribuintes e distribuiu 25.053 prêmios, motivando toda a coletividade paranaense.

Representantes de diversos Estados brasileiros visitaram a SEFI durante a Campanha, em face do seu sucesso, a fim de estudarem os seus detalhes, visando o aproveitamento da idéia e da sistemática para emprego em seus Estados.

Além do resultado didático de criar o hábito da exigência da Nota Fiscal por parte do consumidor, o ICM do comércio teve aumento de 76,4% no período novembro/dezembro de 1979, em relação a novembro/dezembro de 1978, com acréscimo, na arrecadação daquele imposta, de Cr\$ 493,2 milhões no período gerador. O custo total da Campanha foi de Cr\$ 31 milhões. Entre janeiro/outubro de 1979 o ICM-Comércio cresceu 46,3% em relação a igual período de 1978. Certamente, parte da expansão decorreu dos índices inflacionários, da comercialização e de outros fatores, mas, pelo menos Cr\$ 150 milhões podem ser creditados à Campanha.

Na segunda fase da campanha serão distribuídos 51.000 prêmios através do sorteio pela Loteria do Estado ou por premiação direta a determinados eventos.

INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA FISCALIZAÇÃO

Com vistas a oferecer melhores condições de atendimento aos contribuintes e funcionários, a SEFI terminou, no exercício, a cons-

trução de 22 Agências de Rendas e 5 Agências Auxiliares de Rendas. Procedeu, ainda, às reformas e ampliações em 12 outras edificações utilizadas pela CRE. Ao final de 1979, outras 8 Agências de Rendas e 3 Agências Auxiliares de Rendas achavam-se em construção.

Foram adotados como principais critérios para as decisões acerca daquelas construções o movimento de arrecadação da região beneficiada, número de contribuintes, número de habitantes, precariedade física das instalações existentes e o aproveitamento de áreas doadas pelos municípios com prazos para seu uso sob pena de reversão. Estes critérios também foram empregados para a elaboração da programação de obras para 1980, que prevê a construção de 3 delegacias, 8 postos fiscais e 44 Agências de Renda, a um custo orçamentário total de Cr\$ 83 milhões, além do investimento de mais Cr\$ 5 milhões em reparos e ampliações de edificações próprias.

FISCALIZAÇÃO DIRIGIDA

Um projeto para o uso da fiscalização dirigida foi desenvolvido pela Secretaria das Finanças, com implantação prevista para 1980, visando maior ênfase na fiscalização dos itens mais significativos em termos de arrecadação de ICM para o Estado, quais sejam:

- * Crédito presumido sobre chapas de madeira compensada e fibra de madeira;
- * Aproveitamento de incentivos na exportação;
- * Estornos de crédito fiscal na exportação de café solúvel (convênio ICM 20/79);
- * Fiscalização volante em estradas e sobre produtos primários estocados (observando, principalmente, a suspensão de ICM sobre arroz e feijão e emissão de Nota Fiscal do produtor rural); Estudos com colaboração da Secretaria dos Transportes, que levaram à conclusão do Plano Diretor de Pesagem, com a execução do Projeto de Engenharia de 12 postos fixos e o preparo dos estudos preliminares de 33 postos móveis, para controle fiscal em 4.314 km da rede pavimentada estadual;
- * Fiscalização no abate de gado, através da instalação de aparelhagem automática em 12 frigoríficos;
- * Fiscalização nas fronteiras através de Postos Fiscais fixos (atuais Agências Auxiliares de Renda);
- * Controle da movimentação de soja nacional e estrangeira pelos corredores de exportação;

- * Otimização no emprego de sistemas e recursos técnicos operados por processamento de dados.

RECURSOS TECNOLÓGICOS

A SEFI conduziu gestões junto ao Ministério da Fazenda para obtenção de recursos a fundo perdido, com vistas à compra de um Minicomputador para ser instalado na Coordenação da Receita do Estado — CRE, cuja utilização dar-se-á nos controles e fiscalização sobre tributos, além do desenvolvimento de novas técnicas requeridas pela área fiscal. Os recursos (Cr\$ 4,3 milhões), foram aplicados na aquisição do equipamento, o que se deu ainda em fins de 1979.

CONVÊNIO MINAS-PARANA

Contribuindo para aumentar o movimento do Porto de Paranaguá, a SEFI conduziu gestões que culminaram com a assinatura de convênio entre o Paraná e Minas Gerais, onde o nosso Estado oferece dilação de prazo na saída do café mineiro para o exterior, e Minas Gerais concede a suspensão do pagamento do tributo na operação interestadual de remessa.

DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício de 1979 foram inscritos em Dívida Ativa 67.965 processos no valor total de Cr\$ 652.965.225,00, obtendo-se um ingresso por pagamento de Cr\$ 149.047.245,00, representando 31.766 processos.

Complementarmente as medidas de inscrição em Dívida Ativa, a SEFI idealizou um sistema de financiamento de débitos fiscais inscritos, via iniciativa privada.

Nesse sentido foi firmado termo de acordo com estabelecimento bancário local, visando facilitar ao contribuinte inscrito a quitação da pendência para com o fisco estadual através de financiamento especial.

Com vistas à agilização dos procedimentos internos inerentes à SEFI, foi criada a Coordenadoria de Dívida Ativa, unidade técnica e de articulação com a Procuradoria da Justiça do Estado, órgão responsável pela execução judicial dos débitos fiscais.

MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ARRECADAÇÃO

Entre as ações desenvolvidas pela SEFI, para modernização nos seus sistemas rotineiros de relacionamento com os contribuintes, destacam-se a unificação da Declaração Fisco-contábil — DFC e Guia In-

formativa do Fundo de Participação dos Municípios e da Guia da Informação e Apuração do ICM — GIA com a Guia de Recolhimento do ICM — GRI.

DECLARAÇÃO FISCO-CONTABIL — DFC.

Anualmente, devem os contribuintes inscritos no CCE enviar informações à SEFI na Declaração Fisco-Contábil e Guia Informativa do Fundo de Participação dos Municípios, em períodos diferentes. Com a finalidade de simplificar para o contribuinte a prestação destas informações e, também, reduzir o trabalho e o custo de processamento e tramitação destes documentos, encontra-se em fase final o estudo, para implantação ainda em 1980, da unificação dos dois formulários. Em termos práticos objetivou-se reduzir à metade o número de documentos a serem processados e analisados, representando uma sensível diminuição de custos para as empresas e setor público, pois cerca de 100.000 documentos serão eliminados com a unificação.

GUIA DE RECOLHIMENTO — GRI

Encontram-se em fase adiantada os estudos referentes à substituição da GIA e da GR por um único documento, denominado GIA/GR, a ser preenchido pelo contribuinte com a finalidade de informar, apurar e recolher o ICM, trazendo grande simplificação quando de sua implantação, em meados de 1980. A medida deverá trazer grandes benefícios aos contribuintes, pois propiciará a redução de 600.000 processos/ano.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Atendendo ao plano de governo federal e estadual, que visa melhorar o atendimento pelos órgãos públicos ao usuário, a SEFI preocupou-se também em promover a análise crítica das suas atividades que envolvem diretamente o público usuário.

Entre as medidas previstas, duas das quais relatadas nos parágrafos anteriores, uma já foi implantada. Trata-se dos processos de devolução do ICM e do Imposto de Transmissão irregularmente recolhido pelo contribuinte, cujo processamento requeria em média 300 dias para se concretizar. Atualmente, em 90 dias o contribuinte tem restituído o valor indevidamente recolhido. Com o mesmo objetivo encontra-se em estudo a tramitação dos Processos Administrativos Fiscais de Instrução Contraditória — PAF, cuja tramitação total até a decisão, pretende-se reduzir para 180 dias. Com isso, foi obtido também um grande benefício para a Administração, pois estes processos representaram aproximadamente 3,5% da arrecadação de ICM em 1979.

Subprograma 5.2.2. Reestruturação dos Instrumentos de Controle Interno.

Com vista à agilização na captação, aplicação e gerência das receitas estaduais, a Secretaria das Finanças desenvolveu em 1979 um conjunto apreciável de ações, as quais são a seguir relatadas.

OPERAÇÃO CAFÉ

Desencadeada em áreas estratégicas, visando reprimir o contrabando e desvio de café. A ação foi desenvolvida de modo conjunto entre a SEFI, Departamento de Polícia Federal, Superintendência da Receita Federal e Instituto Brasileiro do Café, no período de setembro a dezembro. Desta operação resultaram 132 Processos Administrativos Fiscais de Instrução Contraditória — PAF, gerando um crédito tributário para o Estado de Cr\$ 73.963.477,48. Em face do êxito obtido com a “Operação Café”, já está programada a sua continuidade no exercício de 1980.

ICM SOBRE O CAFÉ SOLÚVEL

A SEFI após estudos detalhados propôs ao Conselho Nacional de Política Fazendária o estabelecimento, a partir de 1980, do estorno de crédito do ICM incidente sobre a matéria prima destinada à fabricação do café solúvel exportado. A proposição do Paraná juntamente com a de São Paulo foi aceita. Esta medida deverá gerar no exercício de 1980 uma receita de aproximadamente Cr\$ 783,8 milhões.

APERFEIÇOAMENTO DO INSTRUMENTAL DE CONTROLE INTERNO

Visando o aprimoramento e desenvolvimento dos diversos instrumentos de controle interno, a SEFI contratou da CELEPAR a instalação de um terminal interativo com suporte para uso das linguagens APL, ROSCOE, EASY TRIEVE, além da possibilidade de operação com programas elaborados em COBOL, FORTRAN ou PLI. A entrada em funcionamento deste terminal, na sede da Secretaria das Finanças, está prevista para o 1.º semestre de 1980. Além dessa medida, estão sendo procedidos estudos com vistas à revisão e integração de Sistemas relacionados com a execução da despesa e acompanhamento da receita, já operados pela CELEPAR.

Subprograma 5.2.3. Atualização e Consolidação da Legislação Tributária.

A Secretaria das Finanças preparou, durante o ano de 1979, para uso interno dos funcionários e para uso externo dos contribuintes e demais interessados, a consolidação da Instrução SF 286/71 (108 artigos), incorporando ao texto as modificações ocorridas durante os últimos nove anos, contendo notas explicativas das modificações in-

troduzidas. Essa norma que regula o Sistema Nacional de Integração das Informações Econômico-fiscais é a base da Legislação do ICM, porquanto regula as obrigações acessórias quanto a livros, documentos e escrituração fiscal.

Também com o objetivo de atualizar e consolidar a legislação Tributária, a SEFI emitiu 25 instruções sobre o ICM, visando a atualização e modernização da legislação em vigor.

Participou também, por intermédio da Assessoria de Legislação Tributária, das reuniões da Comissão Técnica do ICM-COTEPE/ICM e através do Secretário das Finanças, das reuniões do Conselho de Política Fazendária — CONFAZ.

Importante participação teve também a SEFI, por meio da Assessoria de Legislação Tributária, na preparação da Lei Orgânica da Taxa de Segurança, (Lei n.º 7.273 de 28-12-79), consolidando toda a legislação anterior e utilizando uma articulação diferenciada das leis das demais taxas.

Afim de dotar os Estados e Municípios de maiores recursos financeiros, a SEFI apresentou ao Ministério da Fazenda proposição no sentido de que a gasolina, óleo diesel e o óleo combustível sofram a incidência do ICM.

A incidência do ICM sobre combustíveis líquidos já era prevista na Constituição Federal de 24-01-67, em seu artigo 24, § 11. A Emenda Constitucional n.º 01/69 ao tratar da matéria, não contemplou a abrangência dos combustíveis líquidos, por prever que a incidência do ICM nestas operações pudesse ter reflexos inflacionários.

Caso a medida tivesse sido adotada em 1979 teria proporcionado, a nível nacional, um acréscimo de 36% na arrecadação de ICM, representado por 105,1 bilhões de cruzeiros. No decorrer de 1980 serão intensificadas gestões junto a órgãos federais, no sentido de obter a aprovação da proposta.

PROGRAMA 5.3. PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA DO SETOR PÚBLICO

Subprograma 5.3.1. Difusão, Aperfeiçoamento e Consolidação de Técnicas de Programação.

O PLANO DE GOVERNO

A elaboração do atual Plano de Governo, a partir das Diretrizes Globais, sugestões das Secretarias de Estado e das mais significantes lideranças da comunidade paranaense foi uma das principais realiza-

ções da Secretaria do Planejamento, em 1979, num intenso trabalho de compatibilização de idéias, de prioridades e de planificação adequada à atual realidade econômica e social do Estado.

O interesse maior em sua formulação foi o de gerar um plano que efetivamente traduzisse as intenções de realização do governo em seu todo, que fosse inteligível aos cidadãos em geral e que ao mesmo tempo possuísse uma estrutura de detalhamento programático que permitisse o acompanhamento e a avaliação das contribuições de cada setor aos grandes objetivos definidos.

O envolvimento de Técnicos da Coordenadoria de Orçamento e Programação, no grupo responsável pela estruturação do Plano assegurou ao mesmo um desdobramento compatível com as necessidades de detalhamento orçamentário. Propiciou-se assim, um adequado nível de integração entre as teses-objetivo expressas ao nível de programas e subprogramas no Plano e seu instrumento de viabilização executiva que é o orçamento, através do detalhamento em projetos e atividades com metas físicas e financeiras explicitadas.

ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Orçamento Plurianual de Investimentos, para o triênio 80-82, elaborado pela SEPL através da Coordenadoria de Orçamento e Programação, totalizou uma movimentação, nos três anos, de Cr\$ 290,2 bilhões, consubstanciando a programação contida no Plano de Governo, oferecendo detalhamento programático em empreendimentos específicos, definindo responsabilidades de execução e fornecendo a expressão financeira das inversões previstas em cada um destes. Um outro particular, acerca do OPI é que este englobou o programa de aplicações de toda a administração estadual, inclusive o das Sociedades de Economia Mista.

ORÇAMENTO PROGRAMA PARA 1980

O Orçamento Programa para 1980 foi elaborado pela mesma unidade, mediante compatibilização da metodologia do processo orçamentário estadual com a filosofia do Plano de Governo, de modo a proceder à racionalização das aplicações. Tal orçamento totaliza aplicações no montante de Cr\$ 41.7 bilhões, sendo Cr\$ 34,5 bilhões à conta de receitas centralizadas, e Cr\$ 7,2 bilhões de receitas de recolhimento descentralizado para as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Órgãos de Regime Especial.

Da despesa total orçada para 1980, Cr\$ 22,4 bilhões são constituídos por despesa da administração direta e Cr\$ 19,3 bilhões de aplicações a serem procedidas pela administração indireta.

ORÇAMENTOS PRÓPRIOS

A elaboração dos Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Órgãos de Regime Especial, relativos a 1980, foi também coordenada pela SEPL, que se responsabilizou pela montagem final dos documentos de detalhamento e formalização legal dos mesmos. Tais orçamentos, relativos a 45 entidades, totalizaram programações no valor de Cr\$ 17,3 bilhões.

AÇÕES GERAIS NO CAMPO DO PLANEJAMENTO

A Secretaria de Planejamento além das realizações citadas em outros tópicos, na consecução dos objetivos deste subprograma, estabeleceu também as seguintes ações:

- * Execução de Pesquisa junto às entidades municipais para a reedição do Manual de Fontes de Financiamento para o Setor Público, gestionando com a SAREM a co-participação financeira;
- * Elaboração do 1.º Relatório de Execução Física e Financeira dos Projetos e Atividades Orçamentários, documento que integrou o Balanço Geral do Estado de 1978, remetido à apreciação do Tribunal de Contas;
- * Reestruturação do Sistema de Acompanhamento de Obras, operado por teleprocessamento;
- * Apoio a 5 programas de treinamento e especialização de pessoal nas áreas de planejamento, orçamento e informática;
- * Elaboração da metodologia para o acompanhamento das estruturas de recursos humanos utilizada pelas Unidades Orçamentárias da administração direta na execução das respectivas programações;
- * Formulação inicial da estrutura básica de planos alternativos para ações contingenciais;
- * Criação da Coordenadoria de Ação Regional com vistas à estruturação de adequado suporte ao planejamento de base regional. Esta unidade atuou já em 1979 na formulação dos programas PRORURAL, PRODELAR, PRODAMI, entre outros;
- * Ampliação da estrutura técnica de apoio ao planejamento municipal através da FAMEPAR.

Subprograma 5.3.2. Consolidação do Planejamento de Base Regional.

O planejamento de ação regional é um dos fatores determinantes da ação do Sistema Estadual de Planejamento em prol do incremento

e difusão espacial do bem-estar, como, por exemplo através das realizações da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, das pesquisas para a implantação da Região Metropolitana do Norte do Paraná (METRONOR), do atendimento às áreas carentes do Litoral, dos projetos especiais para São Mateus do Sul e Guaíra — que sofrerão o impacto de um desenvolvimento vertiginoso nos próximos anos — no desenvolvimento da região da Lapa e de Foz do Iguaçu e na correção dos desníveis regionais em geral. Estas ações já se acham detalhadas na descrição das ações relativas aos subprogramas dos propósitos globais do Governo Estadual voltados à difusão espacial do bem-estar.

A constante preocupação de manter contato com as bases a nível local e regional proporcionou a integração de ações setoriais voltadas ao desenvolvimento de Regiões como o Litoral e Alto Ribeira (PRODELAR) e outras, também já citadas nos subprogramas anteriores. Os estudos planos e programas elaborados de maneira integrada pelos órgãos da Administração Estadual foram dirigidos à correção de desequilíbrios, com o fornecimento de soluções alternativas viáveis, baseadas nas potencialidades locais e regionais.

Subprograma 5.3.3. Sistemas de Informações e Diagnóstico Sócio-Econômico.

Diversos setores do Sistema Estadual de Planejamento estão envolvidos na montagem e manutenção de Sistemas de Informação e na elaboração de Diagnósticos Sócio-Econômicos, como a Companhia de Processamento de Dados do Paraná (CELEPAR), a Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES), o Departamento Estadual de Estatística (DEE) e a Coordenadoria de Informações Técnicas (CIT). As principais realizações nesta área de atuação, por organismos, foram as que se indicam a seguir.

AÇÕES DA COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS

- * Implantação do projeto de padronização da linguagem dos sistemas de informação, visando a eliminação de duplicidades e a integração e comunicação entre técnicos e sistemas;
- * Elaboração do Sistema de Referência de Dados, baseada na experiência da formulação dos três volumes iniciais do Catálogo de Estudos sobre o Paraná; passando sua atualização a ter caráter semestral;
- * Reestruturação do Sistema de Acompanhamento de Obras (SAO), abrangendo a administração direta e indireta, com informações atualizadas mensalmente a respeito das obras do Governo do Estado em todo o Paraná;

- * Realizado levantamento dos empreendimentos financiados pelo BADEP e BRDE nos setores primário, secundário e terciário do Estado.

AÇÕES DA COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ

Além das já relatadas em subprogramas específicos merecem destaque as seguintes realizações:

- * Criação do Sistema de Informações Patrimoniais, em conjunto com a Secretaria da Administração;
- * Reestruturação de rotinas de emprego comum por vários sistemas.

AÇÕES DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL — IPARDES

1. Principais estudos e diagnósticos executados:

- * Análise da Base Industrial do Paraná — 2.ª fase: complexo madeira, composto de quatro estudos.
- * Análise do Setor Produtivo, da Comercialização, Industrialização e Mercado do Leite, composto de dois estudos e realizado através de convênio com a CODESUL.
- * Diagnóstico Agroecológico do Uso Agropecuário Atual, em convênio com a SUDESUL.
- * Estudo sobre a Localização Industrial e Desenv. Regional — Programa Metal-Mecânico do Paraná — Consumo Aparente/Brasil.
- * Migrantes na Região Metropolitana de Curitiba, em convênio com a CODESUL.
- * Recursos Naturais e Estrutura Fundiária, em convênio com a SUDESUL.
- * Formação de Capital na Agricultura Paranaense, em convênio com a CODESUL.
- * Dinâmica Espacial e Setorial da Força de Trabalho no Paraná, em convênio com o Ministério do Interior e SUDESUL.
- * Meio-Ambiente e Recursos Naturais da Região Metropolitana de Curitiba, duas fases, em convênio com a COMEC.
- * Subsídios ao Diagnóstico Sócio-Econômico do Paraná.

2. Principais estudos e diagnósticos em andamento:

- * Viabilidade de Implantação de Bolsas de Mercadorias no Paraná.
- * Análise Comparativa do Progresso Técnico do Soja.
- * Análise da Base Industrial — Produtos Alimentares.
- * Aspectos Sociais dos Recursos Humanos do Ensino de 1.º Grau — Corpo Docente.
- * Modelo Territorial do Paraná — Impacto Ambiental.
- * Estudos dos Fatores de Decisão de Implantação de Indústrias na Região Metropolitana de Curitiba.
- * Análise Conjuntural do Paraná.

3. Publicações permanentes:

- * Revista Ipardes.
- * Índices Econômicos Regionais — Custo de Vida.
- * Relatório de Acompanhamento das Principais Culturas Agrícolas do Paraná (convênio SEFI).

AÇÕES DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Além das suas atividades rotineiras, o DEE, executou em 1979, as seguintes ações:

- * Anuário Estatístico do Paraná relativo a 1978 e 1979.
- * Informações da situação física, econômica, social, administrativa, e de infra-estrutura do Estado do Paraná e dos seus municípios. Editado em 2 mil volumes.
- * Estatísticas Bancárias, projeto reformulado, de acordo com as alterações do Plano de Contas determinadas pelo Banco Central, com periodicidade mensal e trimestral, visa atender às necessidades de informações sobre o Mercado Financeiro-Comercial do Paraná.
- * Indicadores Gerenciais, trabalho composto de 70 indicadores, de periodicidade mensal, visa atender às necessidades de informações a nível gerencial, para tomada de decisões;
- * Sistema de Estatísticas Municipais, boletim contendo informações básicas de todos os municípios paranaenses. Cada município possui

uma publicação, com aproximadamente 960 informações que refletem sua situação econômica, social, física, política, administrativa e de infra-estrutura, nos últimos 5 anos.

- * Sistema de Informações Estatísticas (SIE) instrumento que opera como memória estatística do Estado, com a finalidade de proporcionar apoio às atividades de planejamento. Este banco de dados foi acrescido de 136.600 informações em 1979.

AÇÕES DE OUTRAS UNIDADES

A Coordenadoria de Orçamento e Programação executou o acompanhamento mensal da evolução dos quadros de pessoal da administração indireta, abrangendo 42 instituições e em articulação com a SERH, desenvolveu metodologia para o procedimento de similar acompanhamento sobre as unidades da administração direta a partir de 1980.

A Coordenadoria dos Grupos de Planejamento Setorial manteve controle dos 206 convênios firmados pela Secretaria do Planejamento com órgãos federais, estaduais e municipais. Além disso, realizou estudo de consolidação dos Relatórios de Atividades dos Grupos de Planejamento Setorial.

Subprograma 5.3.4. Planejamento Contingencial

O planejamento contingencial decorre da permanente necessidade de ajustamentos nas programações e ações em razão das aceleradas transformações que ocorrem na realidade nacional e mesmo como decorrência de fenômenos inesperados, como enchentes, secas e geadas.

Em 1979 a Coordenadoria de Orçamento e Programação procedeu 1.570 alterações orçamentárias, para adequar a execução do orçamento à conjuntura nacional, afetada pelo altos índices inflacionários.

Ações de emergência foram também necessárias, como nos casos dos municípios atingidos pelas enchentes de setembro e dezembro, quando foram liberados Cr\$ 7,5 milhões para 32 municípios, e dos reparos aos danos ocasionados pelo granizo em Rio Branco do Sul.

Através da Coordenadoria da Ação Regional da SEPL foi encerrado em 1979 o Programa Estiagem, iniciado em 1978, através de convênio firmado entre o Governo do Estado, a SUDESUL e o Ministério do Interior, envolvendo a aplicação de Cr\$ 450 milhões, que beneficiaram 288 municípios, com 1.619 obras executadas.

Foram ainda desenvolvidos estudos com o propósito de formular roteiros-padrão e planos alternativos para intervenção imediata em situações contingenciais.

PROGRAMA 5.4. MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL E ADMINISTRATIVA

Subprograma 5.4.1. Diagnóstico Institucional e Simplificação de Normas e Procedimentos.

A Coordenadoria de Modernização Organizacional — CMO, da Secretaria de Administração, organizou e coordenou um grande número de diagnósticos institucionais e de projetos de simplificação de normas e procedimentos.

Tramitaram pela unidade, recebendo sua apreciação e orientação técnica, os seguintes projetos de reestruturação:

- * Da Secretaria do Planejamento, com a transformação da Coordenadoria dos Núcleos Regionais em Coordenadoria de Ação Regional;
- * Da Secretaria da Administração, com a instituição da Coordenadoria de Modernização Organizacional;
- * Da Secretaria da Indústria e do Comércio, envolvendo a Coordenadoria de Desenvolvimento Comercial e Departamento do Trabalho;
- * Da Secretaria das Finanças, com a instituição da Coordenação da Dívida Ativa;
- * Da Casa Civil, referentes à subordinação dos Escritórios de Representação do Paraná;
- * Da Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR;
- * Da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba — COMEC;
- * Da Fundação Hospitalar do Paraná, transformada em Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha;
- * Do PPTE, absorvido pela Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR;
- * Da FIDES, transformada em Fundação de Promoção Social do Paraná — PROMOPAR.

A CMO participou na elaboração de estudos finais dos regulamentos e regimentos das seguintes organizações:

- * Secretaria da Cultura e do Esporte — SECE;
- * Instituto de Assistência ao Menor;

- * Sistema de Defesa Civil do Estado;
- * Diretoria Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem;
- * **Da Secretaria da Educação, em razão da criação da SECE.**

Na área de estudos e apoio técnico à racionalização administrativa, foram as seguintes as principais ações da SEAD:

- * **Elaboração dos anteprojetos de lei para a criação do Instituto Florestal do Paraná e da Companhia de Distritos Industriais do Paraná — CEDINPAR;**
- * Apoio em Organização e Métodos para o processamento técnico do livro na Biblioteca Pública do Paraná, organização do protocolo e da recepção do DETRAN; racionalização do sistema de compras do DEAM; reformulação do Manual de Instruções aos Grupos Administrativos Setoriais; adequação do funcionamento do Protocolo da SEED; adequação das publicações em Diário Oficial;
- * Desenvolvimento de Informações Organizacionais através da manutenção do Cadastro Organizacional do Governo do Estado; elaboração de mapa sinóptico da atuação do Governo; acompanhamento das alterações da Lei 6.636-74;
- * Execução de Diagnósticos Organizacionais na Secretaria da Administração, Governadoria e na Empresa de Obras Públicas do Paraná;
- * Assistência Técnica em Modernização Administrativa aos Estados de Sergipe, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Maranhão e Rio Grande do Norte.

A Secretaria da Administração elaborou e implementou o Projeto de Desburocratização. Entre as medidas adotadas, em 1979, destacam-se as seguintes:

- * Levantamento da clientela básica das Secretarias de Estado e das organizações intermediárias da sociedade relacionadas a cada uma destas como subsídio à respectiva ação;
- * Levantamento dos serviços prestados pelos órgãos públicos estaduais, com a participação de representantes da comunidade;
- * Seminário sobre Desburocratização do Poder Público, com a presença do Ministro Extraordinário para a Desburocratização.

Desburocratizando a liberação de recursos aos municípios, nos casos de pequenos montantes e de emergência, a Secretaria do Planejamento efetuou os repasses diretamente às Prefeituras Municipais

através das agências locais do Banco do Estado do Paraná, ou, nos casos de inexistência de agências do órgão, através da agência pela qual a Prefeitura recebe suas cotas do ICM.

O Banco do Estado do Paraná, com o objetivo de tornar a rede de agências mais atuante e eficiente, procedeu a reformulação das gerências regionais, criando mais 4 destas unidades com sede nas cidades de Toledo, Umuarama, Jacarezinho e Florestópolis. A área de atuação do BANESTADO ficou, assim, subdividida, administrativa e operacionalmente em 15 regionais aperfeiçoando sua dinâmica de supervisão e controle e como consequência, dos serviços prestados.

Procurando beneficiar os setores comércio e serviços, a Secretaria das Finanças passou a aceitar a caução fidejussória nas suas relações com as empresas integrantes destes setores. A SEAD definiu, além disso, através de normas internas, a possibilidade de ser substituída a garantia real pela pessoal. Esta medida visa atender antiga reivindicação, principalmente, dos setores de construção e de obras, pela diminuição da pressão sobre o seu capital de giro.

Esta mesma Secretaria, em articulação com a de Recursos Humanos promoveu a simplificação dos procedimentos para concessão e comprovação de diárias. Ao final do exercício achavam-se também em fase final de formulação o projeto destinado a implantar uma nova sistemática para a concessão de adiantamentos, simplificando e conferindo maior segurança ao procedimento.

Subprograma 5.4.2. Adequação e Gerência do Patrimônio e dos Meios Administrativos

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado, da Secretaria da Administração desenvolveu suas atividades, no ano de 1979, normatizando o uso de bens patrimoniais, executando tombamentos, registro e a carga do patrimônio do Estado.

Com a colaboração da CELEPAR desenvolveu o sistema de controle de bens imóveis, que foi testado com êxito, procedendo-se, assim, a atualização do levantamento dos próprios do Estado, atividade realizada pela EMOPAR nos 290 municípios e mediante o qual foram cadastrados 3.543 imóveis.

Levantamento semelhante foi efetuado pela FUNDEPAR, registrando os imóveis de seu patrimônio.

Procedeu-se, igualmente, o levantamento dos bens móveis, cujos resultados demonstram-se a seguir:

RESUMO GERAL DOS REGISTROS DE 1979

Cr\$ 1,00

Bens Patr. Móveis	Veículos	Total
79.783.826,49	31.812.221,98	111.596.048,47

FONTE: CPE/SEAD

Durante o ano de 1979 a Coordenadoria Central de Controle de Serviços — CCS efetuou estudo para a diminuição do número de documentos necessários à inscrição e renovação cadastral, com vistas à desburocratização do processo de habilitação. Tal medida foi bem recebida nos meios empresariais devido à simplificação que trouxe ao processo licitatório.

DOCUMENTAÇÃO P/REGISTRO CADASTRAL DE LICITANTES

Ação	Situação Anterior	Situação Atual
OBRAS	25	17
SERVIÇOS	25	11
FORNECEDORES	25	11

FONTE: SEAD

A SEAD realizou ainda, entre outras, as seguintes ações em 1979:

- * desenvolvimento do Projeto Microfilmagem, visando a centralização de tais serviços no DAMI;
- * proposição para reformulação das previsões de aquisição de artigos e equipamentos importados;
- * coletânea de todos os atos oficiais relativos à Secretaria;
- * implantação da unidade centralizada de administração dos Edifícios Castelo Branco, Afonso Camargo e Munhoz da Rocha;
- * desenvolvimento de estudos sobre a identificação funcional, implantado experimentalmente na SEAD;
- * instalação de restaurante no Edifício Castelo Branco;
- * racionalização e controle do consumo de combustível de veículos;
- * instalação da Central de Datilografia, Desenho e Equipamentos de Reprodução de Documentos, visando celeridade e economia de escala na realização de tais trabalhos.

Subprograma 5.4.3. Coordenação das Construções e Reparos dos Prédios Públicos

As atividades de coordenação das construções e reparos em prédios públicos estaduais estiveram a cargo da Secretaria da Administração, para o que se utilizaram duas formas de execução: o plano de reparos e as dotações centralizadas na Coordenadoria de Construção e Reparos.

O Plano de Reparos, elaborado com base nas solicitações das prefeituras municipais e em levantamentos efetuados pela EMOPAR — Empresa de Obras Públicas do Paraná, significou aplicação de recursos da ordem de Cr\$ 51,8 milhões em 1979. As dotações centralizadas, visando atender situações de emergência, requerendo flexibilidade e celeridade, importaram na aplicação de Cr\$ 9,2 milhões no mesmo período. Foram executadas, no total, 350 obras de reparos em 202 municípios.

Outra realização importante nesta área foi a criação e implantação do Sistema Centralizado de Construções de Prédios Públicos, que possibilitará a toda administração estadual utilizar-se dos préstimos da EMOPAR na contratação de obras de construção e reparos de edificações públicas.

A coordenação de tais obras será exercida de modo centralizado pela SEAD, que, preliminarmente, já vem elaborando estudos para a fixação de padrões de projetos levando em conta a natureza dos serviços e, inclusive, a tipologia e função das cidades que abrigarão os imóveis no seu contexto regional.

PROGRAMA 5.5. GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

Subprograma 5.5.1. Consolidação do Modelo de Gestão de Recursos Humanos

Uma série de decisões governamentais foram tomadas no sentido de buscar-se cada vez mais a eficácia na gerência dos recursos humanos da administração pública estadual. Os assuntos desta área estão afetos, principalmente à Secretaria de Recursos Humanos, que, no decorrer do ano, executou as seguintes atividades:

CONCURSOS PÚBLICOS

Em 1979, a Secretaria dos Recursos Humanos programou e executou concursos:

- * para preenchimento de 1.285 vagas na Secretaria da Segurança Pública, com 3.100 inscritos nas 11 carreiras oferecidas. Em decorrência, foram nomeados 511 funcionários;
- * para preenchimento de 3.316 vagas de professores C-3 e D-4 do quadro Próprio do Magistério, com 20.825 candidatas. Nes-

ta atividade cabe salientar que foram descentralizadas as ações, tendo as provas escritas e de títulos sido realizadas nas 8 cidades-sede dos Núcleos Regionais da SEED.

- * em diferentes grupos ocupacionais, mediante a inscrição de 2.096 pessoas, das quais 695 aprovadas e 420 indicadas para admissão
- * Foi ainda preparado pela SERH, em conjunto com a SEFI, o concurso para preenchimento de 70 vagas de Agente Fiscal I, de nível superior, de 89 vagas de Agente Fiscal II, de nível médio. Este concurso deveu-se, principalmente, à necessidade de complementar o grupo ocupacional de fiscalização e tributação, em decorrência de aposentadorias que vêm desfalmando o quadro ativo desde 1968, data da última nomeação.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O controle das lotações de pessoal, por órgão e regime jurídico, tem sido a forma utilizada pelo Sistema Estadual de Recursos Humanos para acompanhar e controlar a quantidade global e setorial do pessoal existente em termos de cargos ocupados e vagos. Nesta preocupação com o conhecimento do efetivo, está implícito também o acompanhamento dos principais dispositivos de movimentação de pessoal de cada regime, para tomada de decisões.

As principais alterações ocorridas nas lotações por órgão, no exercício, foram as que seguem: nomeação para a SEED de 6.682 professores de 1.º grau, após aprovação em Concursos Públicos; admissão de cerca de 600 servidores pela CLT em cargos administrativos da SEED; nomeação para a SESP de 511 servidores na Polícia Civil, após aprovação em Concurso Público; contratação na SERH (IPE) de 150 médicos ex-credenciados do Órgão Previdenciário Vinculado; Contratação de cerca de 1.000 servidores do DER/SETR, para atuar particularmente na conservação da rede rodoviária.

O quadro a seguir demonstra o universo de recursos humanos da administração direta e autárquica, por regime ou vínculo empregatício, em 31.12.79.

FUNCIONARIOS POR REGIME EMPREGATÍCIO — 1979

VÍNCULO OU REGIME	N.º DE FUNCIONARIOS
ESTATUTARIOS	58.232
CLT	12.102
PESSOAL SUPLEMENTAR	6.327
CARGOS EM COMISSÃO	1.382
PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS	6.627
TOTAL	84.670

FONTE: SERH

CADASTRO CENTRAL DE RECURSOS HUMANOS

Durante o exercício de 1979, mais uma série de etapas foi cumprida com vistas a implementação do Sistema do Cadastro Central de Recursos Humanos nos seus três componentes básicos, os Dados Históricos, os Dados Cadastrais e o SIP — Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal.

No decorrer de 1979, o Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal foi aperfeiçoado, tornando possível a implantação em paralelo com o sistema atual, na folha de dezembro/79. De acordo com os resultados obtidos, prevê-se sua implantação definitiva para maio/80, quando o atual sistema se dedicará somente à atualização da vida funcional dos servidores.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

O pagamento de servidores catalogados pelo Registro Geral do Instituto de Identificação do Estado do Paraná permitiu, nos últimos anos, consideráveis acréscimos na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, que constitui receita do Tesouro do Estado. No ano de 1979 mais de Cr\$ 253 milhões foram arrecadados dessa forma.

AÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

A prioridade que recebeu a área de Organização e Métodos, nos três primeiros anos de existência da SERH, refletia a necessidade de melhorar os procedimentos operacionais ligados, principalmente, à concessão de direitos e benefícios via processos administrativos, a qual era lenta, burocratizante e onerosa, causando consideráveis embaraços ao processo decisório.

No exercício de 1979, novos aperfeiçoamentos foram introduzidos e o andamento dos processos tornou-se mais rápido, o trâmite e armazenamento de papéis consideravelmente menor, com grandes repercussões nos custos operacionais do Órgão e do Sistema. Tais ganhos tenderão a se tornar ainda maiores com a implementação do SIP — Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal e a desativação do Sistema de Folha de Pagamento.

Subprograma 5.5.2. Desenvolvimento e Valorização dos Servidores Públicos

A retribuição do empregador ao esforço produtivo do empregado atualmente não se restringe apenas à remuneração em dinheiro.

Os benefícios não-salariais vêm obtendo uma representatividade cada vez maior nas relações profissionais. Consoante essa ótica da

questão, o Governo Estadual tem se empenhado em dinamizar a concessão desta espécie de benefícios, que engloba, entre outras medidas, algumas ações na área de assistência e providência ao servidor, como as que se seguem, encetadas pelo Instituto de Previdência do Estado — IPE:

PECÚLIOS E PENSÕES

O seguro de vida-pecúlio foi elevado, a partir de abril de 1979, de Cr\$ 35.800,00 para Cr\$ 54.700,00, mantendo-se o mesmo prêmio e abstraindo a idade do segurado.

Novo tratamento passou a ser dado ao problema do deferimento de pensões e seguros aos ascendentes, à companheira do funcionário, desconsiderando-se a inexistência de um processo formal de instituição, prendendo-se o IPE ao espírito de universalidade do seguro social, segundo o qual são dependentes do segurado todos aqueles que, justificada e comprovadamente, viviam sob sua dependência econômica. Este comportamento evitou a sistemática renovação de pleitos judiciais.

Foi posto em funcionamento o projeto visando um contato com todos os pensionistas do I.P.E., residentes na Capital e no Interior, a fim de detectar a verdadeira situação em que se encontram, a adequação do sistema de pagamento e de todas as demais condições que devem nortear o relacionamento entre a autarquia e seus pensionistas.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Departamento de Assistência Médica, além da manutenção da estrutura já existente, firmou mais 26 convênios médico-hospitalares sendo 13 na Capital e 13 no Interior.

EMPRÉSTIMOS SIMPLES

A partir de abril de 1979, foi modificada a política de concessão de empréstimos simples. O I.P.E. procedeu a liberação de recursos próprios para esta linha de empréstimos, o que possibilitou, inclusive, atender o pessoal suplementar. Foram concedidos 2.540 empréstimos, totalizando Cr\$ 20,0 milhões. Este atendimento beneficiou, igualmente, funcionários da Capital e Interior do Estado.

Além do empréstimo simples foi possível, através de convênio com a Financeira BAMERINDUS, obter recursos para aquisição de veículos para funcionários. Tal convênio tem valor fixado em Cr\$ 100,0 milhões.

EMPRÉSTIMO HOSPITALAR

Foram concedidos 483 empréstimos hospitalares, totalizando a quantia de Cr\$ 1,9 milhões.

Tais empréstimos têm características eminentemente sociais e abrangem as seguintes opções;

- Aparelhos Ortopédicos
- Aquisição de Óculos
- Empréstimos para custeio de despesas hospitalares.

PROGRAMA HABITACIONAL

Foram mantidos, a partir de maio de 1979, contactos com o Banco Nacional da Habitação, que culminaram com a assinatura de um convênio com o referido Órgão para o desenvolvimento do Programa Habitacional para os funcionários do Estado.

O Valor atual do convênio é de Cr\$ 5,6 bilhões e destina-se ao financiamento de 10.000 (dez mil) operações imobiliárias, num período de três anos para funcionários estaduais, estando incluídos funcionários da administração direta e indireta além dos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As opções oferecidas pelo convênio são: Aquisição de casa construída; Aquisição de apartamento; Reforma ou ampliação de unidades já existentes; Construção de casa em terreno próprio e Aquisição de terreno e construção de casa.

O I.P.E. abriu inscrições para os interessados em 64 municípios do Estado e já conta com 6.100 (seis mil e cem) inscritos.

ESCOLA MATERNAL

A Escola Nice Braga presta atendimento a filhos de servidores públicos na faixa etária de 2 anos e meio até 7. Contou, em 1979, com 23 professores e 22 funcionários de apoio, que deram orientação pedagógica a 483 alunos distribuídos em 18 classes, desde o material até a pré-alfabetização.

A SERH, através do Instituto de Previdência do Estado, a SESB, através do Instituto de Assistência ao Menor, e a SEED uniram esforços e, integrados, resolveram dar início ao "Programa — Centro de Educação Pré-Escolar".

Este programa tem por objetivo primordial a implantação de novas escolas de ensino pré-escolar no Estado do Paraná e está alicerçado na experiência dos bons êxitos do IPE, com a Escola Maternal "Nice Braga", em Curitiba.

Para solidificação deste empreendimento foi firmado entre SERH, SESB e SEED "Protocolo de Intenções" e instalada no município de Londrina uma unidade escolar para 120 alunos. Tem-se previsão de instalar mais quatro, nos municípios de Ponta Grossa, Cascavel, Pato Branco e Maringá.

TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

O treinamento tem-se constituído num dos instrumentos mais eficazes no desenvolvimento de recursos humanos. Assim, os dados a seguir demonstram a importância que se tem dado a esta parte da valorização do servidor na administração pública estadual.

CURSOS E SEMINARIOS DESENVOLVIDOS/ACOMPANHADOS PELA SERH — 1979

Secretaria	Número de Cursos/Seminários	Número de Funcionários
SEPL	3	6
SEFI	8	117
SEAD	29	106
SERH	2	20
SESB	3	3
SESP	2	2
SEAG	2	144
SEIC	15	44
SETR	8	24
TOTAL	72	466

FONTE: SERH

PESSOAL EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 1979

Secretaria	Número de Cursos	Número de Funcionários
SEPL	7	9
SEFI	3	5
SERH	3	3
SEAG	11	30
SEIC	1	1
SEIN	1	1
SEJU	1	1
SEED*	37	47
SESB	8	16
SESP	2	2
SETR	2	2
TOTAL	76	117

FONTE: SERH

NOTA: Não computados os professores das Universidades e Faculdades Estaduais.

Há que salientar os cursos específicos relativos às diversas áreas de atuação governamental, como, por exemplo, a de Segurança Pública, que treinou 3.288 profissionais, a de Saúde, com 200 pessoas treinadas, e a de Educação, que atualizou e aperfeiçoou 23.800 professores em várias modalidades de ensino.

MEDIDAS DE ESTABILIZAÇÃO FUNCIONAL E MELHORIA SALARIAL PARA SERVIDORES

O setor da Educação foi amplamente atingido por iniciativas que pretenderam estimular o grande contingente de funcionários que o compõem. Dessa forma, houve a criação e instalação do Conselho do Magistério; a proposição e posterior aprovação, ao início de 1980, da chamada "Lei da Estabilidade dos Suplementaristas", que categorizou-os no Quadro Único de Pessoal do Estado; a efetivação de funcionários administrativos, anteriormente enquadrados como P.S.

Neste setor, ainda, a transposição de quadro dos professores legalmente habilitados para exercício de funções de especialistas em educação repercutirá, sem dúvida, na melhoria das condições do mercado de trabalho para o magistério, como se demonstrou com a realização do recente concurso de ingresso oferecido a aproximadamente 3.000 professores da 5ª à 8ª séries do 1.º e 2.º graus.

Com respeito aos benefícios salariais diretos, uma das providências mais importantes face à sua abrangência, foi a instituição da PAS — Parcela Adicional Social, reajustável segundo as mutações do salário-mínimo. Este benefício representa 25% do salário-mínimo regional e foi concedido a todas as categorias funcionais estatutárias como forma redistributiva de renda, pois possibilita ganhos reais significativos, principalmente para aqueles servidores que percebem menores salários na estrutura de remuneração da administração estadual. Os principais benefícios e vantagens salariais concedidos a servidores públicos no ano de 1979 foram os seguintes:

*** Efetivação do Quadro de Pessoal Suplementar**

Através da Lei n.º 7.208, de 15.10.79, os professores suplementaristas e os integrantes do Pessoal Suplementar (Lei n.º 6.508/73) foram enquadrados no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. Esta medida atingiu aproximadamente 5.000 professores suplementaristas e 6.000 integrantes do Pessoal Suplementar, com direito à contagem do tempo até então existente, os quais tiveram uma melhoria salarial, que variou de 12 a 40%, e os benefícios do Estatuto dos Servidores Civis (Lei 6.174/70).

*** Quadro dos Engenheiros**

O grupo ocupacional de Engenharia e Arquitetura — TC 1.500, de acordo com a Lei n.º 5.978, de 01.08.69, foi reestruturado pela Lei n.º 7.122, de 26.04.79, passando para Engenheiros ou Arquitetos de

1.ª à 5.ª classes. Tal medida atingiu 261 funcionários pertencentes à carreira, enquadrados provisoriamente através do decreto governamental n.º 880, de 20.07.79, sendo os de níveis 25 e 26 transpostos para a 5.ª classe e os de nível 27 para a 4.ª classe. Os critérios para o enquadramento definitivo foram estabelecidos pelo Decreto n.º 935, de 27.07.79.

* Quadro da Procuradoria Geral do Estado

A Lei n.º 7.074, de 02.01.79, que dispõe sobre a Procuradoria Geral do Estado, alterou o sistema de remuneração dos cargos de Procuradores e Advogados.

Ficou determinado processo de promoção por merecimento e antiguidade. A Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 6.096, de 02.01.79, e o provimento dos 105 cargos processou-se através do Decreto n.º 1.205, de 20.09.79.

* Quadro de Pessoal da CRE

A Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado das Finanças foi estruturada pela Lei n.º 7.051, de 04.12.78, a qual criou o quadro de pessoal para a CRE, composto de 1.855 cargos, distribuídos em 4 séries de classes. De imediato, 1.685 funcionários tiveram sua situação funcional-financeira enquadrada, conforme dispõe a lei, e os 170 cargos vagos deverão ser preenchidos oportunamente, mediante concurso.

* Vencimentos do Ministério Público e Magistratura

Implantação da Lei n.º 7.073, de 28.12.78, com a qual os Procuradores da Justiça perceberão mensalmente vencimentos correspondentes a 95% dos percebidos pelo Procurador Geral da Justiça. A diferença de vencimentos dos membros do Ministério Público de primeira instância, de uma para outra entrância, foi fixado em 10%. Os Promotores da Justiça e Curadores da Capital perceberão 8/9 (oito nonos) dos vencimentos atribuídos ao Procurador Geral da Justiça. Dessa forma, os vencimentos dos 246 membros do Ministério Público ficaram equiparados aos dos membros da Magistratura.

* Gratificação do Tempo Integral da Polícia Civil

Implantação da Lei Complementar n.º 8, de 03.01.79, que dá nova redação ao "caput" do artigo 87, da Lei n.º 3 de 14.05.74 (Estatuto da Polícia Civil), alterando os limites de cálculo da gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral, de cinquenta e cem por cento para cinquenta e cento e vinte por cento, proporcionando aos ocupantes dos cargos de carreira da Polícia Civil do Estado um aumento de 20% sobre seus vencimentos. Esta medida beneficiou 2.240 funcionários.

* Vencimentos da Polícia Militar

Os percentuais constantes dos itens I e II, do artigo 22 da Lei n.º 6.417, de 22.07.73 (Código dos Vencimentos da Polícia Militar do Estado), pela implantação da Lei n.º 7.079 de 08.01.79 foram acrescidos de 20% para 40% e de 15% para 35%, respectivamente, sobre o soldo dos Policiais Militares. Desta forma 11.600 membros da Corporação Militar obtiveram um aumento de 20% em seus vencimentos.

* Transposição de Professores

Através do Decreto n.º 156, de 26.03.79, 3.369 professores que atuam como Especialistas de Educação foram transpostos para a carreira própria, do Quadro de Pessoal do Magistério.

Em seu conjunto, as medidas relatadas proporcionaram benefícios a 30.506 funcionários estaduais conforme demonstrado pelo quadro a seguir.

SERVIDORES BENEFICIADOS

QUADRO	N.º DE FUNCIONARIOS
Prof. Suplementarista	5.000
Pessoal Suplementar	6.000
Quadro dos Engenheiros	261
Quadro do P.G.E.	105
Quadro da CRE	1.685
Ministério Público	246
Polícia Civil	2.240
Polícia Militar	11.600
Especialistas em Educação	3.369
TOTAL	30.506

FONTE: SERH

PROGRAMA 5.6. ENCARGOS INSTITUCIONAIS

Subprograma 5.6.1. Gerência da Dívida Pública

A administração estadual, no decurso de 1979, adotou uma posição de redobrada cautela em relação às atividades de gerência da dívida pública. A captação de novos recursos teve por base sempre a obtenção de equilíbrio no sistema sócio-econômico do Estado, o atendimento a iniciativas prioritárias — em particular aquelas relacionadas ou com reflexos positivos no meio social — ou à continuidade de empreendimentos e a negociação de prazos de amortização e taxas favoráveis.

Uma das provas mais evidentes da oportunidade dos empreendimentos desenvolvidos pelo Estado com os recursos captados por meio de financiamento é a participação de Agências Internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD — órgãos que financiam, essencialmente, empreendimentos de grande relevância social — nos mais expressivos programas em execução pelo Governo do Paraná. Dentre tais programas podem ser indicados: Rodovias Alimentadoras — Fases I e II, Saneamento, Conservação de Rodovias e PRORURAL, este último em fase final de negociação.

EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

A Secretaria das Finanças gestionou e obteve, no exercício de 1979, empréstimos externos para complementar recursos destinados aos programas de governo, totalizando aproximadamente 137 milhões de dólares.

Desse total, 61 milhões de dólares foram obtidos junto ao BID, cerca de 46 milhões de dólares (11 bilhões de yens) junto ao Mitsubishi Trust and Banking Corporation e 30 milhões de dólares através do Morgan Guarantee Trust Company of New York.

Os financiamentos, tanto do BID quanto dos Bancos Japonês e Americano foram obtidos em condições de taxas e prazos considerados excelentes pelo mercado (BID, 20 anos, com carência de 5 anos e taxa de 7,9% fixa; Mitsubishi, 15 anos, com carência de 10 anos, taxas de 8,2% ao ano, fixas por cinco anos; Morgan, 12 anos, com carência de 6 anos e taxas de 0,75% sobre Libor).

Ao encerramento do exercício, a dívida externa do Tesouro Estadual, totalizava em termos de Principal um montante de 256,8 milhões de dólares, tendo sido pagos, no decurso de 1979, 28,2 milhões de dólares, relativos à amortização do principal além de 21,2 milhões de dólares de encargos.

Em 01.12.79, em função da maxidesvalorização do cruzeiro, em relação ao dólar norte-americano (30,06%), a dívida externa do Paraná sofreu acréscimo de 6,4 bilhões de cruzeiros (passando de 21,2 bilhões para 27,6 bilhões). Tal acréscimo onerará o orçamento do Tesouro relativo ao exercício de 1980 em aproximadamente Cr\$ 700 milhões adicionais ao valor previsto para a amortização e encargos da dívida externa.

EMPRÉSTIMOS INTERNOS

A partir de 1979 a SEFI intensificou a utilização de fontes nacionais de recursos, mormente aquelas sem juros mais beneficiados, tais como BNDE, FAS, FINAME, FINEP e outras. Como resultado dessa política já se acham previstos Cr\$ 1,2 bilhão para serem captados no mercado nacional, entre os Cr\$ 5,8 bilhões previstos para 1980.

Ação de fundamental importância efetivada pela SEFI, durante 1979, foi a solução do impasse existente em relação ao Resgate dos Bônus do Fundo de Desenvolvimento Econômico, criados pela Lei Estadual n.º 4.529/62 e emitidos no período de 1962 a 1965. Segundo esta lei, os bônus deveriam ser resgatados pelo Governo após o sexto ano da sua emissão, sendo este resgate 50% em espécie e 50% em ações preferenciais da COPEL. Posteriormente surgiram controvérsias a respeito da sua liquidação em face do Decreto Federal n.º 28.910. Em 1978 a Procuradoria Geral do Estado fez pronunciamento declarando que os bônus se achavam prescritos, mas que, para que o Estado ficasse juridicamente eximido, havia a necessidade de comunicar-se o fato aos portadores dos bônus. Assim, o Secretário das Finanças expediu em 07.05.79 um Edital de Chamamento, comunicando que, em 30 dias contados de sua publicação, os bônus emitidos pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico estariam prescritos, devendo, neste prazo, serem trocados na sede da SEFI. Com esta medida, foram resgatados 9.789 mil bônus em espécie e Cr\$ 10.346 mil em ações da COPEL.

Ao encerramento do exercício de 1979, a posição da dívida interna do Tesouro do Estado, totalizava em termos de principal Cr\$ 3.264,3 milhões. No decurso deste exercício foram pagos Cr\$ 113,8 milhões relativos ao Principal e Cr\$ 560,8 milhões de juros e encargos da dívida interna fundada e flutuante.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA DÍVIDA

No decurso de 1979, a SEFI procedeu a reestruturação do setor responsável pelo acompanhamento da dívida, de modo a propiciar não só o cadastramento dos empréstimos contraídos pelas entidades da administração direta e indireta, como também a sua atualização mensal, segundo parâmetros confiáveis de conversão das várias moedas — fonte e critérios de amortização e encargos. O novo sistema deverá ter sua implantação completada até meados de 1980.

Subprograma 5.6.2. Inativos, Pensionistas e Contribuições ao PASEP

No decurso de 1979, foi aplicado pelo Estado, por intermédio do órgão Administração Geral do Estado, um total de Cr\$ 249,3 milhões em contribuições do Estado ao Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público — PASEP, mantendo em estrita regularidade os compromissos legais do Tesouro Estadual para com o citado programa.

Além disso, foram concedidos recursos complementares a diversas entidades vinculadas, tais como Fundações e Autarquias para que

regularizassem suas contribuições a este importante fundo dos servidores públicos.

No decurso do exercício e com o propósito de evitar atrasos em tais contribuições, definiu-se, por ocasião do processo orçamentário relativo a 1980, que das transferências concedidas pelo Tesouro Estadual às Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, parcela proporcional à contribuição estimada seria transferida com vínculo de aplicação ao PASEP. A medida foi operacionalizada por intermédio do Orçamento Programa Anual de 1980, submetido à apreciação do Legislativo Estadual e sancionado como Lei n.º 7.254, de 26 de novembro de 1979.

No pagamento dos 12.692 inativos, 2.131 reformados e pessoal da reserva remunerada da Polícia Militar e 3.134 pensionistas do Estado foram aplicados Cr\$ 1.130,4 milhões. Verificaram-se, no decurso de 1979, 2.373 aposentadorias, muitas das quais antecipadas em razão do benefício concedido aos servidores públicos estaduais por intermédio da Lei nº 7.050, de 4 de dezembro de 1978, bem como dos estímulos resultantes do reenquadramento funcional — promovido por Leis específicas a várias categorias de funcionários, como: engenheiros, advogados, professores, policiais e procuradores — para aqueles que já possuíam tempo suficiente para solicitá-la.

Dentre outros benefícios estendidos aos Inativos merece destaque a Parcela Adicional Social — PAS, equivalente a 25% do Salário Mínimo Regional — reajustável concomitantemente com as variações do Salário Mínimo — que representam para a maior parte destes ex-servidores um apreciável ganho real nos seus proventos.

Subprograma 5.6.3. Atendimento Conclusivo a Precatórios Judiciais

Com vistas ao atendimento dos objetivos deste subprograma, foram estabelecidas as seguintes ações:

- * Pagamento de Cr\$ 199,3 milhões, relativos a 124 precatórios requisitórios;
- * Pagamento de Cr\$ 1,6 milhões, relativos ao atendimento conclusivo a sentenças emanadas da Justiça do Trabalho;
- * Inclusão no orçamento de 1980 de Cr\$ 458,0 milhões para atendimento a precatórios requisitórios e de Cr\$ 5,3 milhões para o pagamento tempestivo de decisões da Justiça do Trabalho.

O propósito de atendimento conclusivo aos precatórios requisitórios decorreu da constatação de que muitas partes vem reingres-

sando na Justiça para receber juros e correção monetária relativos ao período compreendido entre a sentença transitada em julgado e a data do seu pagamento. Assim, visando evitar transtornos desnecessários aos cidadãos cujo direito foi comprovado e a multiplicação de processos com decisão presumível, foram executadas as seguintes ações:

- * Inclusão no orçamento de 1980 de dotação em rubrica apropriada para o pagamento de correção monetária por ocasião da liquidação das sentenças;
- * Solicitação à Procuradoria Geral do Estado de análise sobre a possibilidade de aplicação da medida anterior e suas implicações legais.

Subprograma 5.6.4. Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial e Profissional

A Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, dentro das normas instituídas pela legislação federal e estadual, manteve o controle das atividades profissionais de saúde e da organização hospitalar. Foram registrados 30 hospitais com 1.389 leitos elevando-se a capacidade hospitalar instalada para 675 unidades com 33.276 leitos, o que corresponde a 3,5 leitos por 1.000 habitantes, considerada a população do Paraná em 1979.

A fiscalização do exercício profissional, a cargo da mesma Secretaria, foi dinamizada, como indica o demonstrativo a seguir.

FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CAMPO DA SAÚDE — 1979

Atividades	Quantidades
Fiscalização de farmácias e de postos de medicamentos	3.807
Fiscalização de laboratórios industriais	75
Registro de títulos de médicos, cirurgiões-dentistas, farmacêuticos, bioquímicos e profissões correlatas	1.015
Renovação e/ou expedição de licenças para funcionamento de gabinetes dentários, farmácias, laboratórios de análises clínicas, clínicas veterinárias e outras	5.137
Expedição de licenças para o funcionamento de clínicas médicas, consultórios, estabelecimentos de fisioterapia e de bancos de sangue	73
T O T A L	10.107

FONTE: SESB

A Secretaria da Justiça, visando possibilitar maior capacidade de atendimento e dinamização dos serviços de registro de entidades mercantis e de seus atos subsequentes, adquiriu nova e adequada sede, nesta Capital, para a Junta Comercial do Paraná, medida que, por certo, resultará no melhor padrão de qualidade e maior agilização à implementação das atividades empresariais no Estado. Com similar propósito foram concluídos os estudos para implantação de 7 escritórios regionais da Junta e, procedida a implantação do primeiro destes no município de Londrina.

No desempenho das suas atividades de registro, publicidade e controle documental sobre os atos do comércio a Junta Comercial do Paraná, apresentou em 1979 o movimento indicado pelo demonstrativo a seguir.

MOVIMENTO DOS SERVIÇOS DE REGISTRO E CADASTRO DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ — 1979

Serviços Prestados	Quantidades executadas
Registros de novas firmas	8.763
Criação de Filiais	382
Proteção de nome comercial	116
Contratos e distratos sociais	8.773
Alterações de contratos	11.435
Atas de Sociedades Anônimas	4.202
Atos relativos a Soc. Cooperativas	70
Anotações em firmas individuais	3.298
Cancelamento de firmas individuais	657

FONTE: SEJU/JUNTA COMERCIAL

A Secretaria da Agricultura, através do DEFIS e com o apoio da EMATER — PR., exerceu, através de inspeções, visitas e co-participação em auditorias, a fiscalização sobre as atividades das cooperativas, consoante delegação do Governo Federal. Promoveu também cursos de treinamento para o pessoal ligado à gerência e administração das quase 150 cooperativas atuantes no Estado.

No âmbito da Secretaria dos Transportes a reestruturação do Departamento de Transporte Comercial, elevando-o inclusive à categoria de Unidade Orçamentária, veio conferir ao setor de coordenação, supervisão e fiscalização do transporte comercial de passageiros e cargas, bem como dos respectivos terminais, uma nova dinâmica operacional no seu papel de fiscalização da atividade empresarial ligada ao setor de transportes.

O transporte intermunicipal de passageiros no Paraná é executado por 60 empresas concessionárias de 835 linhas. Tais empresas mo-

vimentaram aproximadamente 80.000.000 de pessoas no decurso de 1979. As ações da SETR, no âmbito deste campo, abrangeram:

- * Cancelamento de 35 concessões, com vistas a uma maior eficiência do sistema e economia de combustíveis;
- * Reestruturação dos itinerários de modo a compensar as concessões canceladas;
- * Atendimento a 449 solicitações das empresas concessionárias;
- * Vistoria em 2.708 veículos;
- * Concessões de 194 licenças especiais.

Quanto à supervisão do transporte comercial, de modo geral (passageiros e cargas), foram executadas as seguintes atividades:

- * Registro de 86 empresas, sendo 58 de transporte coletivo e 28 de fretamentos;
- * Supervisão das ações de fiscalização, pesquisas, levantamentos de dados, aferições de quilometragem e vistorias de veículos em diversas localidades do Estado;
- * Reuniões, no interior, com os Srs. Prefeitos Municipais, visando disciplinar e integrar os sistemas de transporte intermunicipal e municipal nas Microrregiões do Estado;
- * Fiscalização dos terminais de transporte de passageiros.

PROGRAMA 5.7. ATIVIDADES LEGISLATIVAS E JUDICIARIAS

Subprograma 5.7.1. Ação Legislativa e Controle Externo

A participação do Poder Legislativo na análise e amparo de inúmeras matérias de interesse para a comunidade paranaense, tanto quanto na apresentação de sugestões alternativas para a solução a problemas defrontados, contribuiu para a adoção de ações equilibradas em torno do ideal comum do bem-estar da população.

Subprograma 5.7.2. Ação Judicial

No decorrer de 1979, a Secretaria da Justiça firmou protocolo de intenções com a Primeira Secretaria do Senado Federal, visando ao acesso do Paraná ao Sistema de Processamento de Dados do Senado

Federal — PRODASEN. Segundo esse protocolo será instalado naquela Pasta um terminal de computador com canal de voz, de modo a possibilitar a obtenção de informações integradas sobre legislação, jurisprudência e projetos em tramitação no Congresso Nacional.

A implementação do projeto propiciará à comunidade paranaense maior facilidade para utilização do amplo acervo legislativo do País. A medida deverá ensejar também uma expressiva redução nos níveis de complexidade, demora e nos riscos de inexatidão na elaboração de defesas ou de respostas necessárias à manutenção da integridade dos altos interesses do Estado nos campos legislativo e judiciário.

Ainda no âmbito da Secretaria de Justiça, especial atenção foi concedida ao funcionamento do Conselho Penitenciário e à adequação do sistema prisional do Estado, consoante consta nos subprogramas 2.3.7. e 2.3.8.

As atividades de polícia judiciária a cargo da Secretaria de Segurança Pública foram aperfeiçoadas não apenas através de novas bases físicas e equipamentos mas sobretudo pela ampliação dos efetivos policiais (525 novos policiais) e de amplos programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal que, conforme já relatado, tiveram como resultado a capacitação, reciclagem ou o aperfeiçoamento de 3288. policiais civis e militares.